



A **Colecção Educação, Território e Desenvolvimento Local** assume-se como um espaço de reflexão e debate em torno das questões que nascem do encontro entre as políticas educativas, de planeamento e organização do território, das instituições que nele existem e intervêm e do desenvolvimento humano, social e económico que nele se verifica.

É neste perímetro conceptual que, através das obras da presente colecção, se pretende dar um contributo para uma maior e mais clara percepção da relação simbiótica entre as redes de qualificação territoriais, as instituições que nelas coexistem, as modalidades de educação e formação que promovem e as dinâmicas de desenvolvimento que, com elas, se geram e/ou reforçam.

Colecção **Educação, Território e Desenvolvimento Local**

# EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS NO ALENTEJO

O Processo de Reconhecimento,  
Validação e Certificação de Competências,  
no período 2000-2005

**BRAVO NICO (Coord.)**

Lurdes Pratas Nico  
Fátima Ferreira  
Antónia Tobias

  
edições pedagogo

  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
INSTITUTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS



© dos autores

© desta edição

Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP/UE)  
Edições Pedagogo, Lda.

Título: Educação e Formação de Adultos no Alentejo. O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, no período 2000-2005

Colecção: Educação, Território e Desenvolvimento Local

Coordenação da Colecção: Bravo Nico

Autores: Bravo Nico, Lurdes Pratas Nico, Fátima Ferreira e Antónia Tobias

Colaboração: Manuel Borrões

Design e Paginação: Márcia Pires

Impressão e Acabamento: Tipografia Lousanense

ISBN: 978-989-8655-12-7

Depósito Legal: 361030/13

Maio de 2013

Nenhuma parte desta publicação pode ser transmitida ou reproduzida por qualquer meio ou forma sem a autorização prévia dos autores.

Todos os direitos reservados por:

EDIÇÕES PEDAGO, LDA.

Rua do Colégio, 8  
3530-184 Mangualde  
PORTUGAL

Rua Bento de Jesus Caraça, 12  
Serra da Amoreira  
2620-379 Ramada  
PORTUGAL  
geral@edicoespedago.pt  
www.edicoespedago.pt

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Apartado 94  
7002-554 Évora (Portugal)

Esta obra não foi redigida de acordo com o Novo Acordo Ortográfico

Publicação incluída no projecto de investigação PTDC/CPE-CED/104072/2008 “*As Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo*” promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP/UE), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e que contou com os seguintes parceiros institucionais: Direcção Regional de Educação do Alentejo, SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário, Diário do SUL, ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, Fundação Alentejo, ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Instituto do Emprego e Formação Profissional/Centro de Formação Profissional de Portalegre, Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado e Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado.

# ÍNDICE

## 9 Introdução

### CAPÍTULO 1

#### 11-30 Educação e Formação de Adultos no Alentejo: de 2000 a 2013

- 11 1.1. Educação e Formação de Adultos no Alentejo: o perímetro conceptual e respectiva evolução
- 12 1.1.1. As Conferências Internacionais de Educação de Adultos da UNESCO
- 13 1.1.2. O Livro Branco sobre a Educação e a Formação “Ensinar e Aprender: Rumo a uma Sociedade Cognitiva”
- 14 1.1.3. O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (Educação: Um tesouro a descobrir)
- 15 1.1.4. O Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida
- 15 1.1.5. As aprendizagens em contextos não formais e informais
- 17 1.2. A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA): nascimento
- 18 1.2.1. A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA): acção
- 21 1.2.2. A rede inicial de Centros de RVCC
- 23 1.2.3. Domínios de intervenção dos Centros de RVCC
- 24 1.2.4. Caracterização do Processo de RVCC
- 25 1.3. A Iniciativa Novas Oportunidades (INO)
- 28 1.4. A actualidade

### CAPÍTULO 2

#### 31-41 A Estrutura da Investigação

- 31 2.1. O contexto
- 32 2.2. A parceria institucional
- 33 2.3. O desenho e a sequência metodológicos
- 37 2.4. O instrumento (Questionário das Novas Qualificações/QNQ): concepção, construção e validação
- 38 2.5. O instrumento (Questionário das Novas Qualificações/QNQ): aplicação
- 38 2.6. A análise e a interpretação da informação recolhida
- 39 2.7. A divulgação científica e social dos resultados da investigação

### CAPÍTULO 3

#### 43-118 Os Resultados da Investigação

- 43 3.1. Caracterização dos indivíduos participantes no estudo
- 58 3.2. Caracterização do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de

	Competências (RVCC) desenvolvido nos Centros de RVCC da região Alentejo, no período 2000-2005
58	3.2.1. Centros de RVCC (certificados e inquiridos)
59	3.2.2. Inquiridos: ano de inscrição no Centro de RVCC
60	3.2.3. Inquiridos: duração do Processo de RVCC
60	3.2.4. Formas de conhecimento do Processo de RVCC
63	3.2.5. Razões que conduziram ao Processo de RVCC
66	3.2.6. Dificuldades identificadas durante o Processo de RVCC
68	3.2.7. Classificação do Processo de RVCC
69	3.2.8. Necessidade de formação complementar
70	3.2.9. Apoios recebidos durante o Processo de RVCC
73	3.2.10. Apoio durante o Processo de RVCC, por parte de outras instituições
74	3.2.11. Apoios recebidos após o Processo de RVCC
76	3.3. Impactos do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), na opinião dos adultos que o realizaram, na região Alentejo, no período 2000-2005
77	3.3.1. Dimensão Escolar
77	3.3.1.1. Habilitações escolares antes do ingresso no Processo de RVCC
77	3.3.1.2. Níveis de certificação pretendido e obtido
78	3.3.2. Dimensão Profissional
78	3.3.2.1. Situação profissional no início do Processo de RVCC
79	3.3.2.2. Os indivíduos empregados
87	3.3.2.3. Os indivíduos desempregados
93	3.3.2.4. Actividade Profissional Actual
94	3.3.2.5. Dimensão Profissional: síntese
95	3.3.3. Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida
95	3.3.3.1. Participação em actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)
96	3.3.3.2. Natureza das actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)
97	3.3.3.3. Local onde ocorreram as actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)
98	3.3.3.4. Frequência nas actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)
98	3.3.3.5. Influências na participação em actividades de aprendizagem
100	3.3.3.6. Apoio recebido do Centro de RVCC no prosseguimento da formação
100	3.3.3.7. Conclusão de outros estudos
101	3.3.3.8. Influências na conclusão de outros estudos
102	3.3.3.9. Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida: síntese
102	3.3.4. Dimensão Tecnologias de Informação e Comunicação
103	3.3.4.1. Posse de computador
103	3.3.4.2. Influências na posse de computador
104	3.3.4.3. Locais de utilização do computador
105	3.3.4.4. Influências no local de utilização do computador
105	3.3.4.5. Recurso à Internet
106	3.3.4.6. Influências na utilização da Internet

107	3.3.4.7. Locais de utilização da internet
107	3.3.4.8. Influências nos locais de utilização da Internet
108	3.3.4.9. Finalidades do recurso à Internet
108	3.3.4.10. Influências nas finalidades do recurso à Internet
109	3.3.4.11. Dimensão Tecnologias de Informação e Comunicação: síntese
110	3.3.5. Avaliação dos Impactos do Processo de RVCC nos adultos certificados (percepção global)
110	3.3.5.1. Importância atribuída ao Processo de RVCC
117	3.3.5.2. Valorização global do Processo de RVCC: síntese
118	3.3.6. Divulgação do Processo de RVCC

## **CAPÍTULO 4**

### **119-122 Conclusões**

119	4.1. A coordenada política, institucional e territorial
120	4.2. A coordenada pessoal
122	4.3. Concluindo

### **123-128 Referências Bibliográficas**

# INTRODUÇÃO

1.

**N**a região Alentejo, como em todo o país, sempre existiu um problema estrutural, ao nível da qualificação escolar e profissional da população. No início do século XXI, cerca de 62,0% da população residente em Portugal (68% da população residente no Alentejo) possuía, no máximo, o 6º ano de escolaridade, não atingindo, assim, os 9 anos da, então, escolaridade mínima obrigatória (INE, 2002).

A partir do ano 1999, com a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), começou a emergir, no território alentejano, em particular, e no país, em geral, um novo dispositivo educacional que visava promover o reconhecimento, validação e certificação das competências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida – o denominado Processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) –, à semelhança do que, há algumas décadas, vinha a ocorrer noutros países (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, entre outros).

Neste contexto, em Portugal, surgiram, em 2000, os primeiros Centros de RVCC com o objectivo de reconhecer, validar e certificar as competências dos adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possuísem a escolaridade básica, no sentido de melhorar os níveis de certificação escolar, promover a continuação de processos subsequentes de educação e formação (numa perspectiva de Aprendizagem ao Longo da Vida) e aumentar as suas oportunidades de empregabilidade e de mobilidade profissional e social.

O projecto de investigação científica que suporta esta publicação pretendeu avaliar os impactos, pessoais, profissionais e sociais, do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) no universo de

peçoas (2969 indivíduos) que, em toda a região Alentejo, no período 2000-2005, nele tendo participado, viram certificadas as suas competências e, em consequência, alterados os respectivos níveis de escolaridade. Além disso, e atendendo a que já decorreu um período significativo (6-10 anos) desde que estes indivíduos certificaram as suas competências, a investigação assumia, também, o objectivo de proceder à análise dos eventuais percursos subseqüentes que tivessem sido concretizados por estas peçoas, nos sistemas formais de educação e formação e a mobilidade profissional e social daí resultante, na expectativa de verificar se o princípio da Aprendizagem ao Longo da Vida (que esteve na génese do próprio sistema de RVCC) foi uma realidade concretizada pela população em estudo e, em caso afirmativo, se o mesmo encontra alguma consequência nos planos individual, profissional e social.

## **2.**

O texto que, agora, se publica, apresenta a seguinte estrutura:

i) um capítulo inicial (Capítulo 1), no qual se apresenta, de forma resumida, o perímetro conceptual que delimita a pesquisa e o enquadramento normativo e institucional que o concretizaram, no território assumido (região Alentejo). Esta abordagem encontra-se delimitada por um período que se inicia em 2000 e termina na actualidade (2013);

(ii) um segundo capítulo (Capítulo 2) em que se descreve, com algum detalhe, o projecto de investigação desenvolvido, nos seus fundamentos conceptuais, arquitectura metodológica, opções instrumentais e técnicas e a seqüência cronológica de actividades concretizadas;

(iii) um terceiro capítulo (Capítulo 3), integralmente dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa concretizada, evidenciando-se dois momentos estruturantes: a avaliação realizada ao Processo de RVCC pelos indivíduos que o concretizaram e a avaliação dos impactos desse processo em algumas das dimensões vitais consideradas (escolar, profissional, pessoal e social e de utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação).

(iv) por último, um quarto capítulo (Capítulo 4), em que se elaboram e apresentam as principais conclusões do estudo e onde se apresentam algumas sugestões para posteriores pesquisas e possíveis intervenções no âmbito da Educação e Formação de Adultos no Alentejo.

## **3.**

A concluir, um agradecimento a todas as instituições e peçoas que colaboraram e, dessa forma, tornaram possível a realização e divulgação deste projecto de investigação científica.

# CAPÍTULO 1

## EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS NO ALENTEJO: DE 2000 A 2013

No **Capítulo 1**, pretende-se, de forma resumida, enquadrar, conceptual e historicamente, a realidade da Educação e Formação de Adultos, no período considerado no presente estudo, salientando-se alguns dos aspectos mais relevantes do que foi a tradução daqueles conceitos e respectivas traduções práticas na região Alentejo.

Este capítulo está organizado em torno de quatro tópicos: (i) o perímetro conceptual e respectiva evolução; (ii) o aparecimento e o trabalho da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA); (iii) a Iniciativa Novas Oportunidades (INO); (iv) a actualidade.

### **1.1. Educação e Formação de Adultos: o perímetro conceptual e respectiva evolução**

Procurar definir o perímetro conceptual e respectiva evolução da Educação de Adultos, traduzir-se-á num exercício que exige uma abordagem que, recorrendo a conceitos científicos, contextos de vida e posições políticas, se traduz numa equação constituída por múltiplas variáveis, cada uma delas com geometria variável e animada de dinâmica própria.

A **UNESCO** (Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura instituída em 1945) tem assumido, no âmbito da educação de adultos, ideias de autores como Edgar Faure *et al* (1977), Paul Lengrand (1981), Jacques Delors *et al* (1996). **Educação Permanente e Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)** serão, eventualmente, os dois conceitos âncora que maior impulso deram à evolução da área em causa e maior influência tiveram na definição do pensamento e da acção desta importante agência internacional. Momentos importantes desta evolução conceptual e das consequentes políticas associadas têm sido as **Conferências Internacionais de Educação de Adultos** (CONFINTEAS) promovidas pela UNESCO.

Outros momentos importantes, nesta caminhada conceptual, política e operacional, foram três documentos produzidos na década de 90, do século passado: (i) o Livro Branco sobre a Educação e a Formação “*Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva*” (Comissão Europeia, 1995); (ii) o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI conhecido como “*Educação: Um tesouro a Descobrir*” (Delors *et al*, 1996); (iii) o Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida (Comissão Europeia, 2000).

### **1.1.1. As Conferências Internacionais de Educação de Adultos da UNESCO**

As Conferências Internacionais tiveram início em 1949. Até ao presente, realizaram-se seis iniciativas:

1) a **I Conferência Internacional** realizou-se em Elseneur (Dinamarca), em 1949. Dado o contexto histórico-político, exigia-se uma discussão em torno das respostas formativas às motivações e necessidades dos adultos e que toda essa realidade contribuísse para o desenvolvimento geral dos povos e para Paz Mundial;

2) a **II Conferência Internacional** realizou-se em Montreal (Canadá), em 1960. O tema desta II CONFITEA foi “*A Educação de Adultos num mundo em transformação*”. À época, assistia-se a um fenómeno de “*mutação*” das sociedades devido, fundamentalmente, ao progresso científico e técnico e dos desafios, problemas e perplexidades que tal suscitava;

3) a **III Conferência Internacional** realizou-se em Tóquio (Japão), em 1972. Nesta III CONFITEA, a Educação de Adultos é entendida como “*subconjunto integrado num projecto global de educação permanente...*” (Projecto de Educação de Adultos/Universidade do Minho, cit. por Silvestre, 2003:90). Na sequência desta III CONFITEA, segue-se, em 1976, em Nairobi (Quénia), a aprovação de um documento intitulado *Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos*, onde se defendia a necessidade de existir uma relação desejável entre a educação de adultos e a educação de jovens, tal como refere Dias (1982b:10):

*“A educação dos jovens deveria ser progressivamente orientada para a educação permanente, tendo em conta a experiência adquirida no âmbito da educação de adultos, e tendo em vista preparar os jovens, qualquer que seja a sua origem social, para beneficiarem da educação de adultos ou contribuírem para ela.”<sup>1</sup>*

É em Nairobi que a Educação de Adultos é definida como sendo (Dias, 1982a:6):

---

1. UNESCO (1976). *Recomendação*, Nairobi, n.º 46.

*“a totalidade dos processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível ou o método, quer sejam **formais ou não formais**, quer prolonguem ou substituam a educação inicial ministrada nas escolas e universidades (...);*

4) A **IV Conferência Internacional** viria a realizar-se em 1995, em Paris (França). Aqui, reforçou-se a necessidade de fortalecer as ligações entre a educação realizada nos contextos formais e nos não formais (termos já referidos, em 1976, na Conferência de Nairobi). Esta preocupação já havia sido objecto de análise e discussão na Conferência Mundial sobre Educação para todos realizada em 1990, em Jomtien (Tailândia);

5) **V Conferência Internacional** decorreu em 1997, em Hamburgo (Alemanha) e teve como tema central de discussão a realidade de *“Aprender em idade adulta: uma chave para o século XXI”*. Melo, Lima & Almeida (2002:22) sublinham que, nesta V CONFINTEA, propõe-se *“um novo conceito da Educação de Adultos que seja simultaneamente holístico, para abordar todos os aspectos da vida, (...)”* (ApF<sup>2</sup>, p.50) associando-lhe um *“outro conceito que é a sociedade de aprendizagem, em que tudo oferece uma oportunidade de aprendizagem e de realização do potencial de cada um.”* (ApF, p.9). Os mesmos autores consideram que a Educação de Adultos, numa perspectiva de ALV, remete para o conceito de *“sociedade educadora, onde tudo deve abrir oportunidades de aprender e de realizar as potencialidades de cada pessoa”* (ApF, p.9). Nessa mesma lógica, a noção de adulto também se altera, assumindo-se uma representação de adulto aprendiz (*adult learning*) e há uma preocupação, cada vez maior, em afastar a Educação de Adultos, da ideia inicial de resposta de segunda oportunidade, como ficou conhecida, no nosso país, nas décadas de 80/90 com as modalidades de Ensino Recorrente. A participação de Portugal, nesta conferência viria a revelar-se importante, na medida em que foi a partir daí que se viria a construir um grupo de trabalho e, subsequentemente, uma estratégia na área da educação e formação de adultos, conforme veremos, adiante;

6) **VI Conferência Internacional**, ocorreu em 2009, em Belém do Pará (Brasil). Aqui, pretendeu-se promover a importância da educação dos jovens e adultos como factor condutor da capacidade de aprendizagem ao longo da vida.

### **1.1.2. O Livro Branco sobre a Educação e a Formação “Ensinar e Aprender: Rumo uma Sociedade Cognitiva”**

Em 1995, é publicado o Livro Branco sobre a **Educação e a Formação**

---

2. Agenda para o Futuro (Instituto de Educação da UNESCO, 1997).

**“Ensinar e Aprender: Rumo uma Sociedade Cognitiva”**, da autoria da Comissão Europeia. Nele se instituiu o conceito de “sociedade aprendente” (*learning society*), na medida em que cada um, numa sociedade em permanente evolução, necessita de estar em permanente processo de actualização e aquisição de conhecimentos e competências.

Vários autores criticam a mensagem veiculada naquele documento, tal como Canário (1997), Pires (2002) e Lima (2005), nomeadamente as orientações nele vertidas, a excessiva responsabilização dos indivíduos pelo seu processo de aprendizagem (em detrimento da responsabilização do Estado), a forte dimensão economicista (de mercado) com que são abordadas as questões educativas e o paradigma de educação e formação ao longo da vida.

### **1.1.3. O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (*Educação: Um tesouro a descobrir*)**

No Relatório produzido para a UNESCO, pelo Comité Internacional sobre Educação para o século XXI, [que ficou conhecido como o documento **Educação: um tesouro a descobrir** (Delors *et al*, 1996)], sublinhou-se a importância do processo de reavaliação do conceito de competências para a vida ou competências-chave, no sentido de permitir ao indivíduo participar, activa e criticamente, na vida social e ampliar as suas capacidades de inserção e de mobilidade no mercado de trabalho (Alonso, Imaginário & Magalhães, 2001).

Neste Relatório, é colocado o enfoque no conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, assente em quatro pilares:

i) **aprender a conhecer** “aprender a aprender, para beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação durante toda a vida”;

ii) **aprender a fazer**, reforçando-se a importância das competências em vez das qualificações profissionais, pois são as primeiras que tornam “a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipa”;

iii) **aprender a viver juntos**, “no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz”;

iv) **aprender a ser** “que desenvolva a personalidade e ajude os indivíduos a melhor responder como seres dotados de autonomia e responsabilidade” (Delors *et al*, 1996: 88).

A educação é, assim, entendida enquanto dispositivo que permite, a cada indivíduo, adaptar-se às constantes mudanças, num contexto de forte globalização, considerando a pessoa, na sua totalidade, enquanto ser que “aprende a ser” (Carneiro, 2001; Delors, 1996: 88).

#### 1.1.4. O Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida

No seguimento da conhecida Cimeira de Lisboa, aquando da presidência portuguesa da União Europeia, foi lançado o **Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida** (2000). As alterações sociais, económicas e tecnológicas exigiam que se redefinisse e repensasse a abordagem à educação e à formação, de forma integrada e relacionada com os processos de desenvolvimento, a competitividade e a manutenção e reforço do estado social que era e deveria continuar a ser a imagem de marca da Europa. Assim, a Comissão Europeia pretendeu, com a elaboração do Memorando, construir um documento orientador para um debate à escala europeia. O objectivo final foi implementar um conjunto de medidas e acções conducentes à operacionalização do princípio da Aprendizagem ao Longo da Vida, em toda a Europa.

Do Memorando fazem parte seis mensagens-chave: (1) novas competências básicas para todos; (2) mais investimento em recursos humanos; (3) inovação no ensino e na aprendizagem (oferta contínua de ALV); (4) valorização da aprendizagem; (5) reorientar as acções de orientações e consultadoria; (6) aproximar a aprendizagem dos indivíduos (próximo das necessidades dos mesmos).

Eventualmente, a sexta mensagem daquele Memorando (2000:22), por ser aquela que procura aproximar os indivíduos da aprendizagem, foi um dos aspectos mais valorizado pela nova Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), a qual promoveu, em 2000/2001, a criação da Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), disseminados por todo o país e que se pretendiam constituir como:

*“Oportunidades diversificadas de aprendizagem ao longo da vida acessíveis a nível local contribuem para que as pessoas não se sintam obrigadas a abandonar a sua região de origem para fins de educação e formação - ainda que deva ser-lhes dada a oportunidade de o fazer e velar por que essa mobilidade seja uma experiência de aprendizagem positiva. Para alguns grupos, como as pessoas com deficiência, nem sempre é possível uma mobilidade física. Nestes casos, a igualdade de acesso à aprendizagem só poderá ser concretizada aproximando a mesma dos próprios aprendentes.”*

Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida (2002:22)  
(documento de trabalho da Comissão Europeia)

#### 1.1.5. As aprendizagens em contextos não formais e informais

Conforme se pode verificar, ao longo das últimas décadas do século passado, através da publicação de documentos e recomendações, foi sendo dada, cada vez maior, relevância aos contextos de aprendizagens não formais e informais.

Em 2000, a Comissão Europeia, no "*Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida*", apela à necessidade de se assegurarem "*as novas competências básicas para todos*", para além daquelas que todos conhecem como "*ler, escrever e contar*", promovendo a aquisição e/ou actualização das competências necessárias à participação e desenvolvimento de cada um(a) na sociedade. A aprendizagem adquirida, em diferentes ambientes, surge como via valorizada, reconhecendo-se que se pode aprender em diferentes contextos e reconhecendo-se, pela primeira vez, a necessidade e a justiça de certificar as aprendizagens realizadas em contextos não formais e informais (Comissão Europeia, 2000). Quanto aos ambientes formais de aprendizagem, pode-se afirmar que a aprendizagem formal é, como se sabe, mais facilmente identificada, pois é veiculada pelas escolas e outras instituições equivalentes, em ambientes de aprendizagem organizados, com intencionalidade educativa e certificação formal/oficial.

Em seguida, caracterizar-se-á cada um dos contextos de aprendizagem, em cima referidos (*não formal e informal*), nomeadamente as aprendizagens que neles ocorrem, e alguns dos traços que os distinguem entre si.

#### • **A aprendizagem não formal**

Quanto à aprendizagem disponível nos contextos não formais, esta é, para Correia & Cabete (2002:45-46), "*a única forma de aprendizagem da maioria dos adultos*". Canário (1999, cit. por Cavaco, 2002:29) considera a **aprendizagem não formal** como aquela em que há flexibilidade de programas e horários, é baseada no voluntariado e é característica na área da Educação de Adultos.

A UNESCO (1988, cit. por Nogueira, 1996:42) entende a aprendizagem não formal como não organizada "*por cursos e graus escolares regulamentados*" e, ao invés da aprendizagem formal, não concede títulos ou certificados. Pode decorrer em espaços diversificados como museus, teatros, associações, colectividades, no local de trabalho.

#### • **A aprendizagem informal**

A **aprendizagem informal** é uma aprendizagem não organizada, que pode ser intencional ou não. Ao contrário do que se passa nos contextos formais e não formais, a aprendizagem concretizada em ambiente informal é aquela que se designa de "*espontânea*", "*quotidiana*" ou "*inconsciente*".

Nos contextos em que se desenvolvem aprendizagens informais, "*não há reconhecimento social de quem exerce a função educativa*" (Cavaco, 2002:36). Também Nico, B. & Nico, L. *et al* (2008) afirmam que estas aprendizagens são não intencionais e realizam-se em contextos do quotidiano pouco ou nada estruturados e pouco valorizados como potenciais contextos educacionais.

A aprendizagem informal é, comumente, associada a aprendizagem experiencial<sup>3</sup>, uma das mais importantes para grande parte dos adultos que se inscreveram nos Centros de RVCC para concretizar um processo de reconhecimento e validação de competências.

Há, ainda, quem utilize o conceito de aprendizagem contextual, como Quintas (2008:31), quando esta afirma que *“a aprendizagem não resulta só de um processo pessoal, isolado do mundo em que o sujeito vive, mas está intimamente relacionada com esse mundo e é afectada por ele.”*

A propósito da importância das aprendizagens não formais e informais, em Portugal, relevam-se as Conferências Europeias de 2000 (ANEFA, 2001) e 2007 (*Conferência Valorizar a Aprendizagem: práticas europeias de validação de aprendizagens não formais e informais*) realizadas em Évora e Lisboa, respectivamente. Nestes dois momentos, a preocupação fundamental assentou no reconhecimento e validação das aprendizagens formais e não formais. Outras iniciativas europeias vêm dar corpo a este paradigma de ALV:

i) a criação do Quadro Europeu de Qualificações (QE), lançado em 2007, naquela última conferência referida;

ii) o Sistema de Créditos para a Educação e Formação Profissional (ECVET), que vem reforçar a transferência, capitalização e reconhecimento das aprendizagens adquiridas ao longo da vida, numa perspectiva de cooperação e confiança mútua entre os países europeus.

## **1.2. A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA): nascimento**

Como já foi referido, Portugal participou na V Conferência Mundial de Educação de Adultos, promovida pela UNESCO em 1997, em Hamburgo, através de uma Delegação Nacional que contou com a participação de Ana Benavente (Secretária de Estado) e Alberto Melo, entre outros (Melo, 2000).

Três meses depois desta conferência, o Ministério da Educação nomeou um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação de Adultos (Despacho n.º 10534/97, de 16 de Outubro), na sequência dos resultados de uma pesquisa de 1996, no âmbito da Literacia (Benavente *et al*, 1996). Este grupo era constituído por 6 elementos, coordenados por Alberto Melo<sup>4</sup> (Lima, Afonso & Estêvão, 1999:13).

3. Tal como defendido no Modelo de aprendizagem experiencial de Kolb (1976, 1981, 1984).

4. Os elementos que constituíram o Grupo de Trabalho/Comissão foram Alberto Melo, Lucília Salgado, Augusto Santos Silva, Luís Rothes, Ana Queirós e Mário Ribeiro. Esta Comissão trabalhou durante 3 meses, produziu um Documento de Estratégia e, depois, dissolveu-se.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação de Adultos tinha, como missão, a elaboração de um documento que identificasse uma estratégia para a implementação da Educação de Adultos em Portugal. Além do Ministério da Educação, esta iniciativa viria a ser, depois, homologada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), resultando daí a expressão "*Educação e Formação de Adultos*", numa articulação entre as áreas da educação e do trabalho, em detrimento da separação das áreas como outrora acontecia através do uso da expressão "Educação de Adultos".

O Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (GMEFA) foi constituído através da Resolução do Conselho de Ministros n.º92/98, de 25 de Junho e incumbido, desde logo, de desencadear o processo conducente à constituição da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).

Este grupo, então constituído no âmbito dos dois Ministérios, encomenda à Universidade do Minho (Unidade de Educação de Adultos) a elaboração de "*um estudo relativo à criação e organização de uma estrutura nacional de desenvolvimento e coordenação da Educação e Formação de Adultos*" (Lima, Afonso & Estêvão, 1999:9). O estudo foi concluído a 31 de Janeiro de 1999.

A partir do documento referido, aquele Grupo de Missão pretendia: (i) construir um sistema de educação e formação de adultos, autónomo e descentralizado; (ii) criar uma instituição independente; (iii) introduzir um dispositivo de reconhecimento e validação de competências adquiridas.

### **1.2.1. A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA): acção**

Assim, foi criada a ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos), em 28 de Setembro de 1999, através do Decreto-Lei n.º 387/99, sendo-lhe, na altura, atribuída múltiplas atribuições, entre as quais a construção de "*um sistema de reconhecimento e validação das aprendizagens informais dos adultos, visando a certificação escolar e profissional*" (alínea e) do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 387/99). Neste normativo legal, no qual assenta a génese da ANEFA, a definição de Educação de Adultos é a que consta na Declaração de Hamburgo, como referem Melo, Lima & Almeida (2002:19):

*"Nesta óptica, a estratégia para a educação e formação de adultos deve combinar uma lógica de serviço público e uma lógica de programa, que se traduza no estímulo e apoio à iniciativa e à responsabilidade individual e dos grupos"*

A ANEFA (que funcionou entre 1999 e 2002) surgiu, assim, num período em que, em Portugal e no âmbito da educação de adultos, ocorria um duplo problema: a subcertificação formal (baixos níveis de qualificação de base) e a subcertificação informal (ausência de dispositivos que reconhecessem e validassem as aprendizagens adquiridas por via da experiência). Esta realidade comprometia fortemente o desenvolvimento social e económico do país, quando comparado com outros países da Europa em que estes dispositivos já haviam realizado outro caminho (Nico, 2009; Nico, B., Nico, L., *et al*, 2013).

A ANEFA, dando seguimento ao trabalho iniciado pelo Grupo de Missão, desenvolveu, entre outras, **três iniciativas** (Nico, 2009:175; Santos & Rico, 2011: 29).

#### **a) A oferta de uma rede de cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), de nível Básico**

Em 2000/2001, iniciaram-se 13 cursos, a título experimental, a maior parte promovidos por Organizações Não Governamentais (ONG).<sup>5</sup> Na região do Alentejo, as duas entidades piloto foram a ESDIME (Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional/IEFP (Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém). A título de curiosidade, refira-se que, no total dos 27 adultos desempregados inscritos naqueles dois cursos EFA, foram certificados 16 adultos (Nico, 2009:177).

#### **b) A oferta de Acções S@Ber +**

Estas acções constituíam-se como acções de curta duração promovidas pela ANEFA e por diversas instituições públicas e privadas. O seu objectivo consistiu em "*motivar a população adulta a melhorar as suas qualificações escolares ou profissionais*." (Trigo, 2001: 27). Por conseguinte, surgiram também os Clubes S@ber+ (Leitão & Gonçalves, 2002) que eram espaços de informação e aconselhamento dos adultos (cf. n.º 3. art.9.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro). Mais tarde, estas acções viriam a designar-se de acções de curta duração, sendo actualmente, denominadas, de Formações Modulares Certificadas.

#### **c) Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (SNRVCC)**

Em Portugal, antes da criação do SNRVCC, houve algumas experiências no âmbito da (tentativa) de implementação de respostas que reconhecessem

---

5. ANEFA (2002a). *Relatório Nacional sobre os Cursos de Educação e Formação de Adultos 2000/2001*. Lisboa: ANEFA.

e creditassem os conhecimentos adquiridos. A primeira referência a registar vai para o trabalho efectuado, em 1976, pela Direcção Geral de Educação Permanente (DGEP), na área de educação de adultos. O trabalho desenvolvido assentou em temas integradores, partindo-se das vivências e dos contextos quotidianos dos adultos. Esta lógica assentava no princípio da conscientização freiriana (Freire, 1979), segundo o qual a educação deveria servir, essencialmente, para o despertar das consciências e da visão crítica e construtiva das pessoas sobre o seu mundo.

A segunda referência decorre da experiência do Ensino Recorrente que, legalmente, atendia "*à experiência de vida entretanto adquirida e ao nível de conhecimentos demonstrado pelos seus destinatários*." (cf. art. 4.º do Decreto-Lei n.º 74/91; Hilário, s/d:41). A própria experiência de vida não era valorizada e os percursos eram todos iguais, como se os percursos formativos, até então realizados, não tivessem existido, ou fossem exactamente iguais, num mesmo grupo (Nico, 2009:98). Em Portugal, foi feito um estudo, em 1998, centrado precisamente na avaliação da modalidade de Ensino Recorrente (Pinto, Matos & Rothes, 1998).

A terceira e última referência vai para os exames de admissão ao Ensino Superior (*Ad-Hoc*), através dos quais se avaliavam os conhecimentos obtidos por percursos não escolares, tendo em vista a respectiva certificação e consideração em sede de acesso ao ensino superior. Este dispositivo foi, entretanto, substituído pelas provas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos indivíduos maiores de 23 anos (Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março)<sup>6</sup> mais conhecidas por **M23**.

A inovação trazida pela ANEFA, concretamente através do Sistema de RVCC, assentou em 3 elementos (Nico, 2011:82; Nico, B. & Nico, L., 2011:13):

- (1) a certificação formal e escolar das aprendizagens experienciais;
- (2) a utilização das abordagens biográficas no reconhecimento das competências dos indivíduos;
- (3) a operacionalização de um referencial de competências-chave.

A ANEFA viria a ser extinta, no último trimestre de 2002, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Educação. Nesse momento, é criada a Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).<sup>7</sup>

---

6. Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, previstas no n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto.

7. Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro.

### 1.2.2. A rede inicial de Centros de RVCC

Através da publicação da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, foi criada uma Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros de RVCC), a partir da qual se promoveu o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

O sistema nacional de RVCC concretizou-se, assim, numa rede de centros articulados entre si. Esta rede foi, desde Novembro de 2000, constituída numa fase experimental, por 6 centros-piloto (*centros em observação*), em todo o contexto nacional (*Tabela 1*). Na região Alentejo, a ESDIME foi uma das entidades piloto, no âmbito dos Centros de RVCC. Um dos critérios de selecção foi a experiência adquirida no âmbito dos Cursos EFA anteriormente referidos (ESDIME, 2007; Veríssimo, 2011: 103).

Tabela 1 – Instituições promotoras de Centros de RVCC “em observação” em Portugal, em 2000

Região	Instituições promotoras dos CRVCC
Norte	Associação Industrial do Minho (AIMinho)
	Associação Comercial de Braga (ACB)
	Associação Nacional de Oficinas de Projecto (ANOP)
Lisboa e Vale do Tejo	Escola Nacional de Bombeiros (ENB)
	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Centro de Formação Profissional do Seixal
Alentejo	ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste

Fonte: NICO (2009:187)

Entre 2001 e 2005 existiam, em Portugal, 98 Centros de RVCC, dos quais 6 na região do Alentejo, de acordo com a cronologia que se apresenta na Tabela seguinte.

Tabela 2 – Rede inicial de Centros de RVCC na Região Alentejo (2000-2005)

Designação do Centro	Localização	Ano de Criação	Tipologia da entidade
<b>ESDIME</b> – Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo e Sudoeste, Lda.	Messejana (Aljustrel)	2000	Privada
<b>Fundação Alentejo</b>	Évora	2001	Privada
<b>Centro de Formação Profissional</b> de Portalegre (IEFP)	Portalegre	2001	Pública
<b>ADL</b> – Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano	Santiago do Cacém *	2003	Privada
<b>Rota do Guadiana</b> – Associação de Desenvolvimento Integrado	Serpa	2004	Privada
<b>Terras Dentro</b> – Associação para o Desenvolvimento Integrado	Alcáçovas (Viana do Alentejo)	2005	Privada

Fonte: NICO (2009:264)

\*Centro que encerrou a actividade em 2005 e foi extinto em 2007 (Despacho n.º 1073/2007, DR 15, Série II, de 22-01-2007).

Nota: No ano 2005, foi ainda criado o Centro da Escola Superior de Educação de Portalegre. Nesse ano, não certificou adultos.

A informação que consta da Tabela 3 traduz os níveis de execução física dos seis Centros de RVCC, participantes no nosso estudo.

Tabela 3 – Execução Física dos Centros de RVCC no Alentejo (adultos certificados entre 2001 e 2005, por nível de certificação)

Ano	Nível de certificação		
	B1 (1.º Ciclo do Ensino Básico)	B2 (2.º Ciclo do Ensino Básico)	B3 (3.º Ciclo do Ensino Básico)
2001	0	1	25
2002	1	29	282
2003	2	46	703
2004	6	75	795
2005	3	58	943
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>209</b>	<b>2748</b>
<b>Total</b>	<b>2969</b>		

Fonte: NICO (2009:274)

### 1.2.3. Domínios de intervenção dos Centros de RVCC

Tendo em conta que o presente projecto de investigação teve como objecto de estudo os impactos do Processo de RVCC, num período em que os Centros se denominavam de Centros de RVCC, considerou-se importante identificar as **actividades e serviços**, assim como as **etapas de intervenção** daqueles Centros.

No que respeita aos domínios de intervenção dos Centros de RVCC (ANEFA, 2002a:19), distinguem-se dois:

- a) nível do **MEIO**, no qual se distingue o **interno** (o próprio Centro) e o **externo** (comunidade local) onde se incluem as **actividades estruturantes**;
- b) nível do **ADULTO**, através do RVCC (**serviços de Reconhecimento, Validação e Certificação**).

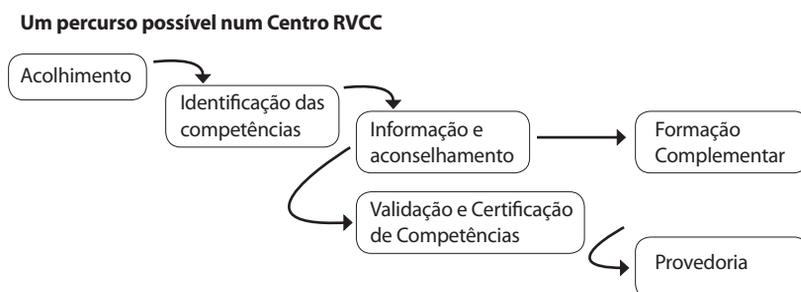
Figura 1 - Domínios de Intervenção do Centro de RVCC



Fonte: NICO (2009:190)

Observe-se, de seguida, na Figura 2, as etapas de intervenção num Centro RVCC, isto é, o percurso que um adulto percorria, desde o momento da sua inscrição até à provedoria.

Figura 2 - Etapas de intervenção do Centro de RVCC



Fonte: Olefa (Odivelas), 2007  
www.drel.min/edu.pt

#### 1.2.4. Caracterização do Processo de RVCC

O Processo de RVCC é desenvolvido tendo por base os Referenciais de Competências-Chave, conforme o nível de certificação que se pretenda obter (nível básico ou secundário) e é concretizado em **3 eixos fundamentais**: o eixo do reconhecimento, o eixo da validação e o eixo da certificação. Na janela temporal do nosso estudo (2000-2005), apenas existia o Referencial de Competências-Chave de Nível Básico.

A realização de um Processo de RVCC, nomeadamente a partir do exercício de Balanço de Competências, implica, por parte do adulto, a construção do Dossier Pessoal (mais tarde, no nível secundário, designado de Portefólio Reflexivo de Aprendizagens).

**1. O eixo de reconhecimento de competências** é o “*processo de identificação pessoal das competências previamente adquiridas e que se consubstancia no conjunto de actividades, assentes numa lógica de balanço de competências*,”<sup>8</sup> O adulto é acompanhado num processo de reflexão sobre as competências que adquiriu ao longo da vida por via das experiências “*quer em contextos formais de aprendizagem e trabalho, quer em contextos informais e não formais*”, as quais são transferíveis a outras situações (ANEFA, 2002c:30). O adulto realiza várias actividades, com recurso a instrumentos disponíveis pela entidade que gere a rede e pela própria equipa pedagógica. A realização de um Processo de RVCC, nomeadamente a partir do processo de Balanço de Competências, implica, por parte do adulto, a construção do Dossier Pessoal;

8. Cf. n.º 1, art. 6.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro.

**2. O eixo de validação de competências** é o acto através do qual os formadores validam as competências, em função daquilo que está consignado nos Referenciais de Competências-Chave. Na fase inicial dos processos, o eixo de validação concretizava-se numa sessão de júri de validação constituída pelos elementos da equipa do Centro e um elemento externo (o Avaliador Externo<sup>9</sup>), devidamente acreditado pela ANEFA (e depois pelos organismos sucederam a ANEFA). Posteriormente, a sessão de júri de validação passou a desenvolver-se apenas, entre os elementos da equipa pedagógica, seguindo-se a sessão de júri de certificação (acto público, com a presença do adulto, da equipa e do Avaliador Externo<sup>10</sup>);

**3. O eixo de certificação de competências** “é o processo que confirma as competências adquiridas em contextos formais, não formais e informais e que constitui o acto oficial de registo das competências”<sup>11</sup> Este registo de competências, numa primeira fase, era efectuado na Carteira Pessoal de Competências-Chave. Esta carteira foi extinta e, em seu lugar, criou-se a **Caderneta Individual de Competências** (Portaria n.º 475/2010, de 8 de Julho), onde se registam as competências adquiridas ou desenvolvidas pelo indivíduo ao longo da vida, referidas no Catálogo Nacional de Qualificações.

### 1.3. A Iniciativa Novas Oportunidades (INO)

A Iniciativa Novas Oportunidades (INO) foi apresentada em Setembro de 2005, na Assembleia da República pelo XVII Governo Constitucional, numa estratégia conjunta de dois Ministérios – *Educação e Trabalho e Solidariedade Social* – que assumia a finalidade de inverter os níveis de qualificação da população portuguesa jovem e adulta. De um modo geral, a INO procurou criar oportunidades que permitissem definir o 12.º ano como patamar mínimo de escolaridade para todos. Nesta circunstância, ocorreram profundas alterações na missão e na dimensão da rede global de qualificação, das respostas disponibilizadas e dos públicos a que se destinavam.

Os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) são, desde o início de 2006, sujeitos a profundas alterações de natureza legal, organizacional e de gestão, pois os seus objectivos e funções

9. ANEFA (2002b).

10. Nos actuais Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), onde se desenvolverá, o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, já não está prevista a figura de avaliador externo.

11. Cf. art. 8.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro.

são alterados para que possam estar em conformidade com os princípios preconizados na INO. A tutela de toda esta nova realidade passa, entretanto, para uma nova instituição pública: a Agência Nacional para a Qualificação, I.P., (ANQ), entre 2007 e 2011<sup>12</sup>.

Os Centros de RVCC passaram, então, a designar-se Centros Novas Oportunidades (CNO), integraram novos elementos, sendo o processo de RVCC alargado ao nível secundário de escolaridade. Simultaneamente, aumentou o número de Centros a funcionar, em todo o país (Portaria n.º 86/2007, de 12 de Janeiro e a Portaria 370/2008, de 21 de Maio).

Os Centros Novas Oportunidades acolhiam os adultos, procedendo ao seu aconselhamento e orientação para percursos de qualificação de nível básico ou secundário e realizavam os processos de RVCC escolares e profissionais. Foram, também, criados Centros específicos (inclusivos) para atendimento a adultos com deficiências ou incapacidades, possibilitando-lhes, assim, a oportunidade de reconhecerem as suas competências.

Se a rede inicial de Centros de RVCC foi, essencialmente, uma rede proveniente de instituições da sociedade civil – através de iniciativas de associações de desenvolvimento local e de entidades privadas (dos 6 Centros no Alentejo, entre 2000 e 2005, apenas 1 era promovido por um instituto público) -, a rede de Centros Novas Oportunidades ficou caracterizada pelo seu alargamento às escolas públicas, básicas e secundárias.

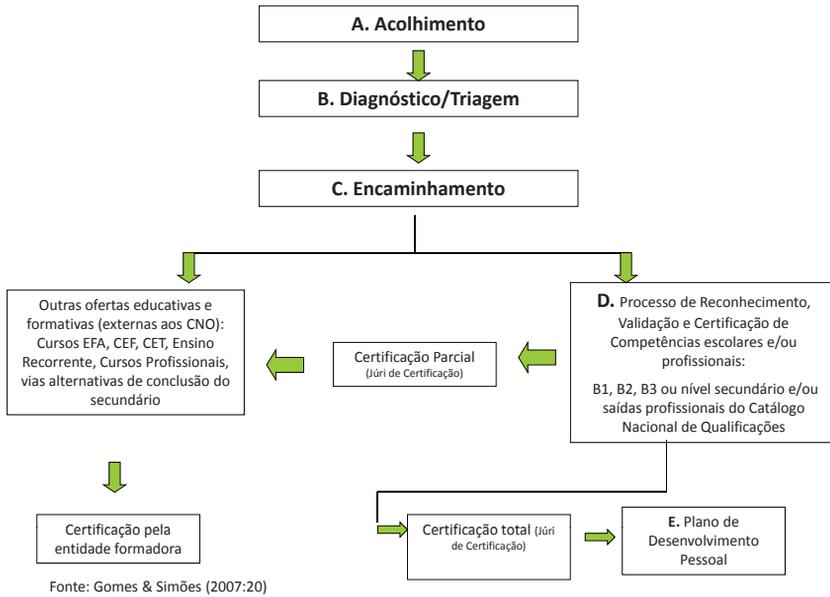
A monitorização e avaliação dos CRVCC era feita através de um Sistema de Indicadores de Referência para a Qualidade dos Centros Novas Oportunidades que constava do documento *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades* (Gomes & Simões, 2007) e através do modelo de auto-avaliação CAF.

A Figura 3 permite conhecer as etapas de intervenção de um Centro Novas Oportunidades:

---

12. Na sequência da extinção da Direcção-Geral de Formação Vocacional, em Outubro de 2006, constituiu-se a Agência Nacional para a Qualificação, I.P., cuja criação e aprovação da respectiva estrutura orgânica ocorre através da publicação do Decreto-Lei nº 276-C/2007, de 31 de Julho.

Figura 3 - Etapas de intervenção dos Centros Novas Oportunidades



Em 2010, o Sistema Nacional de RVCC era concretizado numa rede de 454 Centros Novas Oportunidades disseminados por todo o país<sup>13</sup>, 40 dos quais na região Alentejo.<sup>14</sup> Como se pode verificar, em 2010, a rede era essencialmente, uma rede de natureza pública, com uma forte presença das escolas (Tabela 4).

Tabela 4 - Rede de Centros Novas Oportunidades na Região Alentejo, em 2010

Tipologia dos Centros Novas Oportunidades		Freq. Absoluta (N)	Freq. Relativa (%)
Entidades Privadas		9	22,5
Entidades Públicas	<b>Escolas</b>	<b>26</b>	<b>65,0</b>
	CFP (IEFP)	5	12,5
<b>Total</b>		<b>40</b>	<b>100,0</b>

Fonte: NICO (2009:279)

13. Agência Nacional para a Qualificação, I.P., 31 de Agosto de 2010.

14. Assumida, neste contexto, como a zona de jurisdição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA). Esta circunscreve 47 concelhos, distribuídos pelos distritos de Évora, Beja, Portalegre e uma parte do distrito de Setúbal (neste último, apenas os concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Grândola).

Na escola pública, e também nas instituições da sociedade civil e nas empresas, nos últimos anos, apostou-se num conjunto de medidas que visaram a melhoria da qualificação dos jovens e dos adultos portugueses. Essas medidas foram inscritas na referida Iniciativa Novas Oportunidades.

Estudos e relatórios da Comissão Europeia e da OCDE (OECD, 2012) assinalaram os progressos que Portugal alcançou na área da educação e formação de adultos, nos últimos anos. São, também, de referir os estudos nacionais de avaliação externa à Iniciativa Novas Oportunidades, cujos resultados já estão publicados (Carneiro, 2009, 2010), assim como os estudos regionais que avaliaram os impactos dos processos de RVCC desenvolvidos entre 2001 e 2005, no Alentejo (ESDIME, 2007; Nico, 2009; Rico & Libório, 2009).

De referir, por último, neste ponto, que a Iniciativa Novas Oportunidades, na qual se inscrevia o dispositivo de RVCC, nas vertentes escolar e profissional, este último denominado de RVCC-PRO (Caeiro, 2011: 77), permitiu o acesso a uma resposta de qualificação a mais de 1 milhão e 700 mil portugueses.

## 1.4. A actualidade

Actualmente, o instituto que, a nível central, tem a missão de coordenar a rede de Centros Novas Oportunidades e o Sistema Nacional de RVCC é a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.), tutelada pelos Ministérios da *Educação e Ciência e da Economia e do Emprego*.<sup>15</sup>

A rede de Centros Novas Oportunidades foi extinta em 31 de Março de 2013, sendo criados os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), através da publicação da Portaria n.º 135-A/2013 de 28 de Março, que regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos CQEP.

Tabela 5 - Fases de desenvolvimento do Sistema Nacional de RVCC

	<b>Período</b>	<b>Designação dos Centros</b>	<b>Organismo responsável pela gestão da rede de Centros</b>
1.ª fase	2000-2005	<b>Centros de RVCC</b>	Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV)
2.ª fase	2006-2011	<b>Centros Novas Oportunidades</b>	Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, I.P.)
3.ª fase	2012 – (...)	<b>Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional</b>	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.)

Elaboração própria (2013).

15. O Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de Fevereiro cria e aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.).

Foram já publicados, através do Despacho n.º 6904/2013, de 28 de Maio, os critérios de selecção das entidades promotoras de CQEP e de apreciação do Plano Estratégico de Intervenção, previsto na Portaria anteriormente referida.

Apesar da incerteza que existe quanto ao futuro, no que respeita à educação de adultos e, em concreto, ao dispositivo de reconhecimento de competências, é indiscutível a importância de manter e continuar a valorizar estruturas e dispositivos que possibilitem aos adultos continuar a aprender e a ver reconhecidas as suas competências, independentemente do local onde as mesmas sejam adquiridas.

As âncoras do futuro, conforme referem Nico, B. & Nico, L. (2011:20-22), passarão, necessariamente por, contemplar, diversificadas abordagens, no sentido de qualificar pessoas e territórios e deverão:

i) **promover e dinamizar respostas de qualificação da população adulta**, organizando oferta formativa que responda às necessidades e expectativas dos adultos e às necessidades da economia da região e do país (**abordagem territorial e económico-social**);

ii) **valorizar o universo de aprendizagens concretizadas pelos adultos**, visíveis nos Portefólios construídos no âmbito da concretização do Processo de RVCC. Os relatos das histórias de vida, enquanto processo de auto-formação, são uma evidência da riqueza de contextos e das aprendizagens não formais concretizadas ao longo da vida. Essas *escolas fora da escola*, encerram em si uma diversidade e uma riqueza, ancoradas em determinadas especificidades individuais e territoriais, que não podem ser ignoradas, nem tão pouco desvalorizadas, na trajectória de vida de cada indivíduo (abordagem sistémica e humanista);

iii) **entender que o dispositivo de RVCC é tão somente uma das respostas possíveis de qualificação dos adultos**, assente no reconhecimento dos saberes adquiridos ao longo da vida, através da sua experiência de vida (**abordagem biográfica**);

iv) assumir que os CQEP deverão promover **um trabalho de encaminhamento, mas também de provedoria/accompanhamento na pós-certificação**, pois essa etapa (ainda que prevista, na missão dos anteriores Centros) foi, em certa medida, pouco valorizada, sendo necessário definir acções de acompanhamento e de apoio à construção de projectos futuros concretos e concretizáveis (**abordagem de acompanhamento/orientação dos projectos educativos individuais e ao longo da vida**).

Estamos, pois, num terceiro momento da recente história da Educação e Formação de Adultos. Um momento com contornos ainda pouco definidos e mergulhado numa crise financeira, económica e social profunda

que, entretanto, voltará a reconfigurar a equação da Educação e Formação de Adultos em Portugal. Esperemos que a evolução seja para a frente e não para trás.

## CAPÍTULO 2

### A ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO

#### 2.1. O contexto

A ausência de processos de monitorização científicos, sistemáticos e participados pelos diferentes actores sociais com interesses directos no aumento das qualificações dos indivíduos (governo, escolas, sindicatos, associações empresariais e organizações não-governamentais, entre outros envolvidos nesta realidade) tem impedido a existência de um maior conhecimento das alterações mais significativas que ocorrem, nas dimensões pessoal, familiar, escolar, profissional, económica e social decorrentes da implementação das políticas de qualificação da população adulta portuguesa, nas últimas quatro décadas. Este aspecto torna-se mais evidente, quando o contextualizamos numa realidade de integração europeia, no âmbito da qual foram, desde 1996 (data da entrada formal de Portugal na Comunidade Económica Europeia), investidos consideráveis recursos financeiros na qualificação dos portugueses, nomeadamente dos adultos.

A concretização prática destas políticas tem sido caracterizada por alguns aspectos que consideramos serem importantes para a relevância desta investigação:

- i) significativo investimento de recursos financeiros públicos que foram mobilizados;
- ii) existência de altas expectativas de retorno pessoal, profissional e social, dos adultos que recorrem ao processo;
- iii) persistência de alguma desconfiança na população, relativamente a uma abordagem pedagógica assente num paradigma de aprendizagem menos escolarizado;
- iv) vital importância da qualificação das pessoas em territórios com baixos níveis de escolarização e com modelos de desenvolvimento económico pouco fundados na promoção do conhecimento, da tecnologia e da inovação;
- v) fundamental necessidade de assegurar a máxima qualidade e confiança social do processo. Nesta dimensão, em nossa opinião, o presente estudo científico, para lá do seu contributo para o conhecimento nesta área específica

das Ciências da Educação, poderá ser um valioso instrumento para a própria avaliação da política educativa direccionada para os adultos, que está a ser aplicada em Portugal e na região Alentejo.

Pensamos, ainda, que, com a aproximação de um novo quadro europeu estratégico de apoio financeiro para o país (2014-2020), a existência de estudos objectivos e com escala regional e nacional, numa das áreas críticas para o desenvolvimento, se revela uma necessidade evidente, uma vez que disponibilizam uma sólida base de pensamento e decisão. Este estudo também se assume como um contributo para o desenho e concretização de melhores e mais realistas políticas no país e na região, no âmbito da qualificação da população adulta.

## 2.2. A parceria institucional

Na prossecução dos objectivos do projecto de pesquisa e de acordo com os pressupostos de partida da candidatura apresentada à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), **foi constituída uma parceria institucional, em dois momentos diferentes, envolvendo 9 instituições da Região Alentejo:**

### 1. Instituições envolvidas no momento da candidatura do projecto à FCT:

a. **Direcção Regional de Educação do Alentejo**, que disponibilizou toda a informação que possuía acerca deste sector da actividade educacional na região e disponibilizou os serviços da sua responsável institucional por esta área, que foi elemento integrante da equipa desta investigação;

b. **SUÃO - Associação de Desenvolvimento Comunitário**, como instituição vocacionada para a educação comunitária e de adultos, contribuiu com duas técnicas especializadas, que integraram a equipa desta investigação;

c. **Diário do SUL**, grupo de comunicação social de dimensão regional, que disponibilizou os seus meios de divulgação mediática para disseminar, a toda a população alentejana, o projecto e os respectivos resultados.

### 2. Instituições envolvidas no início da concretização do projecto:

a. **ESDIME - Associação para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste** (localizada em Messejana, concelho de Aljustrel), entidade privada promotora de um Centro de RVCC, em Ferreira do Alentejo, desde o ano 2000;

b. **FUNDAÇÃO ALENTEJO** (localizada em Évora), entidade privada promotora de um Centro de RVCC, desde o ano 2001;

c. **Centro de Formação de Portalegre do Instituto do Emprego e Formação Profissional/IEFP** (localizado em Portalegre), entidade pública promotora de um Centro de RVCC, desde o ano 2001;

d. **ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano** (localizada em Santiago do Cacém), entidade privada promotora de um Centro de RVCC, desde o ano 2003;

e. **ROTA DO GUADIANA – Associação de Desenvolvimento Integrado** (localizada em Serpa), entidade privada promotora de um Centro de RVCC, desde o ano 2004;

f. **TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado** (localizada em Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo), entidade privada promotora de um Centro de RVCC, desde o ano 2005.

### **2.3. O desenho e a sequência metodológicos**

O problema nuclear da presente proposta de investigação decorria da necessidade de se proceder ao estudo de avaliação dos impactos provocados pela implementação, na região Alentejo e no período 2000-2005, do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Durante este período, concluíram, na Região Alentejo, o Processo de RVCC 2969 indivíduos, em seis instituições, de acordo com a distribuição que, a seguir, se apresenta, na Tabela 6.

Tabela 6 – Número de respondentes por CRVCC (Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências)

CRVCC	Indivíduos certificados		Questionários enviados		Questionários recebidos	
	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
<b>ESDIME</b> <sup>1</sup> - Associação Para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (Ferreira do Alentejo)	1097	37,0	1043	36,4	235	22,5
<b>FUNDAÇÃO ALENTEJO</b> (ÉVORA)	818	27,5	787	27,4	239	30,7
<b>IEFP /Centro de Formação de Portalegre</b> (PORTALEGRE)	220	7,4	218	7,6	114	52,3
<b>ADL</b> - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (Santiago do Cacém)	578	19,5	572	19,9	111	19,4
<b>ROTA DO GUADIANA</b> – Associação de Desenvolvimento Integrado (Serpa)	223	7,5	217	7,6	80	36,9
<b>TERRAS DENTRO</b> – Associação Para o Desenvolvimento Integrado (Alcáçovas)	33	1,1	32	1,1	6	18,8
<b>Totais</b>	<b>2969</b>	<b>100,0</b>	<b>2869*</b>	<b>100,0</b>	<b>785</b>	<b>26,4</b>

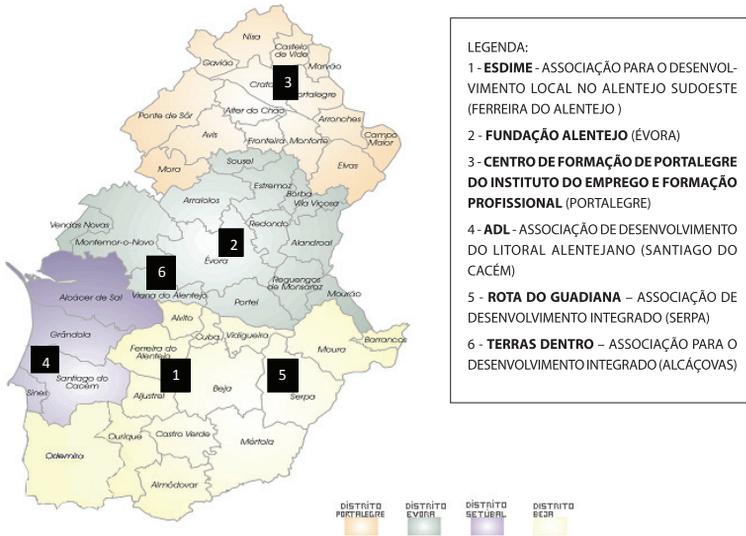
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

\* No total, entre 2000 e 2005, foram certificados 2969 indivíduos nos seis CRVCC em actividade na região Alentejo. Foram enviados 2868 questionários, pois não foi possível recuperar as moradas completas de 101 adultos. É esta a razão que explica a diferença existente (101) entre o número de adultos certificados e o n.º de inquéritos enviados.

1. A ESDIME tem a sua sede na localidade de Messejana (concelho de Aljustrel). O CRVCC localiza-se em Ferreira do Alentejo.

A localização dos seis CRVCC na região Alentejo pode visualizar-se na figura seguinte:

Figura 4 – Localização dos CRVCC (2000-2005)



Fonte: DREAlentejo (2011:6)

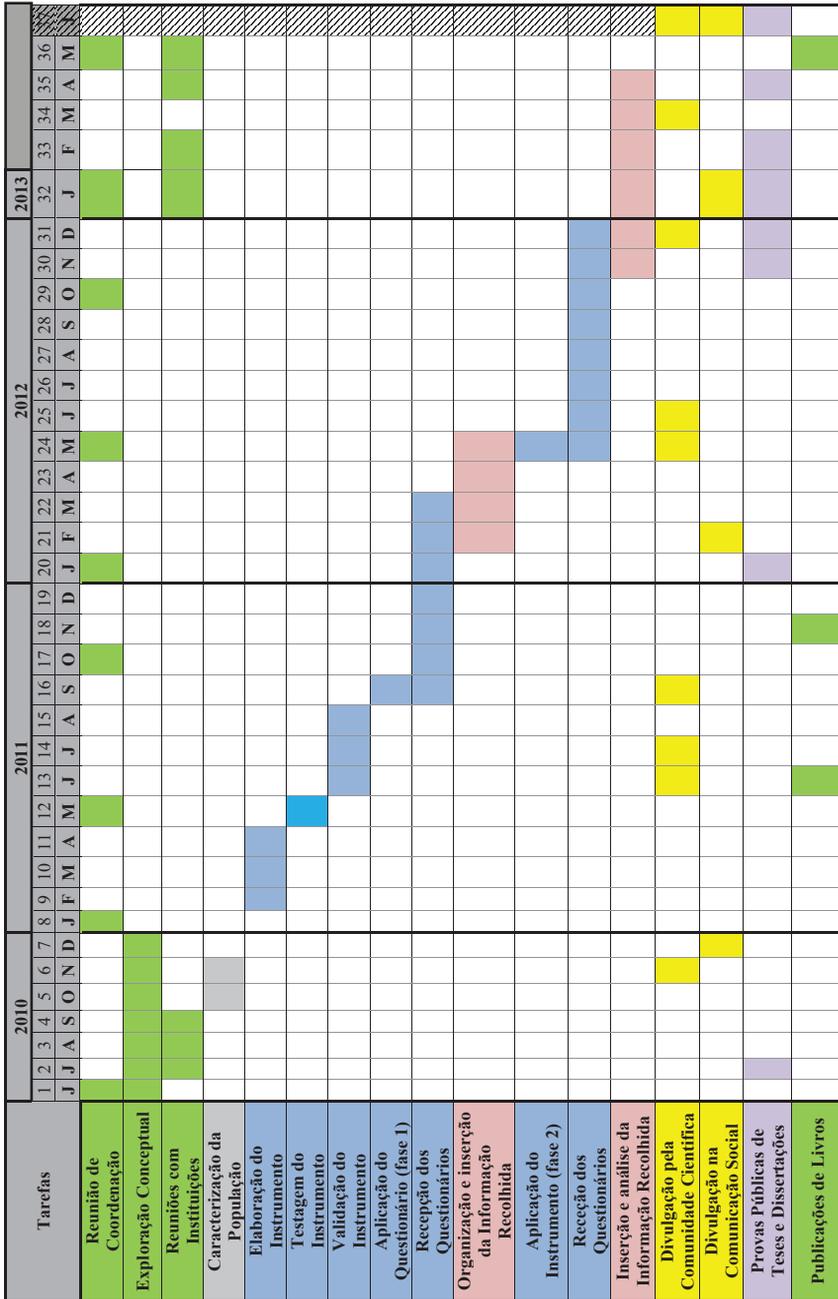
O desenho da investigação recorreu a uma abordagem de matriz essencialmente quantitativa, com o recurso à construção (concepção e validação) e aplicação de instrumento adequado (Questionário das Novas Qualificações/ QNQ), baseado em instrumento similar desenvolvido anteriormente por Nico (2009), de acordo com o procedimento formulado por Punch (1998), Hill & Hill (2005) e Leinhardt & Leinhardt (1990).

A análise da informação recolhida foi feita através da utilização da plataforma estatística construída para o efeito em suporte SPSS/Statistical Package for the Social Sciences (Pereira, 2008).

Escolheu-se o período referido anteriormente (2000-2005), pelo facto de já ter decorrido um mínimo de 6 anos após a nova certificação, período considerado adequado para percebermos conseqüências minimamente sedimentadas nos percursos vitais dos sujeitos.

A seqüência metodológica concretizou-se ao longo de 36 meses, de acordo com a figura seguinte:

Figura 5 – Cronograma global das actividades realizadas



## 2.4. O instrumento (Questionário das Novas Qualificações/ QNQ): concepção, construção e validação

As conclusões assumidas, desde o início, pela pesquisa aqui apresentada, pretendiam contribuir para identificar as alterações verificadas nas trajectórias individuais decorrentes da reentrada nos percursos formais de aprendizagem e certificação, por parte da população considerada.

Assim sendo, foram consideradas dimensões como a permanência dos indivíduos em fileiras de formação formal, o prosseguimento de estudos na formação profissional e a alteração de atitude, relativamente à presença de informação, cultura, tecnologia e inovação nas rotinas de vida. Estas áreas de interesse foram agrupadas em 4 grandes categorias:

i) No **campo profissional**, avaliou-se da existência de eventuais alterações nos percursos profissionais, nos níveis de empregabilidade, na mobilidade profissional, nas rotinas laborais, na procura de formação especializada e na remuneração;

ii) Na **dimensão familiar**, indagou-se acerca da alteração das atitudes e dos comportamentos familiares face à educação, no envolvimento das gerações mais jovens nos processos de aprendizagem dos mais adultos e na alteração da prioridade de investimento na qualificação;

iii) Na **vertente social**, identificaram-se mudanças induzidas pelo novo nível de escolarização, na vida comunitária, nas redes relacionais e noutros aspectos considerados relevantes;

iv) Ao **nível das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)**, avaliaram-se as alterações ocorridas na relação dos indivíduos com os computadores e as funcionalidades electrónicas disponibilizadas pelos mesmos, nomeadamente o recurso à Internet.

v) Ao **nível da Aprendizagem**, avaliou-se a participação dos indivíduos em actividades de aprendizagem, o tipo/natureza da actividade, os locais e a frequência de concretização das mesmas.

Como já foi anteriormente referido, o Questionário das Novas Qualificações (QNQ) foi elaborado a partir de instrumento elaborado e aplicado anteriormente por um dos membros da equipa de investigação (Nico, 2009). **O processo de validação do QNQ** envolveu três momentos distintos, mas complementares:

i) **Submissão de uma primeira versão provisória ao especialista responsável pela elaboração da plataforma estatística do questionário**, no sentido de este avaliar a compatibilidade do instrumento com a aplicação informática específica que haveria de acolher e tratar a informação recolhida;

ii) **Submissão de uma segunda versão provisória a um painel de especialistas** com experiência na elaboração, aplicação e análise de informação oriunda de questionários e solicitação de parecer dos mesmos, tendo em vista aperfeiçoar o QNQ;

iii) **Aplicação prévia de uma terceira versão provisória a duas pessoas com perfil equivalente** ao dos elementos constituintes da população em estudo, tendo em vista avaliar a clareza e correcta leitura e interpretação do conteúdo do QNQ.

## **2.5. O instrumento (Questionário das Novas Qualificações/ QNQ): aplicação**

Após estes três passos, obteve-se a quarta versão, já definitiva, do QNQ, a qual foi aplicada a todo o universo, de acordo com a cronologia indicada anteriormente (cf. Figura 5)

A aplicação do QNQ envolveu o seu envio, em dois momentos, através do recurso aos serviços postais. Para o efeito, foram enviados, a cada pessoa identificada e constituinte da população em estudo, os seguintes materiais:

- 1 carta explicando a natureza da investigação, identificando os seus responsáveis e solicitando a colaboração;
- 1 exemplar do QNQ;
- 1 envelope pré-selado, tendo em vista a devolução do questionário já preenchido.

Conforme foi anteriormente referido, foram recebidos 785 questionários, de um total de 2969 certificados, o que significa uma taxa de retorno de 26,4%, o que atribui a este estudo uma margem de erro de 3%, para um nível de confiança de 95% (Reis, Vicente & Ferrão, 2001).

## **2.6. A análise e a interpretação da informação recolhida**

O procedimento de análise da informação foi suportado pela construção e exploração de um dispositivo estatístico próprio, em ambiente SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

A abordagem privilegiada assentou numa matriz descritiva. No entanto, no sentido de se avaliarem eventuais diferenças, em determinadas variáveis consideradas dependentes em função de outras variáveis assumidas como independentes (idade, género, habilitações no momento da resposta, situação

profissional, participação em actividades de aprendizagem) e dada a natureza dos dados, recorreu-se, ao longo do estudo, ao método de Monte-Carlo na determinação da significância do Qui-quadrado (Chi-square test), ignorando os resultados assintóticos do teste.

## **2.7. A divulgação científica e social dos resultados da investigação**

Uma das preocupações, sempre presente ao longo do período de concretização do projecto, consistiu na divulgação sistemática dos seus resultados, em quatro planos concomitantes:

**1. A divulgação científica**, que se concretizou, através da presença e participação de membros da equipa de investigação e apresentação de comunicações orais e escritas, nos seguintes eventos:

a. **II Congresso Internacional de Avaliação em Educação - Aprender ao Longo da Vida: contributos, perspectivas e questionamentos do currículo e da avaliação** realizado na Universidade do Minho (Braga/Portugal), entre 4 e 6 de Novembro de 2010;

b. **VI Encontro Regional de Educação/Aprender no Alentejo** realizado na Universidade de Évora (Évora/Portugal), em 19 e 20 de Novembro de 2010;

c. **XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação** realizado no Instituto Politécnico da Guarda (Guarda/Portugal), entre 30 de Junho e 2 de Julho de 2011;

d. **I Seminário Qualificação dos Adultos: Realidades e Desafios no Sul de Portugal** realizado na Universidade de Évora (Évora/Portugal), a 20 de Junho de 2011;

e. **XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia** realizado na Universidade de Corunha (La Corunha/Espanha), entre 7 e 9 de Setembro de 2011;

f. **I Seminário Os Desafios da Aprendizagem ao Longo da Vida no Alentejo** realizado em Évora (Portugal), a 28 de Maio de 2012;

g. **II Fórum de Investigação em Ciências e Políticas da Educação**, realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Porto/Portugal), entre 10 e 11 de Maio de 2012;

h. **IX Foro Internacional sobre la Evaluación de la Calidad de la Investigación y de la Educación Superior (FECIES)** realizado na Faculdade de Psicologia, Universidade de Granada (Santiago de Compostela/Espanha), entre 12 e 15 de Junho de 2012;

**i. VII Encontro Regional de Educação - Aprender no Alentejo: Educação ao Sul** realizado na Universidade de Évora (Évora/Portugal), entre 3 e 4 de Dezembro de 2012;

**j. II International Conference Learning and Teaching in Higher Education/Learning Orchestration in Higher Education** realizado na Universidade de Évora, entre 21 e 22 de Março de 2013;

**k. I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação - III Encontro de Sociologia da Educação**, realizado na Universidade do Minho (Braga/Portugal), entre 25 e 27 de Março de 2013;

**l. I Seminário Os Desafios da Aprendizagem ao Longo da Vida no Alentejo** realizado em Évora, a 27 de Junho de 2013.

## **2. Publicação dos livros:**

a. **Nico, L. (2011).** *A Escola da Vida: Reconhecimento dos Adquiridos Experienciais em Portugal. Fragmentos de uma década (2000-2010)*. Mangualde: Edições Pedagogo;

b. **Nico, B., & Nico, L. (Orgs.) (2011).** *Qualificação de Adultos: Realidades e Desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo;

c. **Nico, B., Nico, L. (Coords.), Ferreira, F. & Tobias, A. (2013).** *Educação e Formação de Adultos no Alentejo: O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, no período 2000-2005*. Mangualde: Edições Pedagogo & Universidade de Évora.

**3. A divulgação na comunicação social** dos resultados, através da publicação de conteúdos do projecto, nomeadamente nos órgãos de comunicação social do parceiro institucional Diário do SUL, nos seguintes momentos:

a. *Diário do Sul* (p. 6.), a 31 de Dezembro de 2010;

b. *Diário do Sul* (p.5), a 18 de Fevereiro de 2012;

c. *Rádio Renascença* (rádio), a 17 de Abril de 2012;

d. *Diário do Sul* (p. 8), a 11 de Janeiro de 2013;

e. *Diário do Sul* (p. 8), a 30 de Maio de 2013;

**4. A divulgação local dos resultados**, através de reuniões de trabalho e de orientação, o que aconteceu de acordo a calendarização constante da planificação inicial do projecto submetido à FCT (cf. Figura 5).

**5. A divulgação interna dos resultados**, no seio da equipa de investigação, o que se verificou, de acordo com os momentos previstos na planificação inicial, aquando do momento da candidatura em sede da FCT.

Com o decurso da investigação e em concomitância com a concretização da pesquisa geral, foram sendo **desenhados e concretizados estudos complementares, de âmbito territorial, institucional e pessoais mais circunscritos, no âmbito de trabalhos académicos inseridos em projectos de mestrado [Banha (2012), Braga (2012), Papafina (2012), Valério (2012), Caeiro (2013), Fernandes (2013), Ramalho (2013), Raposo (2013)] e de doutoramento (Nico, 2009).**

## CAPÍTULO 3

### OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Após a recolha da opinião dos adultos que efectuaram um Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), **pretende-se, neste terceiro capítulo, analisar e interpretar os eventuais impactos desse processo na trajectória de vida dos adultos, nas várias dimensões consideradas.**

Procurou-se conhecer o perfil e a opinião dos adultos respondentes no estudo, através da recolha de informação diversificada, que foi estruturada em duas dimensões:

- i) *dimensão ilustrativa*, que considerou aspectos como a origem institucional, género, idade, local de residência, estado civil, número de filhos, habilitações escolares actuais, situação face aos estudos;
- ii) *dimensão activa* (Verdasca, 2002), que procurou conhecer esses indivíduos, a partir das suas opiniões, atitudes e comportamentos (caracterização do percurso no âmbito do Processo de RVCC e os seus impactos nos adultos certificados).

Assim, procedeu-se a uma **análise descritiva das variáveis** e, em algumas situações, **avaliou-se a, eventual, relação entre as mesmas**, recorrendo, para o efeito, aos procedimentos estatísticos adequados à natureza do nosso estudo (cf. pág. 38).

#### 3.1. Caracterização dos indivíduos participantes no estudo

A população do estudo é composta por 2969 indivíduos que, entre 2000 e 2005, na região Alentejo<sup>1</sup>, concretizaram um Processo de Reconhecimento,

---

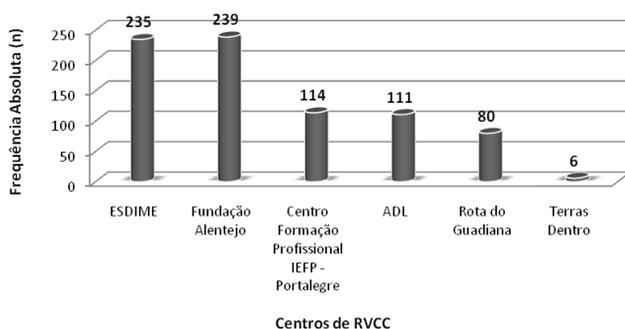
1. A região do Alentejo compreende cinco sub-regiões estatísticas (NUT III): Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. Os dados apresentados não incluem a NUT III da Lezíria do Tejo, na medida em que se assume, no estudo, a zona de jurisdição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), à época (2000-2005). Esta circunscrevia-se a 47 concelhos distribuídos pelos distritos de Évora, Beja, Portalegre e uma parte do distrito de Setúbal (neste último, apenas os concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Grândola).

Validação e Certificação de Competências, nos seis CRVCC, em funcionamento durante aquele período. De seguida, procedeu-se à caracterização dos participantes no estudo.

### a. Inquiridos: origem institucional

Do total de 2969 adultos certificados, entre 2000 e 2005, foram enviados 2869 questionários, conforme referido anteriormente. Destes, **785 responderam ao questionário**, verificando-se uma **taxa de retorno de 26,4%**. A distribuição do número de questionários, por CRVCC, foi a seguinte:

Figura 6 - Inquiridos: origem institucional (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da figura anterior, relevam-se os seguintes aspectos:

- O **CRVCC** com o maior número de questionários respondidos foi a **Fundação Alentejo**, com **239 questionários** válidos (taxa de retorno de 30,7%);
- O segundo CRVCC com maior número de questionários respondidos foi **ESDIME**, com **235 questionários** (taxa de retorno de 22,5%);

Por ordem decrescente de frequência absoluta, surgem ainda:

- O CRVCC do **Centro Formação Profissional do IEFPP de Portalegre**, com 114 questionários respondidos (instituição com a maior taxa de retorno, no valor de 52,3%);
- O CRVCC da **ADL**, com 111 questionários respondidos (taxa de retorno de 19,4%);
- O CRVCC da **Rota do Guadiana**, com 80 questionários respondidos (taxa de retorno de 36,9%);
- O CRVCC da **Terras Dentro**, com 6 questionários respondidos (taxa de retorno de 18,8%).

### b. Inquiridos: género

Como podemos verificar, pela análise da Tabela 7, dos 785 adultos respondentes, mais de metade pertence ao género feminino (58% do total).

Tabela 7 – Inquiridos: género (totalidade dos inquiridos)

Género	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Masculino	323	41,1
<b>Feminino</b>	<b>455</b>	<b>58,0</b>
Sem resposta	7	0,9
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

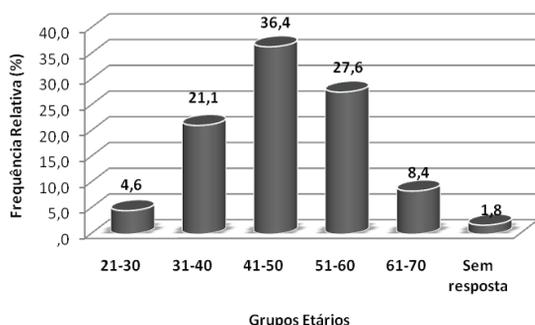
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

O facto de **a maioria dos adultos respondentes, nesta investigação, pertencer ao género feminino** é uma evidência também presente em estudos anteriormente realizados, no âmbito da avaliação dos impactos do Processo de RVCC na região Alentejo (Nico, 2009; Rico & Libório, 2009; Hilário, 2011: 95). Esta constatação pode ser justificada por alguns aspectos decorrentes do contexto político e social que vigorou em Portugal durante a maior parte do século XX, no qual a discriminação vivida pelas mulheres no acesso à escola e a promoção desta como factor de manutenção da ordem social e política foram razões que permitem compreender o afastamento das mulheres dos percursos escolares. Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, as mulheres integraram-se, cada vez mais, nos espaços formais de educação, tendo como objectivo a recuperação de projectos de vida, entretanto, interrompidos. A igualdade de oportunidades evidencia-se, passo a passo, no acesso ao ensino e à educação e o Processo de RVCC pode, assim, ser entendido *“enquanto forma de afirmação progressiva da mulher na sociedade e na família.”* (Nico, 2009: 388).

### c. Inquiridos: idade

No que respeita à idade, verificou-se um maior número de respondentes no grupo etário localizado entre os 41 e os 50 anos, correspondendo a 36,4% da amostra. Os grupos etários situados nos extremos (21-30 e 61-70 anos) apresentaram um menor número de respostas, conforme se pode observar na Figura 7:

Figura 7 - Inquiridos: idade (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

A partir da figura anterior, pode, ainda, inferir-se o seguinte:

a) **A maioria dos inquiridos (64%) encontrava-se entre os 41 e os 60 anos** (36, 4%, entre os 41 e os 50 anos, e 27, 6% entre os 51 e os 60 anos). Neste sentido, pode concluir-se que os primeiros Processos de RVCC foram concretizados, maioritariamente, por indivíduos com mais de 30 anos de idade e com uma experiência de vida decorrente dessa dimensão etária;

b) apenas 13,0% dos inquiridos se situa nos grupos etários extremos (4,6% dos indivíduos possuía idades entre os 21 e os 30 anos, enquanto 8,4% situava-se entre os 61 e os 70 anos).

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou que as mulheres que concretizaram Processos de RVCC no Alentejo, no período 2000-2005, apresentam idades superiores aos homens.

#### **d. Inquiridos: distrito de residência**

Observemos a informação constante na tabela seguinte, no que respeita ao local de residência dos respondentes, por distrito:

Tabela 8- Inquiridos: distrito de residência (totalidade dos inquiridos)

Distrito de Residência	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
<b>Beja</b>	<b>322</b>	<b>41,0</b>
Évora	234	29,8
Portalegre	117	14,9
Setúbal	102	13,0
Sem resposta	10	1,3
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

1. **O distrito** de residência com maior número de respondentes é o distrito de **Beja**, com uma frequência relativa de **41,0%, a que correspondem 322 indivíduos**;

2. Segue-se, em segundo lugar, o distrito de **Évora**, com uma frequência relativa de **29,8% (234 indivíduos)**;

3. Em último lugar, encontramos o distrito de **Setúbal** com 102 questionários respondidos, o que corresponde a **13% dos inquiridos**.

#### e. Inquiridos: concelho de residência

No que respeita ao concelho de residência dos inquiridos, apresenta-se a seguinte distribuição tabela seguinte:

Tabela 9 - Inquiridos: concelho de residência (totalidade dos inquiridos)

Concelho de residência	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Évora	119	15,2
Santiago do Cacém	73	9,3
Serpa	54	6,9
Ferreira do Alentejo	50	6,4
Portalegre	46	5,9
Beja	45	5,7
Barrancos	30	3,8
Elvas	30	3,8
Castro Verde	30	3,8
Odemira	28	3,6
Moura	26	3,3
Arraiolos	25	3,2
Aljustrel	23	2,9
Montemor-o-Novo	21	2,7
Estremoz	18	2,3
Sines	18	2,3
Ourique	14	1,8
Almodôvar	14	1,8
Marvão	12	1,5
Grândola	10	1,2
Fronteira	8	1,0
Campo Maior	7	0,9
Alvito	7	0,9
Mora	6	0,8
Mourão	5	0,6
Portel	5	0,6
Redondo	5	0,6
Viana do Alentejo	5	0,6
Vila Viçosa	5	0,6
Crato	4	0,5
Castelo de Vide	3	0,4
Cuba	3	0,4
Ponte de Sor	3	0,4
Vendas Novas	3	0,4
Borba	2	0,3

Alandroal	2	0,3
Mértola	2	0,3
Nisa	2	0,3
Reguengos de Monsaraz	2	0,3
Alter do Chão	1	0,1
Arronches	1	0,1
Sousel	1	0,1
Vidigueira	1	0,1
<b>Outros Concelhos</b>	<b>10</b>	<b>1,2</b>
Sem Resposta	6	0,8
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior conclui-se o seguinte:

a) Foram identificados **53 concelhos**, dos quais se **destacam 43**, por pertencerem à região Alentejo. Considerando os 47 concelhos da Região Alentejo, conclui-se que há apenas 4 concelhos que não estão representados no estudo:

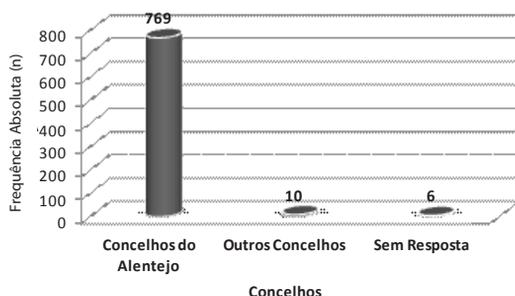
- i. três do distrito de Portalegre - Monforte, Gavião e Avis;
- ii. um do distrito de Setúbal - Alcácer do Sal.

b) **O concelho de Évora** apresentou o maior número de respostas (**119 pessoas que responderam ao inquérito**, o que corresponde a **15,2 % do total da amostra**). Em seguida, surge o concelho de **Santiago do Cacém**, que reuniu um total de **73 inquiridos**, correspondendo a **9,3% do total**. Em terceiro lugar, **Serpa** com **54 respondentes**, o que corresponde a **6,9% do total da amostra**. Nos lugares seguintes, encontramos os concelhos de Ferreira do Alentejo e de Portalegre;

c) A distribuição obtida pela residência dos respondentes demonstra **a influência que os CRVCC exerceram nos territórios dos concelhos onde se localizavam**, uma vez que 43,4% dos inquiridos reside nos concelhos onde se localizavam os CRVCC.

d) No que respeita aos indivíduos que residem em concelhos não pertencentes à região Alentejo, registaram-se um total de 10 respostas, correspondente a outros tantos concelhos, a saber: Albufeira, Alenquer, Castelo Branco, Faro, Lagoa, Loulé, Moita, Odivelas, Palmela e Sesimbra. Estes números reflectirão, eventualmente, os casos de alteração de residência.

Figura 8 – Inquiridos: concelho de residência (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

## f. Inquiridos: freguesia de residência

No que respeita à freguesia de residência dos 785 respondentes, verifica-se o seguinte:

Tabela 10 – Inquiridos: freguesia de residência (totalidade dos inquiridos)

Freguesia de residência	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Sé (Évora)	34	4,3
Salvador (Serpa)	32	4,1
Barrancos (Barrancos)	31	3,9
Santo André (Santiago do Cacém)	31	3,9
Ferreira do Alentejo	26	3,3
Bacelo	25	3,2
Castro Verde	24	3,1
Malagueira	24	3,1
Santiago Maior	21	2,7
Santa Maria	21	2,7
Santiago do Cacém	20	2,5
Sines	18	2,3
Amareleja	15	1,9
Senhora da Saúde	15	1,9
<b>Subtotais</b>	<b>337</b>	<b>42,9</b>
<b>Outras freguesias</b>	<b>427</b>	<b>54,4</b>
Sem resposta	21	2,7
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

a) Foram identificadas **168 freguesias e destacadas 14**, por serem as mais referidas, uma vez que nelas residem 337 indivíduos, correspondendo a **42,9% do total da amostra**;

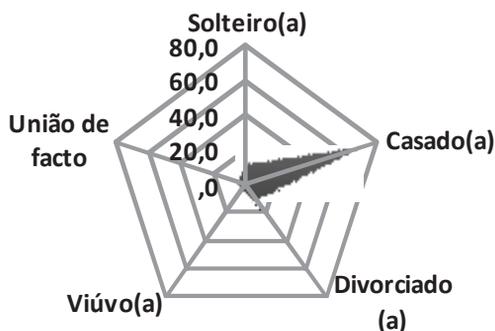
b) **A freguesia da Sé, pertencente ao concelho de Évora, apresentou o maior número de respostas** (34 indivíduos, correspondendo a 4,3 % do total da amostra); em seguida, a freguesia de **Salvador, no concelho de Serpa, com 32 indivíduos** (a que corresponde a **4,1% do total**); em terceiro lugar, com 31 respondentes cada (3,9% do total) as freguesias de **Barrancos** (concelho de Barrancos) e a freguesia de **Santo André** (concelho de Santiago do Cacém), conforme se pode observar, também, na Figura 4;

c) De realçar o **forte contingente da freguesia de Barrancos**, concelho no qual não se localizava qualquer CRVCC e que fica distante dos CRVCC em actividade à época, **facto que se poderá, certamente, dever à itinerância que estas instituições promoveram.**

### g. Inquiridos: estado civil

Como se depreende da leitura da Figura 9, **a maioria dos indivíduos encontrava-se casada, 69,3%**. Os indivíduos viúvos constituíam-se como a categoria menos numerosa, representando apenas 3,7% do total.

Figura 9 - Inquiridos: estado civil (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### h. Inquiridos: número de filhos

No que respeita ao **número de filhos** verifica-se que:

a) **83,4%** dos inquiridos tinha filhos (48,2% possuía **2 filhos** e 27,3% tinha **1 filho**; apenas 7.9% indicou ter **3 filhos**);

b) **14,1%** dos inquiridos não tinha filhos.

Tabela 11 - Inquiridos: número de filhos (totalidade dos inquiridos)

Número de filhos	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Nenhum	111	14,1
1 filho	214	27,3
<b>2 filhos</b>	<b>378</b>	<b>48,2</b>
3 ou + filhos	62	7,9
Sem resposta	20	2,5
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Como complemento à caracterização da dimensão familiar, salienta-se que, em estudos equivalentes, o investimento na qualificação revela-se de extrema importância. Este aspecto é evidente, nomeadamente no **impacto que esses adultos, enquanto pais, podem ter junto dos seus filhos, ao nível do acompanhamento e promoção do sucesso escolar dos mesmos** (Salgado, 2010) e na **promoção da literacia familiar**, através de um maior envolvimento de pais e filhos em actividades de aprendizagem e de leitura, conforme afirma Salgado (2011:129):

*“Do mesmo modo, a entrada ou o incremento da literacia nas práticas familiares decorrentes da realização de um processo de RVCC de nível básico parece vir criar as condições de desenvolvimento de práticas de literacia que possibilitam a aprendizagem eficaz da leitura e de escrita no início da escolaridade, permitindo o seu aprofundamento ao longo da aprendizagem escolar. Sabendo da importância da literacia na sociedade actual e enquanto facilitador de sucesso no processo de escolarização, poderemos afirmar que a Educação de Adultos, mais precisamente o processo de RVCC de nível básico constitui efectivamente uma Oportunidade Dupla: da Literacia Familiar ao Sucesso Escolar das Crianças.”*

### **i. Inquiridos: habilitações escolares actuais**

No que respeita às **Habilitações Escolares** dos inquiridos, a informação recolhida encontra-se na tabela seguinte:

Tabela 12 – Inquiridos: habilitações escolares aquando da resposta (totalidade dos inquiridos)

Habilitações escolares	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
1º Ciclo	9	1,1
2º Ciclo	46	5,9
<b>3º Ciclo</b>	<b>433</b>	<b>55,2</b>
Secundário	259	33,0
CET (Curso Especialização Tecnológica)	12	1,5
Bacharelato	1	0,1
Licenciatura	13	1,7
Sem resposta	12	1,5
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, verifica-se o seguinte:

a) 433 pessoas inquiridas (que correspondem a **55,2%** da amostra) referiram ter o **3º ciclo de escolaridade**;

b) O segundo nível de escolaridade mais frequente foi o **Ensino Secundário**, referido por 259 inquiridos, o que representa **33,0%** da amostra considerada;

c) **13 dos inquiridos** (1,7%) referiram possuir, actualmente, uma **Licenciatura**;

d) **36,3% dos indivíduos que realizaram um Processo de RVCC** de nível básico (o único existente no período considerado, 2000-2005)  **aumentou, entretanto, os seus níveis de escolaridade**. Este facto evidencia o vigor do impulso de qualificação recebido pelos adultos e a dinâmica de aprendizagem que ficou instalada, após a conclusão do Processo RVCC.

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou o seguinte:

1. Os homens possuem níveis de escolaridade mais elevados do que as mulheres;

2. Os indivíduos mais jovens possuem níveis de escolaridade mais elevados do que os restantes.

#### **j. Inquiridos: situação face aos estudos**

No que se refere à situação face aos estudos, no momento da aplicação do questionário, a informação obtida foi organizada na tabela seguinte:

Tabela 13 – Inquiridos: situação face aos estudos (totalidade dos inquiridos)

<b>Actualmente, encontra-se a estudar?</b>	<b>Frequência Absoluta (N)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não, nem penso vir a frequentar	325	41,4
Não, mas penso vir a frequentar	346	44,1
<i>Sim</i>	75	9,5
Sem resposta	39	5,0
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, conclui-se o seguinte:

- a) A **grande maioria dos indivíduos (85,5%) revelou não frequentar, actualmente, qualquer modalidade de educação ou formação**, sendo que:
- i. 346 indivíduos responderam que, **actualmente, não se encontram a estudar, mas pensam vir a estudar (44,1%)**;
  - ii. 325 indivíduos responderam que, **actualmente, não se encontram a estudar e nem pensam vir a estudar (41,4%)**, explicitando essa decisão com base em diversas razões. Estas foram organizadas por categorias, conforme se observa na tabela que se segue;

b) Apenas 75 indivíduos (9,5%) se encontravam a estudar, no momento da aplicação do questionário.

Relativamente às razões apresentadas para a não participação activa em modalidades de educação e formação, os inquiridos referiram o seguinte:

Tabela 14 - Razões para não frequentar actividades de educação e formação (indivíduos que não tencionam voltar a estudar)

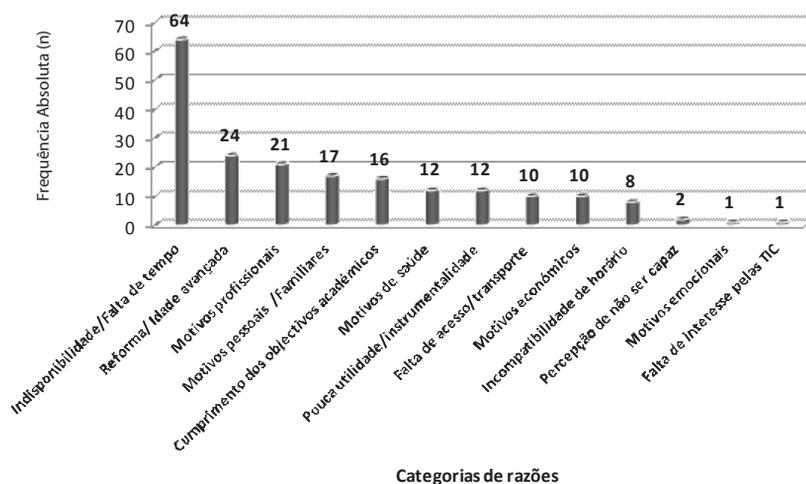
<b>Razões para não estudar no futuro</b>	<b>Motivo Específico</b>	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Indisponibilidade/ Falta de tempo</b>	Indisponibilidade	33	10,2
	Falta de tempo	31	9,5
	<b>Subtotal</b>	<b>64</b>	<b>19,7</b>
<b>Reforma/ Idade avançada</b>	Reforma	6	1,8
	Idade avançada	18	5,5
	<b>Subtotal</b>	<b>24</b>	<b>7,3</b>
<b>Motivos profissionais</b>	Motivos profissionais	16	5,0
	Não há melhoria profissional	3	0,9
	Preciso de emprego	1	0,3
	Tenho uma situação estável no emprego	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>21</b>	<b>6,5</b>
<b>Motivos pessoais/ Familiars</b>	Desmotivação	8	2,5
	Não estou interessada	2	0,6
	Motivos pessoais	2	0,6
	Opção	1	0,3
	Já não tenho paciência	1	0,3
	Não quero	2	0,6
	Tenho de tomar conta do neto	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>5,2</b>
<b>Cumprimento dos objectivos académicos</b>	Concluí o 12º Ano	8	2,5
	Atingi os objectivos	4	1,2
	Concluí o 9.º ano	2	0,6
	É o suficiente	1	0,3
	Estou satisfeita	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>16</b>	<b>4,9</b>
<b>Motivos de saúde</b>	Motivos de saúde	11	3,4
	Cérebro cansado	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>3,7</b>
<b>Pouca utilidade/ instrumentalidade</b>	Não vale a pena	2	0,6
	Não necessito	8	2,5
	Não tem vantagens	2	0,6
	<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>3,7</b>
<b>Falta de acesso/ transporte</b>	Não é possível	3	0,9
	Distância	3	0,9
	Acessibilidades	1	0,3
	Não tenho onde ir	1	0,3
	Não tenho oportunidade	1	0,3
	Falta de transporte	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>3,1</b>
<b>Motivos económicos</b>	Motivos económicos	10	3,1
	<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>3,1</b>
<b>Incompatibilidade de horário</b>	Horário incompatível	8	2,5
	<b>Subtotal</b>	<b>8</b>	<b>2,5</b>

<b>Percepção de não ser capaz</b>	Não sou capaz	1	0,3
	Não tenho capacidades	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>
<b>Motivos emocionais</b>	Motivos emocionais	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>0,3</b>
<b>Falta de interesse pelas TIC (uso do computador)</b>	Não gosto de computador	1	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>0,3</b>
<b>Subtotal</b>		<b>198</b>	<b>60,9</b>
<b>Sem resposta</b>		<b>127</b>	<b>39,1</b>
<b>Totais</b>		<b>325</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Observemos, agora, na figura que se segue, a importância dada a cada uma das 13 categorias (nas quais foram agrupadas as 198 respostas dadas pelos 325 respondentes que não tencionavam vir a estudar), através do número de respostas que cada uma contempla.

Figura 10 – Razões para não estudar no futuro



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura das tabelas e figura anteriores, conclui-se que:

1. São de diversa ordem as razões manifestadas pelos respondentes, quanto à decisão de não continuar os estudos, destacando-se a **falta de tempo** (que reuniu um total de 64 respostas dos inquiridos, correspondendo

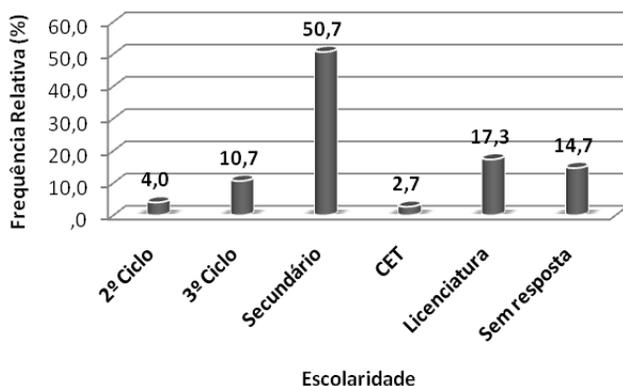
a 19,7% do total de respostas expressas), como a razão mais frequentemente invocada para essa decisão;

2. As razões associadas à **Reforma/Idade Avançada** (reuniu um total de 24 respostas dos inquiridos, correspondendo a 7,3% do total de respostas expressas dos respondentes) surgem em segundo lugar, como justificações para a decisão de não continuar a estudar;

3. De forma residual, foram referidos *motivos de ordem económica* e relacionados com aspectos de natureza logística/operacional como a *falta de acesso/transporte*.

Atente-se, agora, nos **75 indivíduos**, que, **no momento da resposta, ainda, se encontravam a estudar** e que correspondem a 9,6% da amostra. Procurou-se conhecer o nível de escolaridade e a modalidade frequentada. Considere-se a figura seguinte:

Figura 11 - Nível de escolaridade frequentado (indivíduos envolvidos em actividades de educação e formação)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da figura anterior, verifica-se que;

a) 38 inquiridos encontravam-se a frequentar o Ensino Secundário (50,7% do total de indivíduos que referiram estar a estudar), enquanto outros 13 (17,3%) encontravam-se a frequentar uma Licenciatura.

No que se refere à modalidade de formação frequentada, observe-se a informação constante na tabela seguinte:

Tabela 15 - Modalidade de formação frequentada (indivíduos envolvidos em actividades de educação e formação)

Que modalidade frequenta?	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA)	20	26,7
Formação Modular	13	17,3
Outra, qual? (cf. tabela seguinte)	19	25,3
Sem resposta	23	30,7
<b>Totais</b>	<b>75</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

a) Conforme se verifica na tabela anterior, **a modalidade de formação mais frequentada era os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)**, com 20 respostas. Recorde-se que, no final do ano de 2006, foi apresentado o Referencial de Competências-Chave de nível secundário, o que constituiu uma das medidas da Iniciativa Novas Oportunidades e permitiu alargar as respostas formativas a este nível de ensino, nomeadamente através da criação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, de nível secundário (os de nível básico já existiam desde 2000/2001). Esta medida pode justificar o facto de a **Modalidade “Cursos EFA”** ter sido aquela que maior número de respostas reuniu;

b) No que se refere às respostas **Outra modalidade**, este item reuniu 19 referências. Contudo, pelos dados apresentados, das 19 respostas dadas, conclui-se que 63,2% (12 respostas) incidiu sobre a realização de um outro Processo de RVCC;

c) Assim sendo, **os Cursos EFA e os Processos de RVCC são as modalidades mais frequentadas pelos indivíduos que se encontravam a estudar, à data de aplicação do inquérito.**

Tabela 16 - Outras Modalidades frequentadas (indivíduos envolvidos em actividades de educação e formação)

Que modalidade frequenta, outra, qual?	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Processo de RVCC	12	63,2
Curso Técnico-Profissional	3	15,8
Curso Superior	2	10,5
Actividade de preparação para o acesso ao ensino superior)	2	10,5
<b>Totais</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Em jeito de resumo e em termos da caracterização do perfil dos inquiridos que participaram no estudo, pode-se concluir o seguinte:

a) **a maioria pertencia ao género feminino e situava-se no grupo etário entre os 31 e os 50 anos**, o que é um indicador de alguma experiência de vida que os adultos tinham, na fase inicial de implementação do processo de RVCC, na região Alentejo, entre 2000 e 2005;

b) Em termos do concelho de residência, **Évora foi o que reuniu um maior número de respostas** (119, correspondente a 15,2% da amostra), o que é expectável, pois o Centro RVCC localizado em Évora (Fundação Alentejo) foi também o que reuniu um maior número de questionários respondidos (239).

c) Ao nível das habilitações escolares actuais, **a maioria dos respondentes** (55,2%, correspondendo a 433 indivíduos) **tinha o 3.º Ciclo do Ensino Básico** (9.ºano);

d) Relativamente à situação face aos estudos, **a grande maioria das pessoas (85,5%, correspondendo a 671 respostas) não se encontrava a frequentar qualquer actividade de educação e formação, no momento do preenchimento do questionário;**

e) **Os Cursos EFA e os Processos de RVCC eram as modalidades mais frequentadas pelos 75 indivíduos que se encontravam a estudar**, à data de aplicação do inquérito.

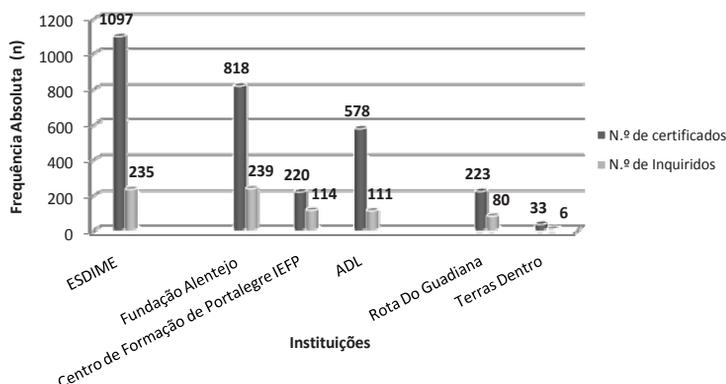
### **3.2. Caracterização do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) desenvolvido nos Centros de RVCC da região Alentejo, no período 2000-2005**

Caracterizar-se-á, em seguida, o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) promovido nos seis Centros de RVCC em funcionamento, na região Alentejo, no período compreendido 2000-2005.

#### **3.2.1. Centros de RVCC (certificados e inquiridos)**

Recorde-se a origem institucional dos inquiridos, através da figura que se segue:

Figura 12 - Centros de RVCC: certificados e inquiridos



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.2.2. Inquiridos: ano de inscrição no Centro de RVCC

De acordo com os dados constantes da tabela que se segue, no que respeita ao ano **de inscrição no Centro de RVCC**, verificou-se um **aumento gradual do número** de inscrições, entre 2000 e 2005.

Tabela 17 - Inquiridos: ano de inscrição no Centro de RVCC (totalidade dos inquiridos)

Ano de inscrição no Centro de RVCC	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
2000	29	3,7
2001	51	6,5
2002	91	11,6
2003	121	15,4
2004	158	20,1
2005	190	24,2
Sem resposta	145	18,5
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

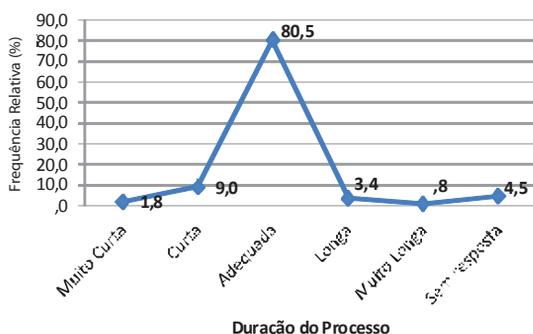
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

No **ano 2000**, 29 indivíduos inscreveram-se no Centro de RVCC (3,7 % do total), enquanto os anos de **2004 e 2005** apresentaram, respectivamente, 158 e 190 indivíduos inscritos, correspondendo a uma percentagem de **20,1% e 24,2% do total** (foi nestes anos que ocorreu maior frequência de inscrição).

### 3.2.3. Inquiridos: duração do Processo de RVCC

Relativamente à **duração do Processo de RVCC**, conforme é representado na figura seguinte, a **maioria dos inquiridos (80,5%)** refere que esta foi **adequada**.

Figura 13 - Inquiridos: duração do Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)



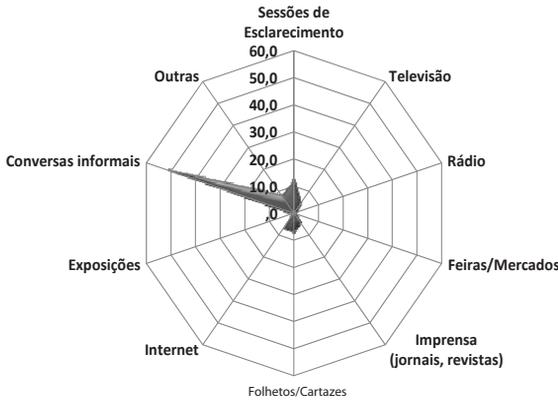
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.2.4. Formas de conhecimento do Processo de RVCC

Procurou-se conhecer a forma como os adultos tiveram conhecimento do Processo de RVCC. Foram disponibilizadas 10 opções de preenchimento, sendo que a última opção, Outras(s), permitia uma resposta aberta. Os respondentes deveriam classificar as formas como tiveram conhecimento do Processo de RVCC usando uma escala de 1 a 3 (sendo 1 - *menos importante*, 2 - *importante* e 3 - *mais importante*).

Observe-se a seguinte figura:

Figura 14 - Formas de conhecimento do Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Como se pode verificar, **das diversas formas de conhecimento, aquela que reuniu um maior número de escolhas foi o item “conversas informais” com amigos, familiares e conhecidos (53,4%)**. O “*passa palavra*” parece ter assumido um papel fundamental na divulgação do trabalho dos CRVCC, em concreto do Processo de RVCC aí concretizado. Este facto evidencia que o papel dos próprios indivíduos, na divulgação do processo, parece ter sido mais eficaz do que a acção das instituições.

No início de funcionamento dos Centros de RVCC, a divulgação da actividade do Centro, envolvendo os meios de comunicação social (rádio e televisão) e Internet era, ainda, pouco significativa, com algum relevo apenas na imprensa regional, tal como nos indicam as respostas dos inquiridos. De referir, ainda, a referência dada às **“sessões de esclarecimento”, que foram um dos principais meios de divulgação organizados e concretizados pelos próprios CRVCC.**

Para que se pudesse efectuar o tratamento da informação recolhida na questão de resposta aberta, foi realizada uma breve análise de conteúdo, de acordo com o modelo de Bardin (2009), no qual as diferentes opções (formas de conhecimento) foram agrupadas em 4 categorias, como se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 18 – Formas de conhecimento do Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)

	<b>Categorias de Formas de Conhecimento<sup>2</sup></b>	<b>Modalidades indicadas</b>	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Categoria 1	Relação Pessoal/ Convivial/laboral	Conversas informais	491	55,1
		Exposições	12	1,4
		Feiras/Mercados	4	0,4
		<b>Subtotais</b>	<b>507</b>	<b>56,9</b>
Categoria 2	Marketing e Publicidade	Sessões de esclarecimento	112	12,6
		Folhetos /Cartazes	65	7,3
		<b>Subtotais</b>	<b>177</b>	<b>19,9</b>
Categoria 3	Meios de comunicação social e internet	Internet	66	7,4
		Imprensa (jornais, revistas)	39	4,4
		Televisão	38	4,3
		Rádio	9	1,0
		<b>Subtotais</b>	<b>152</b>	<b>17,1</b>
Cat. 4	Outras (cf. Tabela 19)	Outras	55	6,1
		<b>Subtotais</b>	<b>55</b>	<b>6,1</b>
<b>Totais</b>			<b>891</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da informação disponibilizada na anterior, podemos verificar o seguinte:

1. As formas mais frequentes de **tomar conhecimento do Processo de RVCC** foram as **Conversas informais com amigos ou familiares, correspondendo a 55,1 %** do total de respostas expressas pelos inquiridos, relevando-se, uma vez mais, o **papel preponderante dos indivíduos na disseminação da informação, através dos canais mais informais e de proximidade**. Em estudos anteriores (Nico, 2009:429), as *conversas informais* também foram consideradas como o meio de acesso principal ao conhecimento do Processo de RVCC.

2. Em segundo lugar, encontram-se as opções relacionadas com o Marketing e publicidade (19,9% das respostas), onde se incluem o recurso a **Folhetos/cartazes** e à realização de **Sessões de esclarecimento**.

No que respeita à categoria “*Outras formas de conhecimento*”, tendo em conta o elevado número de respostas (55), foi realizada a análise de conteúdo das mesmas, da qual resultou a tabela seguinte:

2. De acordo com a categorização proposta por Nico (2009).

Tabela 19 - Outras formas de conhecimento (totalidade dos inquiridos)

<b>Outras Formas de Conhecimento</b>	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Entidades locais	<b>14</b>	25,5
Local de trabalho /entidade empregadora	<b>13</b>	23,6
Escola/Professores /Formadores	<b>8</b>	14,6
Centros de Emprego	<b>7</b>	12,7
Sindicatos	<b>4</b>	7,3
Associações	<b>3</b>	5,5
Iniciativa/procura própria	<b>2</b>	3,6
Entidades /locais de formação	<b>2</b>	3,6
Centro de RVCC	<b>1</b>	1,8
Contacto pessoal	<b>1</b>	1,8
<b>Totais</b>	<b>55</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da análise da informação constante da tabela que se apresentou, verifica-se o seguinte:

1. As *entidades locais* foram referidas em 25,5% das respostas, como uma das formas através das quais os indivíduos tiveram conhecimento do Processo de RVCC;
2. Em segundo lugar, o *local de trabalho/entidade empregadora* é referido em 23,6% das respostas obtidas;
3. É, ainda, de relevar o papel das instituições de ensino públicas, nomeadamente das escolas e agrupamentos de escolas e respectivos professores e formadores, com 14,6% das respostas.

### **3.2.5. Razões que conduziram ao Processo de RVCC**

De igual modo, procurou conhecer-se, junto dos adultos certificados entre 2000 e 2005, as razões que os levaram a inscreverem-se num Centro de RVCC. Foram disponibilizadas 12 opções de preenchimento, sendo que a última opção, *Outras(s)*, também permitia uma resposta aberta. Os respondentes deveriam classificar as razões que os conduziram ao Processo de RVCC usando uma escala de 1 a 3 (sendo *1 - menos importante, 2 - importante e 3 - mais importante*).

Tabela 20 - Razões para frequentar o Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)

	Razões para frequentar o Processo de RVCC	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)	Influência de outras variáveis	
				Idade	Situação profissional (Empregado/Desempregado)
Valorização Pessoal	Valorização Pessoal	304	19,3		
	Valorização das competências adquiridas	227	14,4		
	<b>Desafio e novidade do processo</b>	63	4,0	<b>Desafio e novidade do processo foi um item mais valorizado pelos indivíduos mais velhos.</b>	
	Incentivo de familiares e amigos	57	3,6		
	Ocupação do tempo livre	21	1,3		
	<b>Subtotais</b>	<b>672</b>	<b>42,6</b>		
Valorização Profissional	Possibilidade de melhoria no emprego	201	12,7		
	Valorização profissional	176	11,1		
	<b>Possibilidade de encontrar um emprego</b>	<b>88</b>	<b>5,6</b>	<b>Possibilidade de Encontrar Emprego foi um item mais valorizado pelos indivíduos mais novos.</b>	<b>Possibilidade de Encontrar Emprego foi um item mais valorizado pelos indivíduos desempregados.</b>
	<b>Subtotais</b>	<b>465</b>	<b>29,4</b>		
Oportunidade	Oportunidade de estudar	179	11,3		
	Obtenção do diploma oficial /certificação profissional	164	10,4		
	Horários compatíveis	90	5,7		
	<b>Subtotais</b>	<b>433</b>	<b>27,4</b>		
Outras	Outras	10	0,6		
	<b>Subtotais</b>	<b>10</b>	<b>0,6</b>		
	<b>Totais</b>	<b>1580</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

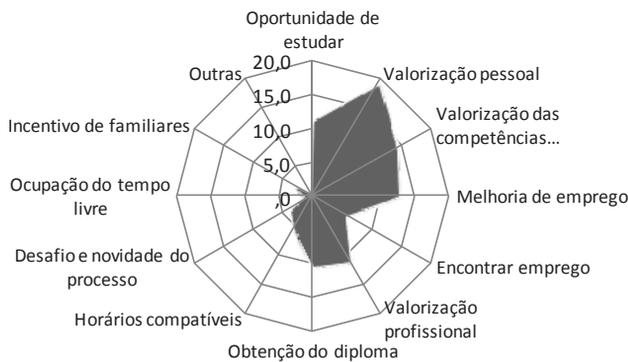
Das razões apresentadas, **a que reuniu maior número de escolhas foi a Valorização Pessoal**, com 19,3% do total de respostas expressas. A expectativa de valorizar as competências adquiridas, através da experiência da vida, foi referida em 14,4% das respostas. Estes factos evidenciam **que a dimensão pessoal foi a que mobilizou mais os adultos para o processo** (42,6% das referências), realçando-se o reforço da auto-estima e a satisfação pessoal. Esta evidência da importância mobilizadora da dimensão pessoal, como

causa para a procura da nova qualificação já havia sido referida em estudos anteriores (ESDIME, 2007; Rico & Libório, 2009; Nico, 2009).

Em seguida, com um peso considerável, no contexto geral, encontramos o grupo das razões de natureza profissional (29,4% das referências), destacando-se a *Possibilidade de Melhoria no emprego*, (12,7%), a *Oportunidade de estudar* (11,3%) e a *Valorização profissional* (11,1%).

Observe-se, agora, a figura que se segue

Figura 15 - Razões possíveis para frequentar o Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Pode, em síntese, concluir-se o seguinte:

- As razões associadas ao **desenvolvimento pessoal** (42,6%) prevaleceram sobre o desenvolvimento profissional (29,4%), que surge num plano secundário.
- Os adultos, na procura do Centro de RVCC, valorizaram a oportunidade que lhe foi aberta pelo Processo de RVCC (27,4%), bem como os horários compatíveis.
- **Os adultos não procuraram o Centro de RVCC apenas para Ocupar o seu tempo livre**, pois este item foi o menos escolhido (1,3%).

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou o seguinte:

1. O *Desafio e novidade* do processo foi um item mais valorizado pelos indivíduos mais velhos.
2. A *Possibilidade de Encontrar Emprego* foi um item mais valorizado pelos indivíduos mais novos.
3. A *Possibilidade de Encontrar Emprego* foi um item mais valorizado pelos indivíduos desempregados.

### 3.2.6. Dificuldades identificadas durante o Processo de RVCC

No sentido de compreender os impactos do Processo de RVCC, procurou-se conhecer as dificuldades que os adultos sentiram. Para tal, foram disponibilizadas 14 opções de preenchimento, sendo que a última opção, *Outras(s)*, permitia uma resposta aberta. Os respondentes deveriam classificar as áreas em que sentiram mais dificuldades de 1 a 3 (sendo 1 - *menos importante*, 2 - *importante* e 3 - *mais importante*).

A distribuição das respostas obtidas encontra-se na figura seguinte:

Figura 16 – Dificuldades sentidas durante o processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da observação da figura anterior, pode referir-se o seguinte:

- As **dificuldades mais frequentemente sentidas**, durante o Processo de RVCC, foram a **Distância Casa-Centro RVCC (17,8%)** e a **Sessão de Júri de Validação (11,8%)**;
- Onde foram referidas **menos frequentemente dificuldades** foi no **Acompanhamento da equipa (3,3%)** e no **Apoio de familiares e amigos (2,5%)**.

No sentido de concretizar melhor a natureza das dificuldades sentidas, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 21 - Processo de RVCC: as principais dificuldades sentidas (totalidade dos inquiridos)

Dificuldades		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)	Influência de outras variáveis: <i>Género</i>
Dimensão Pedagógica	Sessão de Júri de Validação	91	11,8	As mulheres sentiram mais dificuldades na sessão de júri de validação do que os homens.
	Compreensão do Referencial de Competências-Chave	69	9,0	
	Elaboração do Dossier Pessoal	67	8,7	
	Elaboração da Auto-Biografia	59	7,7	
	Formação Complementar	39	5,1	
	Partilha de ideias	33	4,3	
	Evidenciação de competências	31	4,0	
<b>Subtotais</b>		<b>389</b>	<b>50,6</b>	
Dimensão Organizacional/Gestão do Processo	Distância casa-Centro de RVCC	137	17,8	
	Horários do Processo de RVCC	50	6,5	
	<b>Subtotais</b>	<b>187</b>	<b>24,3</b>	
Dimensão Pessoal e Familiar	Adaptação a novas rotinas/gestão familiar	65	8,5	
	<b>Receio e insegurança</b>	<b>50</b>	<b>6,5</b>	As mulheres sentiram mais receio e insegurança do que os homens.
	Apoio de familiares e amigos	19	2,5	
	<b>Subtotais</b>	<b>134</b>	<b>17,5</b>	
Dimensão Equipa	Acompanhamento da equipa	25	3,3	
	<b>Subtotais</b>	<b>25</b>	<b>3,2</b>	
Outras	<b>Outras</b>	34	4,4	
	<b>Subtotais</b>	<b>34</b>	<b>4,4</b>	
<b>Totais</b>		<b>769</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Através da leitura da informação da tabela anterior pode concluir-se o seguinte:

- **Mais de 50% das respostas expressas pelos inquiridos (50,6%) recaiu sobre as dificuldades inerentes à dimensão pedagógica do Processo de RVCC.** Nesta categoria, o item que maior número de respostas reuniu foi a **Sessão de Júri de Validação (11,8%)**. A novidade do Processo de RVCC, no período em estudo (2000-2005), e o facto de os próprios profissionais das equipas serem pioneiros na realização dos processos, podem ter conduzido a estas dificuldades relacionadas com questões de natureza pedagógica e organizacional.

- Em segundo lugar, com 24,3% do total das respostas expressas, surgiram as dificuldades associadas à dimensão organizacional/gestão do processo. Nesta categoria, o item que maior número de respostas reuniu foi a **Distância Casa-Centro RVCC (17,8%)**.

- Em terceiro lugar, com 17,5% do total de respostas expressas, evidenciaram-se as dificuldades relacionadas com a *dimensão pessoal e familiar*.

- Apenas 3,3% das respostas expressas recaíram sobre as dificuldades relacionadas com o *acompanhamento da equipa*.

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou o seguinte:

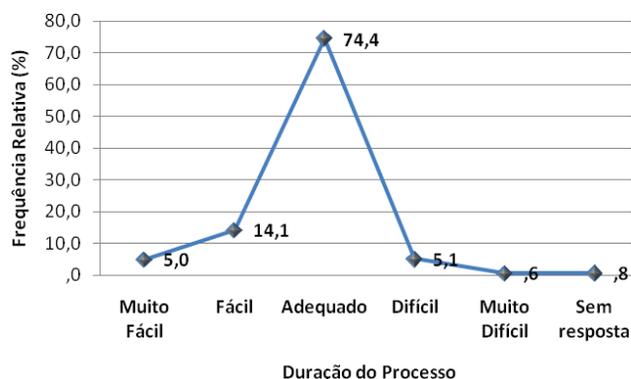
1. **As mulheres sentiram mais dificuldades na sessão de júri de validação do que os homens.** Esta sessão era constituída “pelos formadores das áreas de competência-chave definidas no Referencial da ANEFA; pelo profissional de RVCC que acompanhou o adulto no reconhecimento de competências (carácter consultivo) e por um avaliador externo” (ANEFA, 2002b).

2. **As mulheres sentiram mais receio e insegurança do que os homens.**

### 3.2.7. Classificação do Processo de RVCC

Apesar das dificuldades apontadas, de acordo com a figura seguinte, a maioria dos indivíduos que respondeu ao questionário classificou o Processo de RVCC, como adequado (74,4%).

Figura 17- Classificação do processo de RVCC



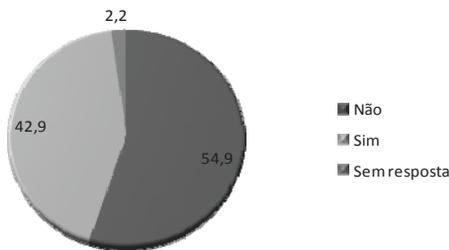
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.2.8. Necessidade de formação complementar

Para colmatar as dificuldades – nas 4 áreas de competência-chave que integram o Referencial de Competências-Chave (Linguagem e Comunicação, Matemática para a Vida, Tecnologias de Informação e Comunicação, Cidadania e Empregabilidade) utilizado no âmbito do processo de RVCC de Nível Básico –, os adultos tinham acesso a uma bolsa de horas de formação complementar assegurada pelos formadores de cada uma das áreas.

Observe-se a seguinte figura:

Figura 18 - Frequência de formação complementar (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

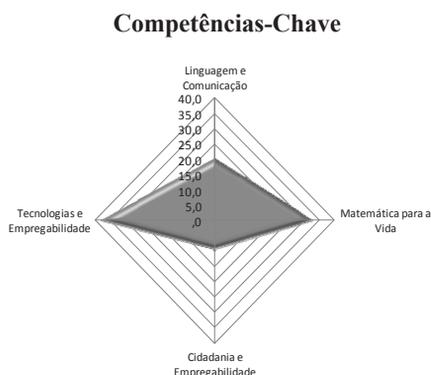
No que respeita à **formação complementar**, verificou-se que:

a) **Mais de metade dos indivíduos (54,9%)** referiu que **não necessitou de formação complementar durante o Processo de RVCC;**

b) **42,9%** dos indivíduos referiu **ter necessitado de formação complementar, durante o Processo de RVCC**, conforme se observa na Figura 19, nomeadamente:

- i. *Tecnologias e Empregabilidade* (37,9%) e *Matemática para a Vida* (32,6%);
- ii. A formação complementar menos frequentada foi a *Cidadania e Empregabilidade* (9,2%).
- iii. *Linguagem e Comunicação* reuniu 20,3% das respostas dos indivíduos.

Figura 19 - Frequência de formação complementar por Áreas de Competências-Chave



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.2.9. Apoios recebidos durante o Processo de RVCC

O apoio disponibilizado durante o Processo, por parte dos Centros de RVCC, foi uma das questões colocadas. Assim, e de acordo com os dados recolhidos, foram disponibilizadas 12 opções de preenchimento, sendo que a última opção, *Outras(s)*, permitia uma resposta aberta. Os dados recolhidos nas respostas fechadas encontram-se disponíveis na figura que se segue. Os respondentes deveriam classificar os apoios que consideravam mais importantes de 1 a 3 (sendo 1 - *menos importante*, 2 - *importante* e 3 - *mais importante*).

A distribuição das respostas obtidas encontra-se na seguinte distribuição:

Figura 20 - Apoios recebidos durante o Processo de RVCC (todos os inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

As respostas foram agrupadas em 5 categorias, conforme consta na tabela seguinte: (1) Equipa Pedagógica (2) Componente logística/organizacional, (3) Formação, (4) Material e Equipamento, (5) Outras.

Tabela 22 - Processo de RVCC: Apoios do Centro de RVCC (todos os inquiridos)

Apoios		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)	Influência de outras variáveis: Centro RVCC frequentado
Equipa pedagógica	Disponibilidade da equipa	317	19,7	
	Relação de proximidade com a equipa	217	13,5	
	Incentivo da equipa	212	13,1	
	<b>Subtotais</b>	<b>746</b>	<b>46,3</b>	
Componente logística/organizacional	Flexibilidade de horários	153	9,5	
	Instalações do Centro RVCC	98	6,1	
	Itinerância	79	4,9	
	Apoio no transporte	31	1,9	
	<b>Subtotais</b>	<b>361</b>	<b>22,4</b>	
Formação	Ajuda na construção do Dossier Pessoal	193	12,0	
	Formação complementar	95	5,9	
	<b>Subtotais</b>	<b>288</b>	<b>17,9</b>	
Material e Equipamento	Equipamento informático	120	7,5	
	Material didáctico disponibilizado	86	5,3	
	<b>Subtotais</b>	<b>206</b>	<b>12,8</b>	
Outras	Outras	10	0,6	
	<b>Subtotais</b>	<b>10</b>	<b>0,6</b>	
	<b>Totais</b>	<b>1611</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

No que respeita aos **principais apoios disponibilizados pelo Centro RVCC**, verificou-se que:

a) A **equipa pedagógica** do Centro de RVCC – a sua *Disponibilidade* (19,7%), *Relação de proximidade* (13,5%) e *incentivo* (13,2%) – **foi o principal**

**apoio evidenciado pelos adultos**, reunindo 46,3% do total de respostas expressas pelos indivíduos, o que nos leva a afirmar que a **relação pedagógica (e, certamente, pessoal) da equipa com os adultos, constituiu-se como um apoio fundamental no âmbito do Processo de RVCC;**

b) Em segundo lugar, surge a categoria *componente logística/organizacional*, com um total de 22,4% das respostas dos inquiridos, onde se destacam os itens *Flexibilidade de horários* e o funcionamento em regime de *itinerância*. Estes factores terão potenciado a proximidade dos adultos com os processos de qualificação e de aprendizagem;

c) Em terceiro lugar, surgem os apoios relacionados com a formação, no âmbito do processo, nomeadamente os itens *Ajuda na construção do Dossier Pessoal* e a superação de dificuldades, através das horas de *Formação complementar*, que reuniram 17,9% do total de respostas expressas pelos inquiridos;

d) O *Material didáctico* e o *Equipamento informático* disponibilizados foram itens menos valorizados pelos inquiridos, atendendo a que corresponderam apenas a 12,8% do total de respostas expressas.

e) O apoio menos referido pelos adultos que frequentaram o Processo de RVCC foi o *transporte* (1,9%), o que se deve ao facto de os Centros, à data, também funcionarem em regime de itinerância, deslocando os seus profissionais aos locais de residência dos adultos (Correia, 2011: 50);

f) No que respeita a "*Outros apoios*", registaram-se 10 respostas. É de evidenciar que as respostas não se referem apenas a apoios do próprio Centro, nomeadamente aos formadores e profissionais das equipas, mas também se dirigiram aos apoios da família e, novamente, ao apoio de instituições locais (Câmaras Municipais e Bombeiros Voluntários).

g) A partir dos dados constantes do quadro anterior, infere-se que **os apoios relacionados com a dimensão humana foram importantes no acompanhamento dos adultos em Processo de RVCC, em contrapartida com uma dimensão logística/material, que não se revelou tão importante para os inquiridos.**

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) - revelou que não existe uma relação significativa entre os apoios recebidos e o Centro de RVCC que disponibilizou esses apoios.

### 3.2.10. Apoio durante o Processo de RVCC, por parte de outras instituições

Relativamente ao apoio durante o processo, por parte de outras instituições, observemos as Tabelas 23 e 24:

Tabela 23 - Processo de RVCC: apoios de outras instituições (totalidade dos inquiridos)

Apoio durante o processo (outras instituições)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
<b>Não</b>	<b>606</b>	<b>77,2</b>
Sim	163	20,8
Sem resposta	16	2,0
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Tabela 24 - Apoio prestado por outras instituições, durante o processo (inquiridos que revelaram ter recebido apoio)

Instituições	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
<b>Câmara Municipal</b>	<b>69</b>	<b>39,7</b>
<b>Escola</b>	<b>50</b>	<b>28,7</b>
Junta de Freguesia	29	16,7
Associação Local	10	5,7
Empresa	10	5,7
Outra	6	3,5
<b>Totais</b>	<b>174 *</b>	<b>100,0</b>

\*Alguns dos inquiridos indicaram mais do que 1 instituição

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da informação constante nas tabelas anteriores, concluímos que:

a) **77,2%** dos indivíduos (606) referiu **não ter recebido apoio durante o processo de RVCC, por parte de outras instituições;**

b) 20,8% dos indivíduos (163) referiu que recebeu apoio durante o processo de RVCC, por parte de outras instituições, destacando-se os seguintes aspectos:

- a) 39,7% beneficiou de apoio da Câmara Municipal;
- b) 28,7% beneficiou de apoio por parte da Escola.

Quanto ao tipo de apoio recebido, por parte daquelas instituições, observe-se a informação da tabela seguinte:

Tabela 25 - Tipo de apoio prestado por outras instituições, durante o processo (inquiridos que revelaram ter recebido apoio)

Tipo de apoio	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
<b>Compatibilização de horários</b>	<b>67</b>	<b>37,6</b>
<b>Espaço para trabalhar</b>	<b>43</b>	<b>24,2</b>
Equipamento	36	20,2
Transporte	14	7,9
Apoio ao estudo	14	7,9
Outro(s)	4	2,2
<b>Totais</b>	<b>178 *</b>	<b>100,0</b>

\*Alguns dos inquiridos indicaram mais do que 1 apoio.

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

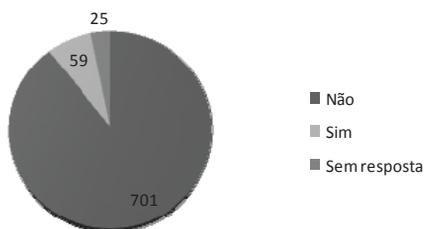
De acordo com a informação disponibilizada na tabela anterior, conclui-se que **mais de 37,6% dos apoios recebidos dizia respeito à compatibilização de horários**. Já em 24,2% dos casos assinalados, o apoio situou-se ao nível do espaço para trabalhar.

### 3.2.11. Apoios recebidos após o Processo de RVCC

Além dos apoios recebidos durante o Processo de RVCC, procurou-se conhecer os apoios recebidos após a realização do Processo de RVCC.

Observe-se a figura seguinte:

Figura 21 - Apoios recebidos após o Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da figura anterior, conclui-se que:

a) **701 dos indivíduos (89,3%) referiram que não receberam apoio**, após o Processo de RVCC;

b) 59 dos indivíduos (7,5%) referiram que receberam apoio, após o Processo de RVCC;

c) 25 indivíduos não responderam à questão.

Relativamente às instituições que disponibilizaram apoio aos inquiridos, a informação recolhida encontra-se na tabela seguinte:

Tabela 26 – Instituições que apoiaram após o Processo de RVCC (inquiridos que receberam apoio)

Instituições	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
<b>Câmara Municipal</b>	<b>23</b>	<b>38,3</b>
<b>Escola</b>	<b>21</b>	<b>35,0</b>
Junta de Freguesia	4	6,7
Empresa	4	6,7
Associação Local	3	5,0
Outra	5	8,3
<b>Totais</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Dos que receberam apoio e conforme consta da tabela seguinte, **38,3%** beneficiou de apoio da **Câmara Municipal e 35% da Escola**.

Quanto ao tipo de apoio e conforme se observa na tabela seguinte, **33,9%** referiu apoio ao nível do **espaço para trabalhar**, enquanto 17,6% no apoio ao nível do **equipamento e compatibilização de horários**, respectivamente.

Tabela 27 - Tipo de apoio prestado por outras instituições após o processo (inquiridos que receberam apoio)

Tipo de apoio	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Espaço para trabalhar	23	33,9
Equipamento	12	17,6
Compatibilização de horários	12	17,6
Transporte	9	13,2
Apoio ao estudo	5	7,4
<b>Outro</b>	<b>7</b>	<b>10,3</b>
<b>Totais</b>	<b>68</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Em síntese, no que se refere à avaliação realizada pelos indivíduos relativamente ao processo de RVCC que concretizaram, indicam-se, em seguida, as principais conclusões que se retiraram da análise à informação disponível:

1. **A informalidade da divulgação:** a forma de conhecimento do processo de RVCC mais referida foi as “*conversas informais*” com amigos, familiares e conhecidos (55,1% do total de respostas expressas). Além das opções disponibilizadas, os inquiridos relevaram, ainda, o papel das

entidades locais e do local de trabalho/entidade empregadora, na divulgação do processo.

2. **As razões que mobilizaram os adultos para o Processo de RVCC, foram, sobretudo, razões de ordem pessoal**, sendo o item *Valorização Pessoal* aquele que reuniu o maior número de escolhas, com 19,3% do total de respostas expressas.

3. Os indivíduos mais velhos aceitam e valorizam mais o *desafio e a novidade* associados que caracterizavam processo de RVCC, na sua fase inicial de implementação.

4. **A dimensão profissional foi mais valorizada pelos mais jovens e pelos desempregados.**

5. A *distância casa-Centro de RVCC* foi a dificuldade mais referida pelos inquiridos. Decorrente do facto anterior, um dos apoios dos Centros de RVCC referidos pelos inquiridos foi o funcionamento dos Centros em **regime de itinerância**, o que ajudava a colmatar a dificuldade associada à distância e à ausência de uma rede de transportes eficiente.

6. **As mulheres sentiram mais dificuldades na sessão de júri de validação** do que os homens, eventualmente, devido à exposição pública, visto que eram sessões de carácter público. Foram também as **mulheres que sentiram mais receio e insegurança na concretização do processo.**

7. Os inquiridos consideraram o processo de RVCC como tendo uma duração adequada (80,5% das respostas).

8. Os apoios recebidos da parte dos Centros de RVCC, durante o processo, que mais valorizados foram os relacionados com uma dimensão humana, tendo os itens *disponibilidade da equipa, a relação de proximidade com a equipa e o incentivo* da mesma, reunido um total de 746 escolhas, correspondente a 46,3% do total de respostas expressas.

9. **A maioria dos inquiridos não necessitou de formação complementar.**

### **3.3 Impactos do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), na opinião dos adultos que o realizaram, na região Alentejo, no período 2000-2005**

Em seguida, **caracterizar-se-ão os impactos do Processo de RVCC** nos 785 indivíduos (de um universo de 2969) que realizaram os seus processos nos seis CRVCC, em funcionamento na região Alentejo, no período compreendido entre 2000 e 2005. A avaliação dos impactos será efectuada em **diferentes dimensões: Escolar, Profissional, Aprendizagem ao Longo da Vida e Tecnologias de Informação e Comunicação.**

### 3.3.1 Dimensão Escolar

#### 3.3.1.1. Habilitações Escolares antes do ingresso no Processo de RVCC

Na tabela seguinte, apresentam-se as habilitações escolares dos indivíduos, no momento em que ingressaram num dos seis CRVCC.

Tabela 28 - Habilitações Escolares antes do ingresso no Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)

Habilitações escolares antes do ingresso	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
1º ano de escolaridade	5	0,6
2º ano de escolaridade	15	1,9
3º ano de escolaridade	8	1,0
4º ano de escolaridade	128	16,3
5º ano de escolaridade	22	2,8
<b>6º ano de escolaridade</b>	<b>325</b>	<b>41,4</b>
7º ano de escolaridade	54	6,9
8º ano de escolaridade	87	11,1
9º ano de escolaridade (incompleto)	120	15,3
Sem resposta	21	2,7
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

De acordo com a tabela anterior, no que se refere às **Habilitações Escolares antes do ingresso no Processo de RVCC**, evidencia-se o seguinte:

1. **Um número significativo dos inquiridos** (325 pessoas inquiridas, que correspondem a 41,4% da amostra) **referiu possuir o 6º ano de escolaridade, a quando do início do seu Processo de RVCC;**

2. 128 pessoas inquiridas (16,3% da amostra) referiram ter o 4º ano de escolaridade;

3. 120 pessoas inquiridas (15,3% da amostra) referiram ter o 9º ano de escolaridade incompleto;

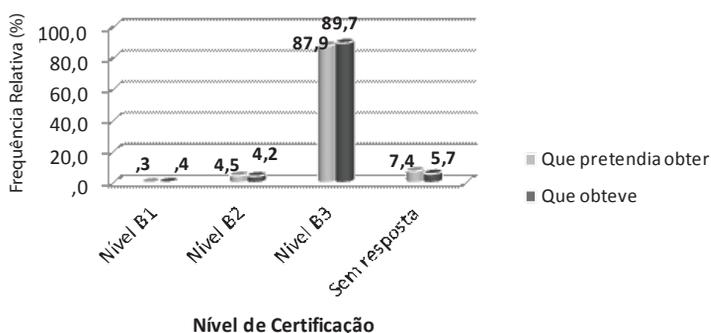
4. Apenas 28 indivíduos (3,5% do total) tinham, antes do ingresso no Processo de RVCC, habilitações inferiores ao 4.º ano de escolaridade (1.º Ciclo do Ensino Básico).

#### 3.3.1.2. Níveis de certificação pretendido e obtido

Conforme se pode verificar na figura seguinte, **a maioria dos inquiridos (87,9%) pretendia obter o Nível de certificação B3, equivalente ao 9º ano**

**de escolaridade.** Na generalidade e como se pode constatar, os inquiridos conseguiram atingir, e até superar, os seus objectivos, pois 89,7% concluiu o Nível de Certificação B3.

Figura 22 - Níveis de certificação pretendidos e obtidos (totalidade dos inquiridos)



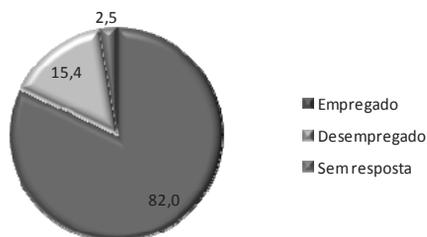
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.2. Dimensão Profissional

#### 3.3.2.1. Situação Profissional no início do Processo de RVCC

No que respeita à **situação profissional** dos indivíduos, no **início do Processo de RVCC**, confirma-se, através da figura seguinte, que 82,0% dos inquiridos estava empregada (644 indivíduos) e 15,4% desempregada (121 indivíduos). Do total de inquiridos, 20 não responderam (2,5%).

Figura 23 - Situação profissional dos indivíduos, no início do processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou o seguinte:

Tabela 29 - Influências na Situação Profissional no início do Processo de RVCC (totalidade dos inquiridos)

Situação Profissional no início do Processo de RVCC	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Cruzamento com outras variáveis			
			Género	Idade	Razões para procurar o Centro de RVCC	Importância dada ao Processo de RVCC
EMPREGADO	644	82,0	A taxa de emprego é maior nos homens (90,5%) do que nas mulheres (79,5%).			
DESEMPREGADO	121	15,1				

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, pode concluir-se o seguinte:

1. Nos 644 indivíduos empregados, no início do Processo de RVCC, **a taxa de emprego é maior nos homens (90,5%) do que nas mulheres (79,5%);**

2. Ainda que não se verifique uma relação estatisticamente significativa entre a situação profissional e as razões para procurar o Centro RVCC, verificaram-se alguns padrões interessantes:

a. a razão menos valorizada, por empregados e desempregados foi a *Ocupação de Tempo Livre*;

b. as razões mais valorizadas foram a *Valorização Pessoal*, a *Valorização de Competências*, a *Possibilidade de Melhoria no Emprego*, a *Possibilidade de Encontrar Emprego*, a *Valorização Profissional* e a *Obtenção do Diploma*;

c. *Possibilidade de Encontrar Emprego* foi uma razão significativa para o subgrupo dos desempregados se motivar a inscrever no Processo de RVCC;

d. a *Valorização Profissional* parece ser mais valorizada que as razões anteriormente referidas.

### 3.3.2.2. Os indivíduos empregados

Apresenta-se, de seguida, uma análise à situação profissional dos inquiridos que estavam empregados (644), à data de início do processo, conforme itens que constam da tabela seguinte:

Tabela 30 - Os indivíduos empregados: itens em análise

<b>Os indivíduos empregados – itens em análise</b>
A. Actividade profissional exercida
B. Alteração da situação profissional
C. Momento de alteração da situação profissional
D. Natureza da alteração da situação profissional
E. Influência do Processo de RVCC na mudança de actividade profissional
F. O desemprego
G. Influências da Idade e do Género na dimensão profissional (empregados que mudaram de actividade profissional)

### ***A. Actividade profissional exercida (indivíduos empregados)***

Com base na situação face ao emprego (empregado/desempregado), anteriormente referida, colocaram-se algumas questões aos inquiridos, nos dois subgrupos considerados, no sentido de identificar as trajectórias profissionais, em consequência da certificação obtida através da concretização de um Processo de RVCC. Neste sentido, identificaram-se as profissões dos indivíduos empregados, no momento em que iniciaram o Processo de RVCC, classificando-as em grupos, de acordo com a proposta da Classificação Portuguesa das Profissões 2010 (INE, 2011), abreviadamente designada por CPP/2010 e estruturada em nove grupos

A tabela seguinte apresenta as profissões dos indivíduos inquiridos, por grupos:

Tabela 31 - Actividade profissional exercida (indivíduos empregados)

Grandes Grupos CIP/ISCO/2008 <sup>1</sup>		Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
0	Profissão das Forças Armadas	0	0,0
1	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	23	3,6
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	7	1,1
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	36	5,6
4	Pessoal administrativo	46	7,1
5	<b>Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores</b>	<b>116</b>	<b>18,0</b>
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	25	3,9
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	81	12,6
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	50	7,8
9	<b>Trabalhadores não qualificados</b>	<b>216</b>	<b>33,5</b>
Outras Situações	Em Formação	10	1,5
	Sem resposta	34	5,3
<b>Totais</b>		<b>644</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

**No início do processo estavam empregados 644 indivíduos.** Deste universo, 34 inquiridos não identificaram a actividade profissional que exerciam.

Da leitura que se pode realizar da informação constante da anterior, destacam-se os seguintes aspectos:

1. Dos 623 inquiridos que responderam a esta questão, **216 (33,5% do total)** pertenciam ao **Grupo 9** (Trabalhadores não qualificados), onde se encontram profissões nos seguintes subgrupos: *Trabalhadores de Limpeza, Trabalhadores não qualificados da agricultura, Produção animal, pesca e floresta, Vendedores Ambulantes, Trabalhadores dos resíduos e outros serviços elementares*, entre outros (Exs. de respostas dos inquiridos: “Ajudante de lavandaria”, “Assistente Operacional”, “Assistente Técnico”, “Auxiliar de Acção Educativa”, “Auxiliar de Limpeza”, “Auxiliar de Serviços Gerais”...);

2. De seguida, destacam-se os que pertencem ao **Grupo 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores)**, em que

1. CIP/ISCO(1) Classificação Internacional Tipo de Profissões. (1) Sigla em Inglês

**se situam 116 indivíduos (18,0% do total).** Neste grupo, encontram-se as seguintes profissões: *Trabalhadores dos serviços pessoais, Vendedores, Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares, Pessoal dos serviços de protecção e segurança* (Exs. de respostas dos inquiridos: “Agente de Autoridade”, “Ajudante de Acção Directa”, “Bombeiro”, “Cabeleireiro/a”, “Cozinheira”...);

3. Relativamente aos restantes Grupos, verifica-se que:

a. No **Grupo 1** (Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos), inscreveram-se 23 das respostas dadas, de onde se destacam indivíduos com responsabilidades na área empresarial (Gerentes da sua própria empresa) e de outros serviços, como uma Escola de Música. Algumas das respostas obtidas foram as seguintes: “Empresário”, “Conta Própria”, “Gerente Comercial”, “Sócia-Gerente”;

b. No **Grupo 2** (Especialistas das actividades intelectuais e científicas), agruparam-se 7 respostas, correspondendo a 1,1% do total de respostas dadas. Neste grupo profissional, foram referenciados indivíduos com competências e experiências profissionais reconhecidas, mas sem qualificação académica correspondente;

c. No **Grupo 3** (Técnicos e profissões de nível intermédio) agruparam-se 36 respostas, com profissões ligadas a *Técnicos e Profissionais, de nível intermédio, de áreas como a saúde, financeira, administrativa e dos negócios, serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares, Técnicos das TIC*. (Exs. de respostas dos inquiridos: “Angariador imobiliário”, “Auxiliar de Veterinária”, “Auxiliar Técnico Pecuária”, “Chefe de Secção”, “Desportista Profissional”);

d. No **Grupo 4 (Pessoal Administrativo)** foram agrupadas 44 respostas (Ex: de respostas dos inquiridos: “Administrativo”, “Contabilidade e Aprovisionamento”, “Cobrador”, “Recepcionista”,...), correspondendo a 7,1% do total de respostas expressas;

e. Nos **Grupos 6, 7 e 8**, que reuniram 156 respostas (24,3% do total de respostas expressas), encontram-se indivíduos qualificados ligados às áreas da agricultura, pesca, floresta, indústria, construção e artífices e, também, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem. Algumas das respostas dos inquiridos, registadas nos questionários foram: “Equitador”, “Vindima”, “Agricultura”, “Artesanato”, “Carpinteiro”, “Construção Civil”, “Condutor de máquinas pesadas”, “Camionista”, “Encarregado de Serviços Gerais”.

### **B. Alteração da situação profissional (indivíduos empregados)**

A tabela seguinte indica-nos a ocorrência de alterações da situação profissional dos indivíduos empregados:

Tabela 32 – Alteração da situação profissional (indivíduos empregados)

Após RVCC, estando empregado, mudou de actividade profissional?	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Não	478	74,2
Sim	166	25,8
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>100,0</b>

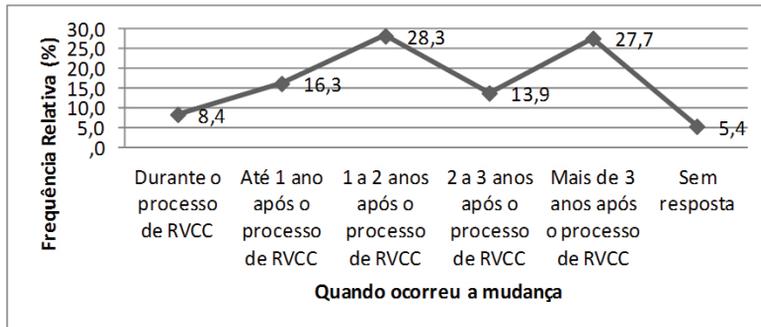
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, pode constatar-se, que, após o Processo de RVCC, 74,2% dos indivíduos empregados não mudou de actividade profissional. Todavia, em 25,8% dos indivíduos, ocorreu uma alteração no âmbito da actividade profissional.

### C. Momento da alteração da situação profissional (indivíduos empregados)

Observe-se a figura seguinte:

Figura 24 – Momento da alteração da situação profissional (indivíduos empregados e que viveram alteração profissional)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

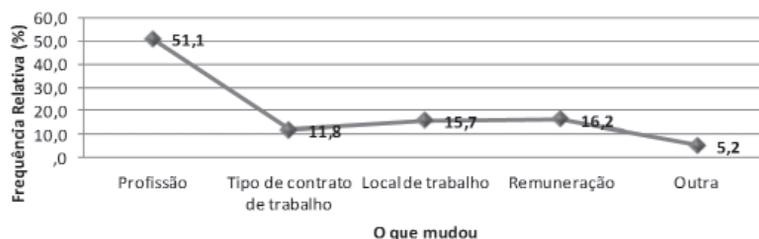
A informação constante na figura anterior permite concluir o seguinte:

1. **Em 69,9% dos adultos empregados que viveu alteração profissional, tal aconteceu 1 ano após a conclusão do Processo de RVCC;**
2. 27,7% dos inquiridos experimentou uma alteração profissional, mais de 3 anos após a conclusão do processo (46 indivíduos).
3. Apenas 24,7% dos inquiridos empregados que experimentou alteração profissional, viveu essa mudança até 1 ano após o Processo de RVCC

### **D. Natureza da alteração da situação profissional (indivíduos empregados)**

Quando questionados acerca do que tinha mudado, do ponto de vista profissional, os 116 inquiridos indicaram 229 respostas, pois cada adulto podia escolher mais do que uma opção.

Figura 25 - Natureza da alteração da situação profissional (indivíduos empregados)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da figura anterior, infere-se que:

1. Enquanto a maioria dos inquiridos empregados, que experimentou alterações na dimensão profissional, refere que mudou de profissão, 16,2% mudou de remuneração e 15,7% mudou de local de trabalho;
2. Com valores mais residuais, sugeriu o "Tipo de contrato de trabalho" (11,8%).

### **E. Influência do Processo de RVCC na mudança de actividade profissional (indivíduos empregados)**

Com base numa Escala de Likert organizada em 5 itens (entre o valor 1, que representa *Não influenciou* e o valor 5, *Influenciou muito*), os inquiridos foram convidados a classificar a influência do Processo de RVCC, na mudança de actividade profissional ocorrida (o que, como se verificou, ocorreu em 166 indivíduos, num universo dos 644 empregados). O resultado dessa avaliação encontra-se na tabela seguinte:

Tabela 33 – Influência do processo de RVCC na mudança de actividade profissional (indivíduos empregados)

Influência do processo RVCC na mudança profissional	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Não influenciou	34	20,5
2	11	6,6
<b>3</b>	<b>33</b>	<b>19,9</b>
<b>4</b>	<b>16</b>	<b>9,6</b>
<b>Influenciou muito</b>	<b>72</b>	<b>43,4</b>
<b>Totais</b>	<b>166</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

A leitura da tabela anterior sugere que:

1. **A maioria** (53%) dos indivíduos empregados que experimentou mudança da sua actividade profissional **considerou que o Processo de RVCC influenciou ou influenciou muito essa mudança (43,4% dos indivíduos considerou mesmo que o Processo de RVCC influenciou muito a mudança de actividade profissional;**

2. Em contrapartida, para 20,5% dos inquiridos o Processo de RVCC não influenciou a mudança de actividade profissional.

### **F. O desemprego (indivíduos empregados)**

Para os indivíduos que estavam empregados, no início do processo, colocou-se, ainda, a questão de saber se, após o Processo de RVCC, haviam ficado desempregados. As respostas obtidas integram a informação da tabela seguinte:

Tabela 34 - O desemprego (indivíduos empregados)

<b>Após, estando empregado, ficou desempregado?</b>	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<i>Não</i>	<b>365</b>	<b>56,7</b>
Sim	73	11,3
Sem resposta	206	32,0
<b>Totais</b>	<b>644</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da informação constante na tabela anterior, conclui-se que:

1. 11,3% dos empregados ficou, entretanto, desempregada (73 indivíduos);
2. Quando questionados acerca das razões para a situação de desemprego, os 73 indivíduos indicaram algumas razões de que se destacam: o *Fim de contrato de trabalho* (23 indivíduos); *A empresa ficou sem trabalho* (7 indivíduos).

### **G. Influências da Idade e do Género na dimensão profissional**

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) - revelou o que se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 35 - Influências da Idade e do Género na dimensão profissional (empregados que mudaram de actividade profissional)

Aspectos		Frequência		Cruzamento com outras variáveis	
		Absoluta (n)	Relativa (%)	Género	Idade
Empregados que mudaram de actividade profissional (n=166)	Ocorrência de alteração de actividade profissional	SIM	166	25,8	Os indivíduos mais jovens mudaram mais de actividade profissional que os indivíduos mais velhos.
	Momento da alteração de actividade profissional (n=166)	Durante o processo	14	8,4	
		Até 1 ano após o processo	27	16,3	
		1 a 2 anos após o processo	47	28,3	
		2 a 3 anos após o processo	23	13,9	
		Mais de 3 anos após o processo	46	27,7	
		S/R	9	5,4	
	Natureza da alteração (n=166)	Profissão	117	51,1	
		Contrato de Trabalho	27	11,8	
		Local de Trabalho	36	15,7	
		Remuneração	37	16,2	
		Outra	12	5,2	
	Influência do Processo de RVCC na mudança de actividade profissional (n=166)	1 - Não influenciou	40	23,3	
		2 -	11	6,4	
		3-	33	19,2	
		4 -	16	9,3	
5-Influenciou muito		72	41,9		

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior verifica-se o seguinte:

1. Os **indivíduos mais jovens mudaram mais de actividade profissional** do que os mais velhos;
2. Ainda que as diferenças não sejam, estatisticamente, significativas, há que salientar que os **indivíduos mais velhos (1941-50) só mudaram de profissão, após 3 e mais anos a conclusão do Processo RVCC.**

Tabela 36 - Influências da Idade e do Género na dimensão profissional (*empregados que ficaram desempregados*)

Aspectos			Cruzamento com outras variáveis		
			Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Género
Empregados que ficaram	Indivíduos empregados que ficaram desempregados (n=73)	SIM	73	11,3	As mulheres ficaram mais desempregadas (2/3) do que os homens (1/3), após o Processo de RVCC.

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Como se pode depreender da leitura da tabela anterior, **foram as mulheres quem ficou, mais frequentemente, na situação de desemprego, após o Processo de RVCC.**

### 3.3.2.3. Os indivíduos desempregados

Apresenta-se, de seguida, uma análise à situação profissional dos inquiridos que estavam desempregados (121), à data de início do processo, de acordo com os itens que constam da tabela seguinte:

Tabela 37 - Os indivíduos desempregados: itens em análise

Os indivíduos desempregados – itens em análise
A. Actividade profissional exercida antes de estar desempregado
B. O emprego
C. Momento da alteração da situação profissional
D. Área profissional do novo emprego
E. Influência do Processo de RVCC na alteração da situação profissional
F. Influências da Idade e do Género na dimensão profissional (desempregados que encontraram emprego)

### A. Actividade profissional exercida antes de estar desempregado (indivíduos desempregados)

No início do processo, estavam desempregados 121 indivíduos (15,1% dos inquiridos). Procurou-se conhecer a actividade que esses adultos exerciam, antes de estarem desempregados. Tal como foi feito com os empregados, agruparam-se as respostas dadas, recorrendo, igualmente, à Classificação Portuguesa das Profissões 2010 (INE, 2011).

Tabela 38 - Actividade profissional exercida antes da situação de desemprego (indivíduos desempregados)

Nível	Grandes Grupos	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
0	Profissão das Forças Armadas	0	0,0
1	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	3	2,5
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	2	1,7
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	3	2,5
4	Pessoal administrativo	3	2,5
5	<b>Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores</b>	<b>11</b>	<b>9,1</b>
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	6	4,9
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	8	6,6
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5	4,1
9	<b>Trabalhadores não qualificados</b>	<b>16</b>	<b>13,2</b>
Outras Situações	Em Formação	4	3,3
	Sem resposta	60	49,6
<i>Totais</i>		<b>121</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Dos 121 indivíduos que estavam desempregados no início do processo, apenas 57 identificaram a actividade que exerciam antes da situação de desemprego.

Da leitura que se pode realizar da informação constante da tabela anterior, destacam-se os seguintes aspectos:

1. Quase metade dos inquiridos (49,6%) não indicou a sua profissão anterior;
2. 13,2% dos inquiridos desempregados pertencia ao **Grupo 9 (Trabalhadores não qualificados)**, exercendo actividades como “Auxiliar de Cozinha”, “Auxiliar de Lar de idosos”, “Auxiliar de Laboratório”, “Empregada de Limpeza”, “Empregada Doméstica”;
3. Em seguida, destaca-se o **Grupo 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores)**, o qual reuniu 9,1% do total de

respostas expressas. Dos indivíduos incluídos neste Grupo, destacam-se actividades como “Empregada de Balcão”, “Empregada de Loja”, “Empregada de bombas de combustível”, entre outras;

**B. O emprego (indivíduos desempregados)**

Pode constatar-se que, após o Processo RVCC, a maioria dos desempregados (**55,4% dos indivíduos**), encontrou emprego, de acordo com o conteúdo da tabela que se segue:

Tabela 39 - O emprego (indivíduos desempregados)

Se desempregado encontrou emprego?	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Não	54	44,6
<b>Sim</b>	<b>67</b>	<b>55,4</b>
<b>Totais</b>	<b>121</b>	<b>100,0</b>

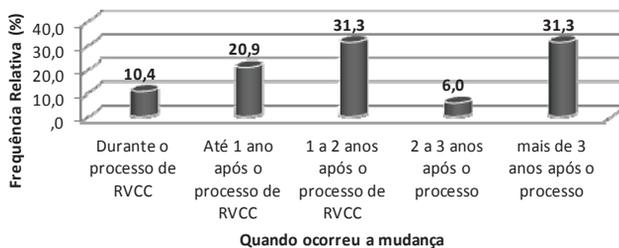
Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

**C. Momento da alteração da situação profissional (indivíduos desempregados)**

Dos 67 adultos que referiram que encontraram emprego, após o Processo de RVCC (Figura 26):

1. 31,3 % dos inquiridos encontrou emprego, entre 1 a 3 anos após o Processo de RVCC (25 adultos);
2. 31,3% dos inquiridos encontrou emprego, mais de 3 anos após o Processo de RVCC (21 adultos);
3. É de salientar que 20,9% dos que encontram emprego, estando desempregados, conseguiram-no num período até 1 ano após o Processo de RVCC (14 adultos);
4. Apenas 10,4% encontrou emprego durante o Processo de RVCC.

Figura 26 - Momento em que os desempregados encontraram emprego

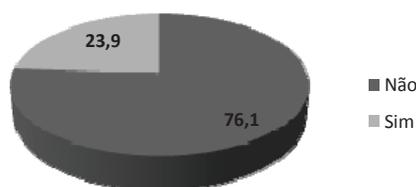


Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### **D. Área profissional do novo emprego (indivíduos desempregados)**

Dos 67 adultos desempregados que encontraram emprego, verifica-se que, em 76,1% dos casos (51 adultos), o novo emprego não foi na mesma área profissional. Este aspecto foi mais evidente nos homens. Já em 23,9% dos casos (16 adultos), o novo emprego situou-se na mesma área profissional, conforme consta na figura seguinte:

Figura 27 – Área profissional do novo emprego (indivíduos desempregados)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### **E. Influência do Processo de RVCC na alteração da situação profissional (indivíduos desempregados)**

Quando questionados acerca da influência do Processo de RVCC, na alteração da situação profissional, os indivíduos que se encontravam desempregados indicaram o seguinte:

Tabela 40 – Influência do Processo de RVCC na alteração da situação profissional (indivíduos desempregados)

O processo de RVCC influenciou essa mudança?	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Não influenciou	16	23,9
2	5	7,5
3	15	22,4
4	6	8,9
<b>Influenciou muito</b>	<b>21</b>	<b>31,3</b>
Sem resposta	4	6,0
<b>Totais</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

A leitura da tabela anterior permite concluir o seguinte:

**1. 40,2% dos indivíduos desempregados considerou que o Processo de RVCC influenciou ou influenciou muito o facto de ter conseguido um**

**emprego.** 31,3% dos indivíduos considerou mesmo que o Processo de RVCC influenciou muito;

2. Para **23,9% dos inquiridos, o Processo de RVCC não influenciou o facto de ter encontrado emprego** (16 adultos). De referir que se obteve uma percentagem próxima, no caso dos indivíduos empregados, acerca da influência do processo na mudança de actividade profissional (20,5%).

#### ***F. Influências da Idade e do Género na dimensão profissional***

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou o que se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 41 - Influências da Idade e do Género na dimensão profissional (desempregados que encontraram emprego)

Aspectos		Frequência Absoluta N)	Frequência Relativa (%)	Cruzamento com outras variáveis		
				Género	Idade	
Desempregados que encontraram emprego	Desempregados que encontraram emprego (n=67)	SIM	67	55,4	As diferenças não são estatisticamente significativas (p>0,555), mas estão muito próximas de o ser. Pode-se afirmar, com segurança que, foram mais os homens que encontraram emprego	
	Quando?	Durante o processo	7	10,4		
		Até 1 ano após o processo	14	20,9		
		1 a 2 anos após o processo	21	31,3		
		2 a 3 anos após o processo	4	6,0		
		Mais de 3 anos após o processo	21	31,3		
		S/R	0	0		
	Área Profissional (a)	A Mesma	16	23,9	Ocorreu maior alteração de área profissional nos homens desempregados do que nas mulheres desempregadas, aquando do novo emprego, após o Processo de RVCC.	
		Outra	51	76,1		
	Influência do processo de RVCC	1 - Não influenciou	16	23,9		
		2 -	5	7,5		
		3 -	15	22,4		
		4 -	6	8,9		
		5-Influenciou muito	21	31,3		
		S/R	4	6,0		

### 3.3.2.4. Actividade Profissional Actual

No momento do preenchimento do questionário, pretendeu-se, ainda, conhecer a actual actividade profissional dos inquiridos. As respostas identificadas foram agrupadas, tendo-se recorrido, novamente, à Classificação Portuguesa das Profissões 2010 (INE, 2011).

Tabela 42 - Actividade Profissional Actual

Nível	Grandes Grupos	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
0	Profissão das Forças Armadas	0	0,0
1	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	10	1,3
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	5	0,6
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	8	1,0
4	Pessoal administrativo	20	2,6
5	<b>Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores</b>	<b>48</b>	<b>6,1</b>
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	6	0,7
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	19	2,4
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	28	3,6
9	<b>Trabalhadores não qualificados</b>	<b>82</b>	<b>10,4</b>
Outras Situações	Em Formação	2	0,1
	Indiferenciado	10	1,3
	Reformado/Aposentado	57	7,2
<b>Não respondeu</b>		<b>490</b>	<b>62,7</b>
<b>Totais</b>		<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

A partir da tabela anterior verifica-se que, à data de aplicação do questionário:

1. Ocorreu uma significativa taxa de não resposta (62,7%), facto que poderá ter decorrido da localização da questão no questionário e que fragiliza e condiciona a interpretação dos resultados, no que respeita à alteração da situação profissional que, mais à frente, se realizará;

2. Mantinha-se a predominância de profissões inscritas nos Grupos 9 (10,4%) e 5 (6,1%);

3. De relevar o elevado n.º de indivíduos (7,2% do total de respostas expressas) que estava aposentado à data de aplicação do questionário, na medida em que, conforme já foi referido, os primeiros Processos de RVCC foram concretizados por pessoas que apresentavam idades compreendidas entre 61 e 70 anos (8,4% do total de inquiridos que responderam ao questionário);

4. Alguns dos inquiridos não identificaram convenientemente a profissão, pelo que são aqui representados por "Indiferenciado" (1,3%).

### 3.3.2.5. Dimensão Profissional: síntese

No sentido de ser possível uma leitura global e sumária da informação recolhida na *Dimensão Profissional*, inclui-se uma tabela síntese, que se apresenta em seguida:

Tabela 43 - Dimensão Profissional: síntese

Aspectos	Situação profissional no início do Processo de RVCC	
	Empregados (n=644)	Desempregados (n=121)
<b>Alteração profissional</b>	25,8% mudou de actividade profissional*	55,4% encontrou emprego (mais frequentemente os indivíduos mais jovens)
<b>Momento da alteração da situação profissional</b>	69,9% mudou de actividade profissional, após 1 ano*	68,6% após 1 ano (os homens encontraram mais emprego durante o Processo de RVCC, enquanto as mulheres encontraram mais emprego, após 2 anos)
<b>Natureza da alteração</b>	51,1% mudou de profissão*	Novo emprego [mais frequentemente nas mulheres (60%) que nos homens (40%)]
<b>Influência do Processo de RVCC na alteração profissional</b>	53,0% considerou que o Processo de RVCC influenciou ou influenciou muito*	40,2% considerou que o Processo de RVCC influenciou ou influenciou muito
<b>Outras evidências</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Os indivíduos mais jovens mudaram mais de actividade profissional do que os indivíduos mais velhos.</li> <li>As mulheres ficaram duas vezes mais desempregadas que os homens.</li> <li>Nos homens desempregados que encontraram emprego verificou-se maior alteração da área profissional do que nas mulheres (após o Processo de RVCC).</li> </ol>	

\* análise condicionada pela baixa taxa de resposta (37,3%) à questão relativa à ocupação profissional, no momento da resposta ao questionário.

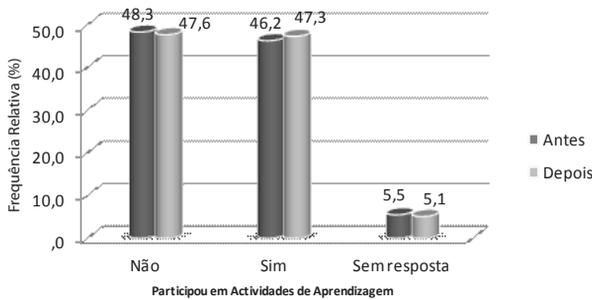
### 3.3.3. Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida

Na avaliação dos impactos do Processo de RVCC é, agora, considerada a **dimensão da Aprendizagem ao Longo da Vida**, incidindo na frequência e natureza da participação dos indivíduos em actividades de aprendizagem e de prosseguimento de estudos.

#### 3.3.3.1. Participação em actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)

Relativamente à participação dos inquiridos em actividades de aprendizagem, verifica-se o seguinte:

Figura 28 – Participação em actividades de aprendizagem (todos os inquiridos)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da figura anterior, pode concluir-se o seguinte:

**1. Antes do Processo de RVCC, 46,2% dos indivíduos participava em actividades de aprendizagem (363 indivíduos), sendo quase equivalente a taxa de indivíduos que não o fazia (48,3%, correspondendo a 379 indivíduos);**

**2. Depois do Processo de RVCC, 47,3% dos indivíduos participou em actividades de aprendizagem (371 indivíduos), sendo equivalente a taxa de indivíduos que não o fazia (47,6%, correspondendo a 374 indivíduos).**

Não se verificam, assim, diferenças ao nível da participação em actividades de aprendizagem, antes e depois do Processo de RVCC.

### 3.3.3.2. Natureza das actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)

Um outro aspecto estudado relacionou-se com a natureza das actividades de aprendizagem onde os inquiridos participaram, antes e depois do Processo de RVCC.

Tabela 44 - Natureza das actividades de aprendizagem (todos os inquiridos)

Quais?	Antes do Processo RVCC		Depois do Processo RVCC	
	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Alfabetização de Adultos	9	1,4	0	0,0
Aprendizagem Escolar	58	9,1	56	9,2
Educação Extra-escolar	21	3,3	15	2,5
<b>Formação Profissional</b>	<b>237</b>	<b>37,3</b>	<b>244</b>	<b>40,3</b>
Congressos e Palestras	74	11,7	60	9,9
<b>Informática</b>	<b>166</b>	<b>26,2</b>	<b>121</b>	<b>20,0</b>
Língua Estrangeira	42	6,6	67	11,1
Outra	28	4,4	43	7,1
<b>Totais</b>	<b>635</b>	<b>100,0</b>	<b>606</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

De acordo com informação constante da tabela anterior, salientam-se os seguintes aspectos:

1. As **actividades de aprendizagem mais frequentemente protagonizadas** pelos inquiridos, antes e depois do Processo de RVCC, **relacionaram-se com formação profissional** (tendo aumentado a taxa de frequência);

2. **De seguida**, surgem as **actividades de aprendizagem na área de informática** (tendo diminuído a taxa de frequência);

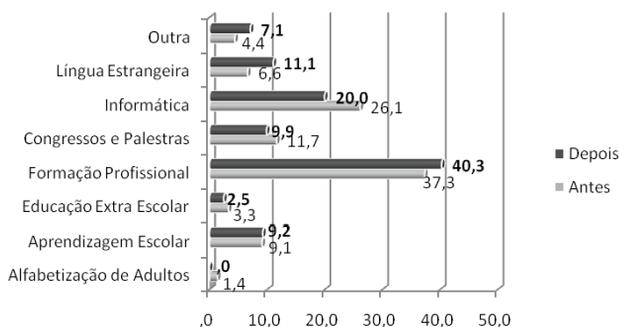
3. Antes do Processo de RVCC, apenas 9 respostas (1,4% do total) se referiram à Alfabetização de Adultos (foi, também, residual o número de adultos que certificou o nível B1, equivalente ao 1º Ciclo do Ensino Básico – cf. Tabela 3).

4. A Educação Extra-Escolar foi das actividades menos seleccionada pelos inquiridos, sobretudo após o processo de RVCC (15 respostas), o que se pode dever ao facto de estas acções, à data da aplicação do questionários, já se encontrarem extintas, sendo aprovado, em sua substituição, no ano de 2010, o Programa de Formação em Competências Básicas<sup>2</sup>.

2. As acções de Alfabetização de Adultos foram, desde 1993, Reguladas pelo Despacho n.º 37/SEEB/93, de

5. Foi significativo o número de respostas obtidas na opção “Outras”.

Figura 29 - Tipo/natureza das actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

**3.3.3.3. Local onde ocorreram as actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)**

Relativamente aos locais onde ocorreram as actividades de aprendizagem participadas pelos inquiridos, a informação recolhida encontra-se apresentada na tabela seguinte:

Tabela 45 - Local onde ocorreram as actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)

Local	Antes do Processo de RVCC		Depois do Processo de RVCC	
	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Escolas	109	22,6	88	19,4
Centro de Formação Profissional	153	31,7	140	30,8
Empresa	102	21,2	106	23,3
Associação Local	68	14,1	64	14,1
Outra	50	10,4	56	12,4
<b>Totais</b>	<b>482</b>	<b>100,0</b>	<b>454</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

15 de Setembro, entretanto, revogado pela Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro. Esta Portaria aprova o programa de formação em competências básicas e visa a aquisição de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação por parte dos adultos e, a sua posterior integração em Cursos EFA (de nível B1 ou B1+B2) ou em processos de RVCC de nível básico.

Da leitura da tabela anterior, verifica-se que:

1. **Prevaleceram os contextos formais de qualificação, antes e depois do Processo de RVCC** (54,3% antes e 50,2% depois);

2. De referir a importância relativa dos contextos não formais de trabalho, nos quais os indivíduos realizaram aprendizagens.

### 3.3.3.4. Frequência nas actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)

No que respeita à frequência nas actividades de aprendizagem e a partir da informação constante da tabela que se segue, verifica-se que aumentou o grau de frequência na participação em actividades de aprendizagem (passou de 41,8% para 51,8%, os que participavam, frequente ou muito frequentemente)

Tabela 46 - Frequência nas actividades de aprendizagem (antes e depois do Processo de RVCC)

Com que frequência participava em actividades?	Antes		Depois	
	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Pouca frequência	28	7,7	27	7,3
2	41	11,3	34	9,2
3	104	28,7	90	24,2
<b>4</b>	<b>80</b>	<b>22,0</b>	<b>106</b>	<b>28,6</b>
<b>Muita frequência</b>	<b>72</b>	<b>19,8</b>	<b>86</b>	<b>23,2</b>
Sem Resposta	38	10,5	28	7,5
<b>Totais</b>	<b>363</b>	<b>100,0</b>	<b>371</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.3.5. Influências na participação em actividades de aprendizagem

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) - revelou o que se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 47 – Influências na participação em actividades de aprendizagem (antes e após o Processo de RVCC)

	Aspectos	Cruzamento com outras variáveis					
		Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Género	Idade	Habilitações Actuais	Participação em actividades de aprendizagem antes do Processo de RVCC
ANTES DO PROCESSO DE RVCC	Participação em actividades de aprendizagem (n=363)	SIM	363	46,2		Antes do Processo de RVCC, os indivíduos mais velhos participavam mais em actividades de aprendizagem do que os indivíduos mais novos.	Os indivíduos com maior índice de participação em actividades de aprendizagem, antes do Processo de RVCC, exibem, actualmente, maiores níveis de escolarização.
DEPOIS DO PROCESSO DE RVCC	Participação em actividades de aprendizagem (n=371)	SIM	371	47,3	Mulheres e Homens apresentam padrões similares de participação em Actividades de Aprendizagem após o Processo de RVCC. Mas, dos que participaram, as mulheres estão em maior percentagem (58%) que os homens (42%).	Os indivíduos com maiores níveis de escolaridade participaram mais em actividades de aprendizagem, após o Processo de RVCC.	A ausência de participação não foi influenciada pelo Processo de RVCC (2/3 dos respondentes).  1/3 dos indivíduos alterou a sua participação em actividades de aprendizagem.
	Onde?						
	Com que frequência?						
	Tipo/natureza da actividade						

Da Tabela 47,conclui-se que:

1. Antes do Processo de RVCC, os indivíduos mais velhos participavam mais em actividades de aprendizagem do que os indivíduos mais novos;
2. Os indivíduos com maior índice de participação em actividades de aprendizagem, antes do Processo de RVCC, exibem, actualmente, maiores níveis de escolarização;
3. As diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>0,05$ ). Mulheres e Homens apresentam padrões similares de participação em Actividades de Aprendizagem pós RVCC. Mas, dos que participaram, as mulheres estão em maior percentagem (58%) que os homens (42%);
4. Os indivíduos com maiores níveis de escolaridade participaram mais em actividades de aprendizagem, após o Processo de RVCC;
5. A ausência de participação não foi influenciada pelo Processo de RVCC (2/3 dos respondentes);
6. 1/3 dos indivíduos alterou a sua participação em actividades de aprendizagem;

### 3.3.3.6. Apoio recebido do Centro de RVCC no prosseguimento da formação

Quando questionados acerca do apoio que receberam do CRVCC, após a certificação aí obtida, conforme se observa na tabela seguinte, 41,1% dos inquiridos referiu que não recebeu apoio ou recebeu pouco apoio (8,4).

Tabela 48 - Apoio recebido do Centro de RVCC

Apoio	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Nenhum apoio (1)	323	41,1
(2)	66	8,4
(3)	69	8,8
(4)	57	7,3
Muito apoio (5)	59	7,5
Sem resposta	211	26,9
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.3.7. Conclusão de outros estudos

No que respeita ao número de indivíduos que, após o Processo de RVCC, concluíram mais estudos, podemos observar a figura seguinte:

Figura 30 – Conclusão de outros estudos



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

No que se refere ao **prosseguimento da qualificação, 60,5% afirmou não o ter feito (475 adultos)**. Já 30,2% (237 adultos) afirmou que concluiu mais estudos, após o Processo de RVCC.

Quanto ao nível de estudo concluído, por parte dos 237 adultos que prosseguiram a sua formação, **84,4% concluiu o Ensino Secundário. De realçar os 10 inquiridos que, entretanto, concluíram uma Licenciatura.**

Tabela 49 - Tipo de estudos concluídos (após o Processo de RVCC)

Tipo de estudos concluídos após o processo	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
1º Ciclo	1	0,4
2º Ciclo	1	0,4
3º Ciclo	8	3,4
<b>Secundário</b>	<b>200</b>	<b>84,4</b>
CET (Curso Especialização Tecnológica)	17	7,2
Licenciatura	10	4,2
<b>Totais</b>	<b>237</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.3.8. Influências na conclusão de outros estudos

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou a informação que consta na tabela seguinte:

Tabela 50 – Influências na conclusão de outros estudos (após o Processo de RVCC)

Aspectos		Cruzamento com outras variáveis						
		Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Género	Idade	Habilitações Actuais	Participação em actividades de aprendizagem antes do Processo de RVCC	Participação em actividades de aprendizagem depois do Processo de RVCC
Conclusão de mais estudos	SIM	237	30,2	Mulheres e Homens apresentam padrões similares na conclusão de mais estudos. Mas, foram mais as mulheres a concluir (60%) do que os homens (40%).			Os indivíduos com maior taxa de participação em actividades de aprendizagem <u>antes</u> do Processo de RVCC foram os que concluíram mais estudos após o Processo de RVCC.	Os indivíduos com maior taxa de participação em actividades de aprendizagem <u>depois</u> do Processo de RVCC foram os que concluíram mais estudos após o Processo de RVCC.
Tipo de estudos concluídos	1º Ciclo	1	0,4					
	2º Ciclo	1	0,4					
	3º Ciclo	8	3,4					
	Secundário	200	84,4					
	CET	17	7,2					
	Licenciatura	10	4,2					

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.3.9. Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida: síntese

No sentido de ser possível uma leitura global e sumária da informação recolhida na *Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida*, inclui-se uma tabela síntese, que se apresenta em seguida:

Tabela 51 - Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida: síntese

Aspectos	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
<b>Participação em actividades de aprendizagem</b>	<b>46,2% participava</b> (os mais velhos e mais escolarizados participavam mais frequentemente do que os mais jovens e menos escolarizados)	<b>47,3% participou</b> (os mais escolarizados participou mais frequentemente)  (as mulheres participaram mais do que os homens)
<b>Tipo/Natureza das actividades de aprendizagem</b>	<b>37,3% frequentou Formação Profissional</b>	<b>40,3% frequentou Formação Profissional</b>
<b>Local das actividades de aprendizagem</b>	<b>54,3% situava-se nos contextos formais</b>	<b>50,2% situou-se nos contextos formais</b>
<b>Frequência das actividades de aprendizagem</b>	<b>41,8% dos que participaram fazia frequentemente ou muito frequentemente</b>	<b>51,8% dos que participavam fez frequentemente ou muito frequentemente</b>
<b>Conclusão de mais estudos</b>	<p>Dos que concluíram mais estudos, após o Processo de RVCC, <b>as mulheres estão em maior percentagem (60%) que os homens (40%)</b>.</p> <p>Os indivíduos com <b>maior taxa de participação em actividades de aprendizagem antes e depois do Processo de RVCC</b> foram os que <b>concluíram mais estudos após o Processo de RVCC</b>.</p>	

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.4. Dimensão Tecnologias de Informação e Comunicação

Uma quarta dimensão em análise no estudo respeitou às **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)**, num exercício comparativo entre o período antes e depois do Processo de RVCC, nomeadamente quanto ao número de indivíduos com acesso ao computador e ao uso de Internet, os locais e os fins de utilização das TIC.

### 3.3.4.1. Posse de computador

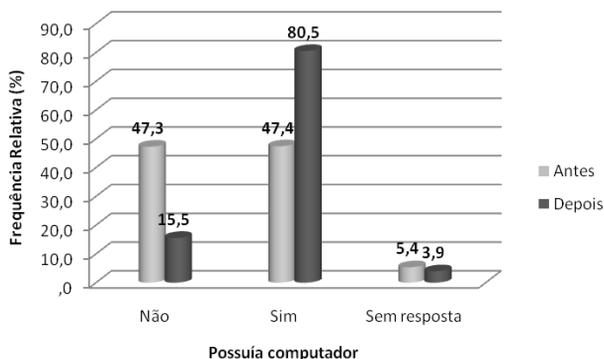
A partir da tabela e da figura que se seguem, verifica-se que, **antes do Processo de RVCC, 47,4% dos indivíduos possuía computador e que, após a certificação, esse valor aumentou muito significativamente, pois foi referido por 80,5% dos inquiridos.**

Tabela 52 - Posse de computador

Posse de computador	Antes do Processo de RVCC		Depois do Processo de RVCC	
	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Não	371	47,3	122	15,5
<b>Sim</b>	<b>372</b>	<b>47,4</b>	<b>632</b>	<b>80,5</b>
Sem resposta	42	5,3	31	4,0
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Figura 31 – Posse de computador



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.4.2. Influências na posse de computador

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou a informação que consta na Tabela 53:

Tabela 53 – Influências na posse de computador

Posse de PC	Variável	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
	Género	A maioria das mulheres não possuía computador antes do Processo de RVCC (70%), contra 30% dos homens.	Dos que possuem computador, depois do Processo de RVCC, a maior percentagem é de mulheres (54,5%), em relação aos homens (45,5%).
	Idade		
	Habilitações Actuais	De entre os que possuíam computador, a maior percentagem tinha o 3º Ciclo de Escolaridade (50%), seguindo-se os detentores do Ensino Secundário (41%).	Dos que possuem computador a maior percentagem possui o 3º Ciclo de Escolaridade (53%), seguida pelos detentores do Ensino Secundário (39%).
	Participação em Actividades de Aprendizagem Pré RVCC	Quem tinha computador participou mais em actividades de aprendizagem.	
	Participação em Actividades de Aprendizagem Pós RVCC		

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.4.3. Locais de utilização do computador

Relativamente ao local de utilização do computador, observe-se a tabela seguinte:

Tabela 54 - Locais de utilização do computador

	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
Locais de utilização do computador	Frequência Absoluta (n)	Frequência Absoluta (n)
Em casa	340	593
No trabalho	152	267
Outro local	11	33
<b>Totais</b>	<b>503</b>	<b>893</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, conclui-se o seguinte:

- A utilização do computador aumentou, de forma significativa, em todos os locais considerados;**
- O contexto doméstico era e continuou a ser o local onde o computador é mais utilizado.

### 3.3.4.4. Influências no local de utilização do computador

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou a informação que consta na tabela seguinte:

Tabela 55 – Influências no local de utilização do computador

Locais de uso de computador	Variável	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
	Género		
	Idade		
	Habilitações Actuais		
	Participação em Actividades de Aprendizagem antes do Processo de RVCC		
	Participação em Actividades de Aprendizagem após o Processo de RVCC		

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, conclui-se que não há uma relação estatisticamente significativa entre o local de utilização do computador e as dimensões de género, idade, habilitações actuais, participação em actividades de aprendizagem antes do Processo de RVCC e participação em actividades de aprendizagem após o Processo de RVCC.

### 3.3.4.5. Recurso à Internet

No que respeita ao recurso à Internet, observe-se a tabela seguinte:

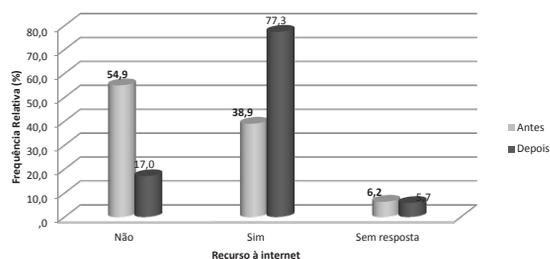
Tabela 56 – Recurso à Internet

Uso da Internet	Antes do Processo de RVCC		Depois do Processo de RVCC	
	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Não	431	54,9	133	17,0
Sim	305	38,9	607	77,3
Sem resposta	49	6,2	45	5,7
<b>Totais</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Através da Tabela 56 e da Figura 32, verifica-se que **o número de indivíduos que recorre à Internet quase duplicou**, com um total de 77,3% de inquiridos a utilizar a Internet, após o Processo de RVCC. Igualmente, verifica-se uma inversão no que respeita ao número de pessoas que recorria à Internet, antes do Processo de RVCC (38,9%) e após o Processo de RVCC (77,3%).

Figura 32 – Recurso à Internet



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.4.6. Influências na utilização da Internet

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou a informação que consta na Tabela 57:

Tabela 57 - Influências na utilização da Internet

	Variável	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
Utilização da Internet	Género	As mulheres recorriam <u>menos</u> à Internet do que os homens, <u>antes</u> do Processo de RVCC.	As mulheres recorrem <u>mais</u> à Internet do que os homens, <u>após</u> do Processo de RVCC.
	Idade		
	Habilitações Actuais	Quanto mais elevadas as habilitações, maior o uso da Internet.	Dos que actualmente usam a Internet, a maior percentagem é do que possuem o 3º Ciclo de Escolaridade, (53%) seguindo os que possuem o Ensino Secundário (40%).
	Participação em Actividades de Aprendizagem <u>antes</u> do Processo de RVCC	Os que participaram em actividades de aprendizagem, <u>antes</u> do Processo de RVCC (50%) usavam mais a Internet do que os que não participaram (33%).	
	Participação em Actividades de Aprendizagem <u>após</u> o Processo de RVCC		Dos que, actualmente usam a Internet, a maior percentagem é dos que participaram em actividades de aprendizagem <u>após</u> o Processo de RVCC (54%).

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.4.7. Locais de utilização da Internet

Na tabela seguinte, apresenta-se a informação relativa aos locais de utilização da Internet:

Tabela 58 - Locais de utilização da internet

Locais de utilização da Internet	Depois do Processo de RVCC	
	Frequência Absoluta (N)	Frequência Absoluta (N)
Em casa	237	555
No trabalho	145	224
Outro local	25	39
<b>Totais</b>	<b>407</b>	<b>818</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, pode referir-se o seguinte:

1. A utilização da Internet aumentou, de forma significativa, em todos os locais considerados;
2. O contexto doméstico era e continuou a ser o local onde a Internet é mais utilizada.

### 3.3.4.8. Influências nos locais de utilização da internet

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou a informação que consta na tabela que se segue:

Tabela 59 - Influências nos locais de utilização da internet

Locais de utilização da internet	Variável	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
	Género		
	Idade		
	Habilitações Actuais		
	Participação em Actividades de Aprendizagem antes do Processo de RVCC		
	Participação em Actividades de Aprendizagem após o Processo de RVCC		

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, conclui-se que não há uma relação estatisticamente significativa entre o local de utilização da Internet e as dimensões de género, idade, habilitações actuais, participação em actividades de aprendizagem antes do Processo de RVCC e participação em actividades de aprendizagem após o Processo de RVCC.

### 3.3.4.9. Finalidades do recurso à Internet

No que respeita às finalidades do recurso à Internet, a informação recolhida encontra-se na tabela seguinte:

Tabela 60 - Finalidades do recurso à Internet

Finalidades do recurso à Internet	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
	Frequência Absoluta (N)	Frequência Absoluta (N)
Profissional	157	269
Comunicação	160	383
Informação	235	504
Lazer	193	401
Outra	9	22
<b>Totais</b>	<b>754</b>	<b>1579</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da informação inscrita na tabela anterior, verifica-se que:

**1. Ocorreu um aumento muito significativo da utilização da internet para todas as finalidades consideradas;**

2. O número de referências total mais do que duplicou, quando se considerou os momentos antes e depois do Processo de RVCC.

### 3.3.4.10. Influências nas finalidades do recurso à Internet

A análise estatística complementar – entretanto realizada com base nos testes referidos anteriormente (cf. pág. 38) – revelou a informação que consta na Tabela 61:

Tabela 61 - Influências nas finalidades do recurso à Internet

Finalidades do recurso à Internet	Variável	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
	Género		
	Idade		
	Habilitações Actuais		
	Participação em Actividades de Aprendizagem antes do Processo de RVCC		
	Participação em Actividades de Aprendizagem após o Processo de RVCC		

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da tabela anterior, conclui-se que não há uma relação estatisticamente significativa entre as finalidades do recurso à Internet e as dimensões de género, idade, habilitações actuais, participação em actividades de aprendizagem antes do Processo de RVCC e participação em actividades de aprendizagem após o Processo de RVCC.

#### 3.3.4.11. Dimensão Tecnologias de Informação e Comunicação: síntese

No sentido de ser possível uma leitura global e sumária da informação recolhida na *Dimensão Tecnologias de Informação e Comunicação*, inclui-se uma tabela síntese, que se apresenta em seguida:

Tabela 62 - Dimensão: Tecnologias de Informação e Comunicação: síntese

Aspectos	Antes do Processo de RVCC	Depois do Processo de RVCC
<b>Posse de computador</b>	<b>47,4% possuía computador</b> (maioritariamente os homens/70%) (os detentores de computador participavam mais em actividades de aprendizagem)	<b>80,5% possui computador</b> (maioritariamente mulheres, 54%) (os detentores de computador participou mais em actividades de aprendizagem)
<b>Locais de utilização do computador</b>	<b>Contexto doméstico</b> foi o local mais referido	<b>Contexto doméstico</b> é o local mais referido
<b>Recurso à Internet</b>	<b>38,9% recorria à Internet</b> [os homens recorriam mais à Internet (52%), do que as mulheres (34%)]  (quem recorria mais à Internet participava mais em actividades de aprendizagem)	<b>77,3% recorre à Internet</b> [as mulheres recorreram mais à Internet (53,2%) do que os homens (46,8%)]  (quem recorreu mais à Internet participou mais em actividades de aprendizagem)
<b>Locais de utilização da Internet</b>	A utilização da Internet <b>aumentou, de forma significativa, em todos os locais</b> considerados.	
<b>Finalidades do recurso à Internet</b>	A utilização da Internet <b>aumentou, de forma significativa, para todas as finalidades</b> consideradas.	

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

### 3.3.5. Avaliação dos Impactos do Processo de RVCC nos adultos certificados (percepção global)

Neste ponto, apresenta-se a percepção global que os adultos construíram da sua experiência pessoal de participação no Processo de RVCC.

#### 3.3.5.1. Importância atribuída ao Processo de RVCC

No Questionário das Novas Núpcias (QNQ), foram apresentados 21 itens sobre os quais cada adulto se posicionou numa Escala tipo Likert, de 1 a 5 valores (em que *1 significa nada importante e 5 muito importante*). Como nos refere Sousa (2005:216), "*trata-se de respostas em que as alternativas de escolha se encontram ordenadas numa dada sequência, (...) gerando uma escala de graduação...*". O objectivo consistia em conhecer a avaliação que os adultos fizeram acerca do contributo do Processo de RVCC, em diferentes aspectos da sua vida.

No que respeita à importância e influência que os adultos atribuíram ao Processo de RVCC, foram destacados, como mais importantes, por ordem decrescente, os seguintes itens (cf. tabela seguinte):

- a. "*Valorização das minhas competências e conhecimentos pessoais*" (média de 4,25);
- b. "*Conhecimento das minhas capacidades*" (média de 4,12);
- c. "*Aumento da confiança em mim próprio*" (média de 4,05).

- Como menos importantes, foram referidos os seguintes itens:
- a. *"Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos"* (média de 3,07);
  - b. *"Participação em actividades realizadas na minha comunidade"* (média de 2,85);
  - c. *"a intervenção cívica em associações, clubes..."* (média de 2,83).

Tabela 63 - Importância e influência do Processo de RVCC

Itens	Média (1-5)
2. Valorização das minhas competências e conhecimentos pessoais	4,25
1. Conhecimento das minhas capacidades	4,12
3. Aumento da confiança em mim próprio(a)	4,05
5. Melhor capacidade de resposta e adaptação a novas situações	3,91
4. Motivação para novos projectos e desafios (académicos, profissionais, pessoais)	3,87
13. Capacidade de comunicar e relação com os outros	3,77
14. Utilização do computador	3,74
9. Valorização, pela minha família, das minhas capacidades/competências	3,74
20. Estímulo para a participação em acções de aprendizagem ao longo da vida (ex. formações modulares ou outras)	3,72
18. Interesse ou renovação do interesse pelo que se passa à minha volta (leitura de jornais, acompanhamento de noticiários, etc...)	3,66
21. Oportunidade de acesso à formação profissional (ex. cursos EFA ou outros)	3,58
17. Capacidade de compreensão do mundo em que vivo/sociedade em que estou inserido(a)	3,56
15. Utilização da internet	3,55
12. Responsabilização na defesa dos meus direitos	3,52
19. Interesse ou renovação de interesse por actividades culturais (leitura, escrita, teatro, cinema, exposições, etc...)	3,44
6. Valorização do certificado obtido, por parte da entidade empregadora	3,39
8. Valorização social pela comunidade onde estou integrado	3,28
7. Melhoria da minha situação profissional	3,18
16. Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos	3,07
10. Participação em actividades realizadas na minha comunidade	2,85
11. Intervenção cívica (associações, clubes...)	2,83

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

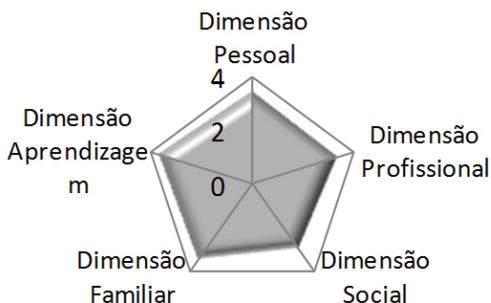
**A dimensão considerada mais relevante para os indivíduos foi a pessoal**, onde se verificou uma média de 3,9 (numa escala de 1 e 5) e é, no contexto questionado, a dimensão mais valorizada, conforme se pode observar na tabela que se apresentou anteriormente (Machado, 2011: 69). Seguidamente, surgem a dimensão aprendizagem, com um valor médio de 3,6 e a dimensão familiar, com um valor médio de 3,4. As dimensões “profissional” (com um valor médio de 3,3) e a dimensão social (com 3,0) foram aquelas a que os indivíduos atribuíram menos relevância (Tabela 63).

Tabela 64 - Importância atribuída ao processo de RVCC em diferentes dimensões (médias)

Dimensões Consideradas	Média
<b>Pessoal</b>	<b>3,9</b>
Aprendizagem	3,6
Familiar	3,4
Profissional	3,3
Social	3,0

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Figura 33 - Importância atribuída ao processo de RVCC em diferentes dimensões (médias)



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Da leitura da informação anterior, pode inferir-se que:

- 1. O Processo de RVCC foi avaliado positivamente em todas as dimensões consideradas**, sendo a **dimensão pessoal a mais valorizada** e a dimensão social a menos valorizada;

2. O aspecto mais frequentemente valorizado prende-se com o conhecimento e as competências das pessoas: *conhecer as suas próprias competências, ter consciência do que se sabe* e ter a oportunidade de valorizar tudo isso foram vectores muito valorizados pelos inquiridos;

3. É relevante o facto da **dimensão social ser a menos valorizada**, particularmente os itens relativos à participação e intervenção cívica.

Tabela 65 - Influências na importância atribuída ao Processo de RVCC

Itens	VARIÁVEIS													
	Género		Idade		Participação em Actividades de Aprendizagem antes do Processo de RVCC		Participação em Actividades de Aprendizagem depois do Processo de RVCC		Situação Profissional antes do Processo de RVCC					
	1 (Nada importante)	5 (Muito importante)	1 (Nada importante)	5 (Muito importante)	1 (Nada importante)	5 (Muito importante)	1 (Nada importante)	5 (Muito importante)	1 (Nada importante)	2 (Pouco importante)	3 (Intermediária)	4 (Muito importante)	5 (Muito importante)	
1 Conhecimento das minhas capacidades														
2 Valorização das minhas competências e conhecimentos pessoais.														
3. Aumento da confiança em mim próprio(a).	H (53%) (47%)	M H (36%) M (64%)												
4 Motivação para novos projectos académicos, profissionais, pessoais)														
5 Melhor capacidade de resposta e adaptação a novas situações														
6 Valorização do certificado obtido, por parte da entidade empregadora	H (65%) (35%)	M H (37%) M (63%)												
7 Melhoria da minha situação profissional														

(p<0,05)      (p<0,001)      (p<0,01)      (p<0,01)





### 3.3.5.2. Valorização global do Processo de RVCC: síntese

No sentido de ser possível uma leitura global e sumária da informação recolhida acerca da valorização global que os inquiridos fizeram sobre o Processo de RVCC, inclui-se uma tabela síntese, que se apresenta em seguida:

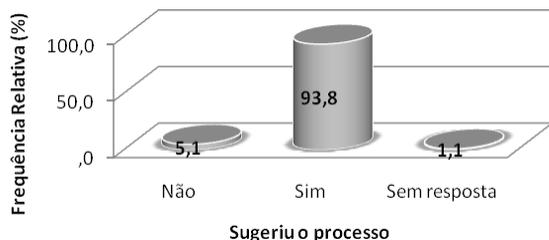
Tabela 66 - Valorização global do Processo de RVCC: síntese

Variável	Valorização do Processo de RVCC
<b>Género</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As <b>mulheres valorizaram mais o Processo de RVCC</b>, quando comparadas com os homens, particularmente, a <b>dimensão pessoal</b>.</li> <li>As mulheres valorizaram mais itens como:               <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) <i>Aumento da confiança em mim próprio(a)</i></li> <li>(ii) <i>Melhor capacidade de resposta e adaptação a novas situações</i></li> <li>(iii) <i>Utilização da internet</i></li> <li>(iv) <i>Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos</i></li> <li>(v) <i>Capacidade de compreensão do mundo em que vivo/sociedade em que estou inserido(a)</i></li> <li>(vi) <i>Interesse ou renovação do interesse pelo que se passa à minha volta (leitura de jornais, acompanhamento de noticiários, etc...)</i></li> <li>(vii) <i>Interesse ou renovação de interesse por actividades culturais (leitura, escrita, teatro, cinema, exposições, etc...)</i></li> </ul> </li> </ul>
<b>Idade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os indivíduos <b>mais velhos valorizaram mais o Processo de RVCC no item "Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos"</b>.</li> </ul>
<b>Participação em Actividades de Aprendizagem antes do Processo de RVCC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os <b>indivíduos que participaram mais em actividades de aprendizagem</b>, antes do Processo de RVCC, <b>valorizaram mais os itens</b>:               <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) <i>Participação em actividades realizadas na minha comunidade</i></li> <li>(ii) <i>Intervenção cívica (associações, clubes...)</i></li> <li>(iii) <i>Capacidade de comunicar e relação com os outros</i></li> <li>(iv) <i>Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos</i></li> <li>(v) <i>Capacidade de compreensão do mundo em que vivo/sociedade em que estou inserido(a)</i></li> <li>(vi) <i>Interesse ou renovação do interesse pelo que se passa à minha volta (leitura de jornais, acompanhamento de noticiários, etc...)</i></li> <li>(vii) <i>Interesse ou renovação de interesse por actividades culturais (leitura, escrita, teatro, cinema, exposições, etc...)</i></li> <li>(viii) <i>Estímulo para a participação em acções de aprendizagem ao longo da vida (ex. formações modulares ou outras)</i></li> <li>(ix) <i>Oportunidade de acesso à formação profissional (ex. cursos EFA ou outros)</i></li> </ul> </li> </ul>
<b>Situação profissional antes do Processo de RVCC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não influenciou a valorização do Processo de RVCC, por parte dos indivíduos.</li> </ul>

### 3.3.6. Divulgação do Processo de RVCC

Relativamente à divulgação do Processo de RVCC, a quase totalidade dos inquiridos (93,8%) revelou tê-lo feito.

Figura 34 - Recomendação do Processo de RVCC a outras pessoas



Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

Quando questionados sobre os destinatários das sugestões, 33,3% referiu tê-lo feito junto de amigos, enquanto 27% indicou os colegas de trabalho, de acordo com o conteúdo da tabela que se segue:

Tabela 67 - A quem foi sugerido o Processo de RVCC

A quem foi sugerido o Processo de RVCC	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Família	384	23,1
Colegas de Trabalho	449	27,0
<b>Amigos</b>	<b>554</b>	<b>33,3</b>
Vizinhos e conhecidos	277	16,6
<b>Totais</b>	<b>1664</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Novas Qualificações, 2013

A análise a esta dimensão revela, uma vez mais, a avaliação positiva que os inquiridos realizaram ao Processo de RVCC e confirma, também, a importância do *passa-palavra* na divulgação desta modalidade de qualificação.

## CAPÍTULO 4

### CONCLUSÕES

#### 4.1. A coordenada política, institucional e territorial

A Educação e a Formação de Adultos no Alentejo conheceram, no período 2000-2005, um momento importante da sua história recente. Independentemente das leituras políticas e ideológicas, das discussões científicas e pedagógicas ou das representações sociais entretanto construídas, a realidade é que, com o nascimento da ANEFA e com a sua acção concreta na realidade, operou-se uma das mais significativas alterações políticas, pedagógicas e sociais no âmbito de todo o contexto da qualificação das pessoas adultas. De facto, quando, em 2000, a ESDIME integrou a primeira rede (experimental) de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, iniciava-se, no país e na região alentejana, uma viragem tectónica de grande intensidade e amplitude em todo o dispositivo político, técnico e organizacional da qualificação de adultos.

No Alentejo, à semelhança do que se passou, nesse período, em todo o país, o início da implementação desta nova política envolveu, de forma maioritária, instituições privadas. No caso da região Alentejo, como já foi referido, cinco instituições privadas e, apenas, uma instituição pública (IEFP) abraçaram o desafio e instalaram, no terreno, os primeiros CRVCC, formaram os primeiros profissionais e técnicos, construíram os primeiros dispositivos e materiais pedagógicos, estabeleceram as primeiras parcerias institucionais, divulgaram às comunidades a novidade e receberam e formaram os primeiros adultos.

Um aspecto relativamente inovador decorre do facto de, no processo de, **divulgação desta nova rede (que incluía o dispositivo de RVCC, os Cursos EFA e as Acções S@ber +), ter sido privilegiada a informalidade das conversas pessoais, dos contactos de rua e de café ou do *passa palavra* entre vizinhos ou colegas de trabalho.** No âmbito desta dimensão, 55,1% dos indivíduos refere que teve conhecimento deste processo, através de mecanismos informais de comunicação, enquanto 93,8% refere que o divulgou, da mesma forma. **Este aspecto não só evidencia uma avaliação positiva**

**do processo de RVCC, por parte dos envolvidos, como já era indicador relevante da popularidade crescente que esta política registou**, junto da população portuguesa e alentejana, atendendo à escala que, entretanto, conheceu, ao longo de toda a primeira década do século XXI.

**Outro elemento que concorreu para o encontro entre as pessoas e a qualificação, através do Processo de RVCC decorreu da implementação de modalidades de itinerância, por parte dos CRVCC**, o que contribuiu para aumentar as possibilidades de acesso e frequência, por parte de pessoas residentes em locais distantes das instituições promotoras.

Ao longo destes primeiros 6 anos de actividade (2000-2005), adicionou-se uma importante rede de qualificação às, então, existentes. Dessa forma, **operadores privados conviveram, em todo o território** (apenas 4 municípios não tiveram residentes participantes nos Processos de RVCC promovidos pelos CRVCC), **de uma forma inédita, com instituições públicas, num sistema, integrado e complementar, de serviço público de qualificação.**

**Toda uma novidade acompanhada por um extraordinário entusiasmo e uma entrega absolutamente inesquecível.** Uma verdadeira missão fortemente enraizada nos mais puros ideais associados à Educação, como instrumento de construção de cidadania e de promoção da igualdade de oportunidades. Uma missão, também, com uma forte declinação territorial. **Uma missão com sotaque alentejano.**

Naturalmente que toda esta novidade levou o seu tempo a ser conhecida, compreendida, divulgada e participada pelo universo institucional existente, principalmente pela população a quem se destinava, preferencialmente: os adultos pouco escolarizados.

Este foi, aliás, um dos aspectos mais relevantes na informação recolhida, no âmbito da presente pesquisa. Na realidade, o contacto e consequente compreensão do novo dispositivo de RVCC foram dificuldades muito frequentemente referidas pelos inquiridos (50,6% referiram-no). Estudos realizados no mesmo contexto (Nico, 2009) referem, inclusivamente, que estas dificuldades foram sentidas, em simultâneo, pelos profissionais que trabalhavam nos CRVCC. No fundo, todos (responsáveis institucionais, técnicos, formadores e adultos) eram pioneiros e foram aprendendo, enquanto percorriam um caminho comum, num processo em que **a relação humana foi, provavelmente, o elemento mais distintivo.**

## 4.2. A coordenada pessoal

**A dimensão pessoal foi o centro de gravidade do Processo de RVCC para as pessoas** que o concluíram. Na realidade, de acordo com a informação disponível, **a dimensão pessoal foi a principal causa que determinou a decisão conducente à frequência do processo** (42,6% dos inquiridos referiu essa razão) e **foi a área vital que os inquiridos consideraram ter sido mais valorizada**. Esta evidência acompanha os resultados de estudos similares, anteriormente elaborados (Nico, 2006; Nico, 2009; Rico & Libório, 2009).

**Mais de um terço das pessoas envolvidas neste estudo (36,3%) continuou a estudar, após o Processo de RVCC**, e 33,0% conseguiu um novo nível de certificação. 3,3% ultrapassou, inclusivamente, o nível secundário, concluindo Cursos de Especialização Tecnológica/CET (1,5%) e Licenciaturas (1,7%). **Esta é uma das mais relevantes conclusões deste estudo**.

Nesta dimensão, importa, ainda, referir a **significativa participação em actividades de aprendizagem de natureza profissional**. De facto, **apesar de não ter ocorrido alteração significativa no perfil de participação em actividades de aprendizagem, prevalece a preferência na participação em actividades de formação profissional** (37,3% refere essa participação antes do Processo de RVCC e 40,3% manteve essa participação depois desse processo). A participação em actividades de aprendizagem no seio das empresas onde se exercem funções também mereceu referência (21,2% refere essa participação antes do Processo de RVCC e 23,3% referiu essa participação depois desse processo).

Neste âmbito, é de referir a **maior relevância do Processo de RVCC nas mulheres**. Na realidade, constituindo-se como o grupo mais numeroso (58,0% do total de inquiridos) e apesar de terem revelado maior receio e insegurança durante do Processo de RVCC, as mulheres valorizaram-no mais e nele encontraram um momento de viragem em alguns dos aspectos estudados, após o Processo de RVCC: maior participação em actividades de aprendizagem, maior recurso aos computadores e à Internet, em todos os contextos vitais considerados, entre outras evidências já consideradas e explicitadas anteriormente.

Com excepção dos indivíduos desempregados no início do Processo de RVCC (15,1% dos inquiridos) e mais novos, **a dimensão profissional não foi a principal causa que determinou a decisão conducente à frequência do Processo de RVCC** (29,4% dos inquiridos referiu essa razão) e também não foi a área vital que os inquiridos consideraram ter sido mais valorizada. Esta evidência acompanha os resultados de estudos similares, anteriormente elaborados (Nico, 2009; Rico & Libório, 2009). No entanto, nesta

dimensão vital, os inquiridos experimentaram alterações importantes nos respectivos percursos, sendo evidentes as influências do Processo de RVCC nesta dimensão. Um dos aspectos mais relevantes nesta dimensão terá decorrido das **consequências, positivas, das aprendizagens na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no exercício das funções profissionais.**

Um último aspecto a referir decorre do facto de **cerca de metade dos inquiridos não ter referido qualquer apoio dos CRVCC nos respectivos percursos de aprendizagem, após os Processos de RVCC que aí concretizou.**

### **4.3. Concluindo**

Terminam-se estas palavras com um último e poderoso indicador que não necessitará, certamente, de adequado tratamento estatístico para ser compreendido e, em alguns casos, sentido: em todo o Alentejo, entre 2000 e 2005, **quase três mil pessoas concluíram, com êxito, este percurso de qualificação** e, dessa forma, obtiveram um outro nível de certificação. **Quantos destes nossos concidadãos teriam realizado este percurso, exercendo o seu direito à Educação, sem a existência desta nova oportunidade?**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, L., IMAGINÁRIO L., MAGALHÃES, J. et al (2001).** *Referencial de Competências-Chave – Educação e Formação de Adultos*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- ANEFA (2001).** *Conferência Europeia Educação e Formação de Adultos na Europa. As Competências-Chave para a Cidadania e a Empregabilidade*. Lisboa: ANEFA.
- ANEFA (2002a).** *Relatório Nacional sobre os Cursos de Educação e Formação de Adultos 2000/2001*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- ANEFA (2002b).** *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: Roteiro Estruturante*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- ANEFA (2002c).** *Educação e Formação de Adultos. Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade*. Lisboa: AdLitteram.
- BANHA, M. (2012).** *Cartografia das Aprendizagens formais para adultos na cidade de Estremoz: o período 2000-2005*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- BARDIN, L. (2009).** *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977).
- BENAVENTE, A., ROSA, A. et al (1996).** *A Literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRAGA, S. (2012).** *Avaliação dos impactos dos Processos de RVCC no Centro de Novas Oportunidades da Fundação Alentejo: o período de 2000-2005*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- CAEIRO, A. (2013).** *Avaliação dos impactos do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), na dimensão profissional, nos colaboradores do Município de Reguengos de Monsaraz*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- CAEIRO, P. (2011).** "A valência Centro Novas Oportunidades no IIEFP: Centro de Formação Profissional de Portalegre". in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 73-80.
- CANÁRIO, R. (1997).** "Livro Branco: uma visão funcionalista da educação". in Conselho Nacional de Educação. *Educar e Formar ao Longo da Vida: actas do Seminário*. 1.ª Edição. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. pp. 51-56.

- CARNEIRO, R. (2001).** "Entrevista a Roberto Carneiro - É preciso criar nas pessoas a pulção de aprender". in *Revista Saber Mais*. N.º 9. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. pp.18-23.
- CARNEIRO, R. (Coord.) (2009).** *Iniciativa Novas Oportunidades. Primeiro Estudo da Avaliação Externa*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- CARNEIRO, R. (coord.) (2010).** *Iniciativa Novas Oportunidades: resultados da Avaliação Externa 2009-2010*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- CAVACO, C. (2002).** *Aprender fora da escola*. Lisboa: Educa.
- COMISSÃO EUROPEIA (1995).** *Livro Branco sobre a Educação e a Formação. Ensinar e Aprender. Rumo à Sociedade Cognitiva*. Bruxelas. Disponível na Internet: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1995:0590:FIN:PT:PDF>
- COMISSÃO EUROPEIA (2000).** *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas. Disponível na Internet: [http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo_pt.pdf)
- COMISSÃO EUROPEIA (2001).** *Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade*. Bruxelas: CE.
- CORREIA, A. (2011).** "Educação e Formação de Adultos e Desenvolvimento Local". in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 41-57.
- CORREIA, A. & CABETE, D. (2002).** "O valor do que aprendemos ao longo da nossa vida... e a importância do Sistema Português de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências". in Isabel Silva et al (orgs.). *Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. pp.45-53.
- DELORS, J. (coord.) (1996).** *Educação, Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Coleções Perspectivas Actuais. Porto: Edições Asa.
- DIAS, J. (1979).** *Educação de Adultos. Educação permanente. Evolução do conceito de educação*. Braga: Universidade do Minho.
- DIAS, J. (1982a).** *A Educação de Adultos. Introdução Histórica*. 3.ª Edição. Braga: Universidade do Minho.
- DIAS, J. (1982b).** *A Educação de Adultos. A pessoa e a comunidade*. 3.ª Edição. Braga: Universidade do Minho.
- DREALENTEJO (2011).** *Relatório de Actividades e de Autoavaliação de 2010*. Évora: Direcção Regional de Educação do Alentejo.
- ESDIME (2007).** *Estudo sobre o Impacto da Certificação de Competências na Vida das Pessoas: A Experiência da Esdime*. Camarate: IIEFP.
- FAURE, E. et al (1977).** *Aprender a ser*. Lisboa: Livraria Bertrand (1.ª ed. de 1972).
- FERNANDES, C. (2013).** *Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo: a avaliação dos impactos do processo de RVCC em indivíduos residentes no distrito de Évora (2000-2005)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- FREIRE, P. (1979).** *Conscientização, Teoria e Prática da Libertação. Uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- GOMES, M. & SIMÕES, F. (2007).** *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.

- HILÁRIO, R. (s/d).** *Diagnóstico de Necessidades de Qualificação e Certificação de Activos no Litoral Alentejano*. Santiago do Cacém: ADL.
- HILÁRIO, R. (2011).** "Qualificação dos Adultos no Litoral Alentejano – passado, presente e futuro". in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 81-97.
- HILL, M. & HILL, A. (2005).** *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- INE (2002).** *Censos 2001. Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação*. Lisboa: INE.
- INE (2011).** *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Lisboa: INE.
- INSTITUTO DA EDUCAÇÃO DA UNESCO (1997).** *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos: Declaração Final e Agenda para o Futuro*. Lisboa: Ministério da Educação – Secretaria de Estado da Educação e Inovação.
- LEINHARDT, G. & LEINHARDT, S. (1990).** "Exploratory Data Analysis". in Jonh P. Reeves (Ed). *Educational Research, Methodology, and Measurement – a International Handbook*. Oxford: Pergamon Press.
- LEITÃO, J. & GONÇALVES, M. (coords.) (2002).** *Guia dos Clubes S@bER+: princípios e orientações*. 1.ª Edição. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- LENGRAND, P. (1981).** *Introdução à Educação Permanente*. Lisboa: Livros Horizonte (1.ª ed. de 1970).
- LIMA, L. (2005).** "A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004): Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos". in Rui Canário e Belmiro Cabrito (orgs.). *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa. pp.31-60.
- LIMA, L., AFONSO, A. & ESTEVÃO, C. (1999).** *Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos – Estudo para a Construção de um Modelo Institucional*. Braga: Universidade do Minho. Unidade de Educação de Adultos.
- MACHADO, F. (2011).** "Passado, presente e futuro da Educação de Adultos no Alentejo. Um olhar a partir do percurso de uma associação de desenvolvimento local – o caso da Rota do Guadiana". in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 59-71.
- MELO, A. (2000).** "Em Portugal a Educação de Adultos ainda é a Gata Borralheira". in *Revista Saber Mais*. N.º 4. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. pp.8-11.
- MELO, A, LIMA, L. & ALMEIDA, M. (2002).** *Novas Políticas de Educação e Formação de Adultos. O contexto internacional e a situação portuguesa*. 1.ª Edição. N.º 2. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- NICO, B. (2006).** "A avaliação de competências: da arqueologia do bom à edificação do impossível". in Gérard Figari et al (Orgs.). *Actas do XVII Colóquio da ADMEE-Europa*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- NICO, B. & NICO, L. (2011).** "Qualificação de adultos no interior sul de Portugal: para onde?". in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp: 9-25.
- NICO, B., NICO, L. et al (2008).** "Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo: uma visão da realidade". in Bravo Nico (Orgs.). *Aprender no Alentejo IV Encontro Regional de Educação*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. pp. 211-217.

- NICO, B., NICO, L. et al (2011).** "Impactos do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação no Alentejo (2001-2005): a dimensão escolar". in *Actas do XI Congresso Internacional de Galego-Português de Psicopedagogia*. Coruña: Espanha.
- NICO, B., NICO, L. et al (2013).** "Reconhecimento, Validação e Certificação de Adquiridos Experienciais no Alentejo: resultados e impactos do processo realizado entre 2000 e 2005". in *Actas do Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação/III Encontro de Sociologia da Educação O Não-Formal e Informal em Educação: Centralidades e Periferias*. Braga: Universidade do Minho.
- NICO, L. (2009).** *Avaliação do(s) Impacto(s) do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, no Alentejo (período 2001-2005)*. [Tese apresentada à Universidade de Évora, tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora. (policopiada)
- NICO, L. (2011).** *A Escola da Vida: Reconhecimento dos Adquiridos Experienciais em Portugal. Fragmentos de Uma Década (2000-2010)*. Mangualde: Edições Pedago.
- NOGUEIRA, A. (1996).** *Para uma Educação Permanente à Roda da Vida*. Coimbra: Instituto de Inovação Educacional.
- OECD (2012).** *Education at a Glance 2012: Highlights*. OECD Publishing. Disponível na Internet: [http://dx.doi.org/10.1787/eag\\_highlights-2012-en](http://dx.doi.org/10.1787/eag_highlights-2012-en)
- PAPAFINA, F. (2012).** *O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: o impacto da aquisição de competências em Tecnologias de Informação e Comunicação nos adultos*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- PEREIRA, A. (2008).** *SPSS Guia Prático de Utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- PINTO, J., MATOS, L. & ROTHES, L. (1998).** *Ensino Recorrente: relatório de avaliação*. Lisboa: Ministério da Educação.
- PIRES, A. (2002).** *Educação e Formação ao Longo da Vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e competências*. [Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (policopiada).
- PUNCH, K. (1998).** *Introduction to Social Research – Quantitative & Qualitative Approaches*. London: SAGE Publication.
- QUINTAS, H. (2008).** *Educação de Adultos: vida no currículo e currículo na vida*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- RAMALHO, V. (2013).** *Avaliação dos impactos do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), na dimensão familiar, nos colaboradores do Município de Reguengos de Monsaraz*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- RAPOSO, V. (2013).** *Os impactos pessoais, sociais e profissionais do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, no percurso de vida dos indivíduos do Concelho de Santiago do Cacém (período de 2000-2005)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- REIS, E., VICENTE, P. & FERRÃO, F. (2001).** *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Sílabo

- RICO, H. & LIBÓRIO, T. (2009).** *Impacte do Centro de RVCC da Fundação Alentejo na qualificação dos alentejanos*. Évora: Fundação Alentejo.
- SALGADO, L. (coord.) (2010).** *A Educação de Adultos: uma dupla oportunidade na família*. Lisboa: ANQ.
- SALGADO, L. (coord.) (2011).** *O aumento das competências educativas das famílias: um efeito dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ.
- SANTOS, A. & RICO, H. (2011).** “Fundação Alentejo – do CRVCC ao CNO: um percurso de maturação, de complexidade e de oportunidades”. in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 27-39.
- SILVESTRE, C. (2003).** *Educação/Formação de Adultos como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Coleção Horizontes Pedagógicos. N.º 98. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOUSA, A. (2005).** *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TRIGO, M. (2001).** “Acções de Curta Duração” in *Revista Saber Mais*. N.º 11. Lisboa: ANEFA. p.27.
- UNESCO (1976).** *Recomendação de Nairobi*. Disponível na Internet: [www.unesco.org](http://www.unesco.org)
- VALÉRIO, M. (2012).** *Avaliação dos Impactos do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), em indivíduos residentes no concelho de Arraiolos, no período de 2000-2005*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Especialização em Educação Comunitária] Évora: Universidade de Évora.
- VERDASCA, J. (2002).** *Desempenho Escolar, Dinâmicas de Evolução e Elementos Configuracionais Estruturantes: os casos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico nos municípios de Évora e de Portel* [Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada)
- VERÍSSIMO, R. (2002).** *Desenvolvimento Psicossocial (Erik Erikson)*. Porto: Faculdade de Medicina do Porto. Disponível na Internet: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9133/2/1761.pdf>
- VERÍSSIMO, R. (2011).** “ESDIME: 20 anos a promover a mudança na vida das pessoas”. in Bravo Nico & Lurdes Nico (orgs.). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 99-114.

### Legislação referida

- Lei nº 46/86, de 14 de Outubro*, alterada pelas Leis nºs 115/97, de 19 de Setembro e 49/2005, de 30 de Agosto  
Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Decreto-Lei nº 74/1991, de 09 de Fevereiro*  
Estabelece o quadro geral da organização e desenvolvimento da educação de adultos nas suas vertentes de ensino recorrente e de educação extra-escolar.
- Despacho n.º 10534/97, de 16 de Outubro*  
Nomeação de um Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação de Adultos.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/98, de 25 de Junho*  
Cria o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (GMEFA), incumbido, desde logo, de desencadear o processo conducente à constituição

da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).

*Decreto-Lei n.º 387/1999, de 28 de Setembro*

Cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, designada ANEFA.

*Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro*

Cria uma Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros RVCC), a partir da qual se promove o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Aprova o regulamento do processo de acreditação das entidades promotoras dos Centros.

*Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro de 2002*

Aprova a orgânica do Ministério da Educação. É criada a DGFV.

*Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março*

Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, previstas no n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

*Portaria n.º 86/2007, de 12 de Janeiro*

Altera a Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, que cria uma rede nacional de RVCC (CRVCC)

*Despacho n.º 1 073/2007, de 22 de Janeiro*

Extingue o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências promovido pela ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano.

*Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho*

Aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação, I. P.

*Portaria n.º 370/2008, de 21 de Maio*

Regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades.

*Portaria n.º 475/2010, de 8 de Julho*

Aprova o modelo da caderneta individual de competências e regula o respectivo conteúdo e o processo de registo previsto no regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

*Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de Fevereiro*

Cria e aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.).

*Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de Maio*

Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, designados por CQEP.

*Despacho n.º 6904/2013, de 28 de Maio*

Define os critérios de seleção das entidades promotoras de CQEP, bem como de apreciação do plano estratégico de intervenção previsto na Portaria n.º 135-A/2013, tendo em vista a constituição de uma rede de CQEP.